

SUMÁRIO

FRENTES DE DISCUSSÃO

11 **INTRODUÇÃO**

45 **ECONOMIA**

14 **ASSISTÊNCIA**
SOCIAL

51 **ECONOMIA**
SOLIDÁRIA

20 **CIDADES**
RESILIENTES

55 **EDUCAR**
INCLUIR E
DEMOCRATIZAR

25 **COMUNICAÇÃO**
DEMOCRÁTICA

66 **EMPREENDEDORISMO**
E MPES

29 **CT&I PARA**
CIDADES INCLUSIVAS

70 **DESAFIOS**
ENERGÉTICOS
NAS CIDADES

34 **A CULTURA**
TRANSFORMA

75 **ESPORTE**
E LAZER

38 **DIREITOS**
DOS ANIMAIS

79 **ESTADO,**
DEMOCRACIA
E INSTITUIÇÕES

82

IGUALDADE
RACIAL

112

POLÍTICAS
DE CUIDADOS

86

JUVENTUDE
NO BRASIL

117

SAÚDE
COMO DIREITO

92

LGBTQIA+

121

SEGURANÇA
ALIMENTAR

98

MEIO AMBIENTE
E TRANSIÇÃO
ECOLÓGICA

126

TICs

103

VALORIZAÇÃO
DAS MULHERES

131

TRABALHO
DECENTE

108

PESSOA
IDOSA

135

TURISMO



F U N D A Ç ã O

Perseu Abramo

Partido dos Trabalhadores



EXPEDIENTE

Fundação Perseu Abramo

Instituída pelo Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores em maio de 1996.

Diretoria

Presidente: Paulo Okamoto

Vice-presidenta: Vívian Farias

Diretoras: Elen Coutinho e Naiara Raiol

Diretores: Alberto Cantalice, Artur Henrique da Silva Santos,
Carlos Henrique Árabe, Jorge Bittar, Valter Pomar e Virgílio Guimarães

Assessoria técnica:

Ana Flávia Marques, Andressa Caprecci, Eduardo Tadeu, Flávia Castelhana, Paulo Oliveira

Revisão técnica: Edmundo Machado de Oliveira

Coordenação de Comunicação: Pedro Camarão

Cidades

Rafael Calabria, Silmara Vieira da Silva, Lucélia Helena Moura, Renato Boareto, Flávio Tavares Brasileiro, Ion de Andrade, Lucia Maria Mendonça Santos, Ricardo de Gouvêa Corrêa, Evaniza Rodrigues, Mario Reali, Eleonora Lisboa Mascia, Nabil Bonduki, Nazareno Affonso, Creusamar de Pinho

Ciência, Tecnologia e Inovação

Adão Villaverde; Américo Bernardes; Anderson Gomes; Andreia Michele; Anísio Brasileiro; Artur Obino; Bruno de Oliveira; Bruno Gaspar; Bruno Moretti; Carlos Ocké; Célio L. Paulo; Celso Pansera; Denise Carvalho; Édrio Nogueira; Eduardo Tadeu; Esther Bemerguy; Edward Madureira; Francelino Grando; Gerson Gomes; Gilberto Câmara; Ildeu Moreira; Ima Vieira; João Cassino; Joelmo Oliveira; Jorge Audy; Jorge Bittar; Larissa Vieira; Lucas Tedesco; Luiz Gonzaga de Almeida; Marcelo Miterhof; Mariano Francisco Laplane; Marilene Corrêa; Miriam Chaves; Newton Lima Neto; Raimunda Monteiro; Reinaldo Guimarães; Ricardo Bielschowsky; Ricardo Bimbo; Ricardo Guanabara Leal; Rodrigo Leão; Rogério Mamão Gouveia; Romulo Orrico; Sarah Vale; Sergio Machado Rezende; Sergio Rosa; Sidarta Ribeiro; Sócrates Santana; Tatiana Sá; Verena Hitner; Luiz Antonio Elias (coordenador do NAPP CT&I)

Comunicação

Ana Flávia Marx (Marques), Beth Costa, Maria Alice Vieira, Laurindo Lalo Leal, Tais Ladeira, José Lima, Orlando Guilhon

Cultura

Christiane Montes Ramirez, Rafael Oliveira Fontes, Viviane Martins

Assistência Social

Márcia Helena Carvalho Lopes, Shirley de Lima Samico, Eutalia Barbosa Rodrigues, Denise Colin, Jucimeri Isolda Silveira, Letícia Bartholo

Cultura

Christiane Montes Ramirez, Rafael Oliveira Fontes, Viviane Martins

Assistência Social

Márcia Helena Carvalho Lopes, Shirley de Lima Samico, Eutalia Barbosa Rodrigues, Denise Colin, Jucimeri Isolda Silveira

Economia

Luiz Alberto Melchert de Carvalho e Silva, Virgílio Guimarães, Guilherme Proença

Economia Solidária

Rildo Simões, Edson Leonardo Pilati, Mariana Baptista Giroto

Educação

Olga Cristina Rocha de Freitas, Carlos Augusto Abicalil, Walisson Mauricio de Pinho Araujo, Eliacir Neves França, Bruno da Costa Ferreira, Marta Vanelli

Energia

Claudiane Barbosa de Jesus, Deyvid Bacelar, Fabiola Latino Antezana, Isadora Caminha Coutinho, José Sérgio Gabrielli de Azevedo, Julia Tieme Filie Kamada, Lorrane da Silva Costa Câmara, Mahatma Ramos dos Santos, Mateus Maracajá Tabach, Nathália Pereira Dias, Nelson José Hubner Moreira, Rafael Rodrigues da Costa, Tomás Braga E Braga, William Nozaki

Estado, democracia e instituições

Márcia Quadrado, Tiago Amaral Ciarallo, Ubiratan de Souza

Igualdade racial

Paulo Vinicius Baptista da Silva, Iraneide Soares da Silva

Juventude

Maria Eduarda Tencati, Helena Wendel Abramo, Gabriel Medeiros de Miranda

LGBTQIA+

Alexandre Peara, Azilton Ferreira Viana, Marcelo Nascimento, Nayara Ayres, Scarlett Gonçalves de Oliveira da Silva

Meio ambiente

Nilto Ignacio Tatto, João Bosco Senra, Titan de Lima, Rosalvo de Oliveira Junior, Marco Vidal, Robson da Silva Moreno, Júlio Barbosa de Aquino, Jairo Menegaz

Micro e pequena empresa

Miriam Duailibi, Eduardo Seraphim, Paulo Roberto Feldmann

Saúde

Eliane Cruz, Arthur Chioro, Colaboraram os membros do SNS-PT e Napp-Saúde

Mulheres

Eleonora Menicucci, Silmara Conchão, Vera Soares, Maria Luiza da Costa, Tatau Godinho, Ana, Flávia D'Oliveira, Maria Amélia de Almeida Teles, Viviam Farias, Christiane Montes Ramirez, Marilane Teixeira, Magda Barros Biavaschi

Tecnologia da Informação e Comunicação

Nelson Fujimoto, João Cassino, Rodrigo Campos Dilelio, Ricardo Fritsch, José Joaquín C García, Paulo Bastos Tigre, Corinto Meffe, Aníbal Diniz, Célio Paulo, Ricardo Bimbo, Alexandre Siqueira Mesquita, Rogério Alves

Trabalho

Diana Alberto, Eneida Vinhaes Bello Dultra, Silvia Portela, Artur Henrique, Léa Marques, Silvana Abramo Margherito Ariano, Marilane Teixeira, Magda Barros Biavaschi

Turismo

Marcelo Vargas Quadros, André Riani Costa Perinotto, Osiris Ricardo Bezerra Marques, Alexandre Panosso Netto, Ana Laura Perosa Ravagnani, Heros Augusto Santos Lobo, Diana Alberto, Ambrozio Correa de Queiroz Neto, Antônio Roldão dos Santos Filho, Renan Augusto Moraes Conceição, Ana Paula Rodrigues da Costa

Esporte e lazer

Augusto Cesar Rios Leiro, Roberto Lião Junior, Lino Castellani Filho, Eliane Elicker, Marco Antonio Santoro Salvador, Ednaldo da Silva Pereira Filho, Sávio Assis, Wilson Luiz Lino de Sousa

Direitos animais

Vanessa Negrini, Paulo Campos, Sebastiana Aparecida Rocha Ferreira, Kátia Duarte Moreira, Guilherme Zambarda Leonardi, Mônica Buava, Antoniana Ottoni, Gerlane da Silva Ferreira, Graciela Naibert Giurni, Alexander Welker Biondo, Arthur Henrique de Pontes Regis, Raphael Sebba, Eduardo Dos Santos, Vania Plaza Nunes, Silvana Andrade, Allan de Campos Silva

Segurança Alimentar e Nutricional

Adriana Aranha, Lilian Rahal, André Yosan

Pessoa idosa

Maria do Carmo Guido, Vicente Faleiros, Neusa Pivatto

Políticas de cuidado

Artur Henrique, Eleonora Menicucci, Laís Abramo, Luana Pinheiro, Marilane Teixeira, Rosilene Rocha

INTRODUÇÃO

A Fundação Perseu Abramo apresenta nesta publicação um rol de temas que tem como objetivo contribuir com a formulação de Programas de Governo de candidatos a prefeito e vereadores nas eleições municipais. Os temas aqui sugeridos resultam do acúmulo de debates realizados nos NAPPs – Núcleos de Acompanhamento de Políticas Públicas. Esses núcleos foram criados e desenvolveram um intenso papel na construção de uma crítica ao desmonte do País realizado pelos governos do pós golpe de 2016. Foram também fundamentais para a elaboração das diretrizes do programa de governo que levou à eleição de Lula e Alckmin. São coletivos que reúnem militantes dos partidos progressistas e dos movimentos sociais, dos setoriais do PT, de intelectuais e de gestoras e gestores públicos que buscam acompanhar o desenvolvimento das diferentes políticas públicas no País através de reuniões, debates e diálogos. Apesar da proximidade e alinhamento político com o Partido dos Trabalhadores, as contribuições deste caderno não refletem, necessariamente, as opiniões institucionais da entidade, tampouco do governo vigente.

Neste um ano e meio de governo do presidente Lula, muito já foi feito em termos de resgate das políticas públicas

que almejam o bem estar do povo brasileiro. Os empregos formais, com carteira assinada, voltaram a ser criados de forma expressiva e o desemprego medido pelo IBGE (7,5% em abril) atingiu o menor índice desde 2014. O rendimento médio do trabalhador voltou a crescer e também está retornando ao ponto mais alto atingido dez anos atrás.

Mesmo sob a égide desta melhora generalizada, conseguida de par com o controle da inflação, persistem ainda muitas divisões no seio das famílias no Brasil. O clima de ódio e mentiras (fake news) que habitam maciçamente a comunicação nas redes sociais continua sendo uma constante. Ao mesmo tempo, crescem os desafios impostos pela agenda ambiental, cujos eventos extremos atingiram de forma inédita e impiedosa o Rio Grande do Sul nas grandes enchentes de maio.

Esses três temas terão forte impacto no debate eleitoral das cidades nos próximos meses. É em suas cidades que as pessoas enfrentam 24 horas por dia a dura rotina de buscar o sustento e o progresso de suas famílias. É lá que deve haver melhoria da educação, da saúde, da habitação, mas também o restabelecimento da convivência civilizada e democrática entre as pessoas, para as quais devem ser abertos todos os canais de participação e decisão de

que dispõem as Prefeituras e suas Câmaras legislativas.

É nas cidades também que os gestores devem procurar estabelecer a conexão de seus planos e programas municipais com as prioridades e fontes de financiamento dos programas do governo federal, desenvolvendo um olhar todo especial para a transição ecológica. Nenhuma cidade ou Estado brasileiro, daqui para frente, estará imune ante os mesmos desastres ambientais que atingiram o Rio Grande do Sul, que viveu dois anos contínuos de grave se-

ca, seguidos de enchentes catastróficas. A questão ambiental não se limita a impedir a devastação da Amazônia. Requer planejamento, ação e políticas eficazes em todos os biomas em que estão imersas as cidades do País.

Esperamos que as sugestões das diretrizes que seguem nesses textos possam contribuir para o enriquecimento das discussões que terão lugar nas próximas eleições. E que a partir daí possamos avançar na construção de um Brasil com mais justiça social, respeito e paz.

Paulo Okamoto

Presidente da Fundação Perseu Abramo

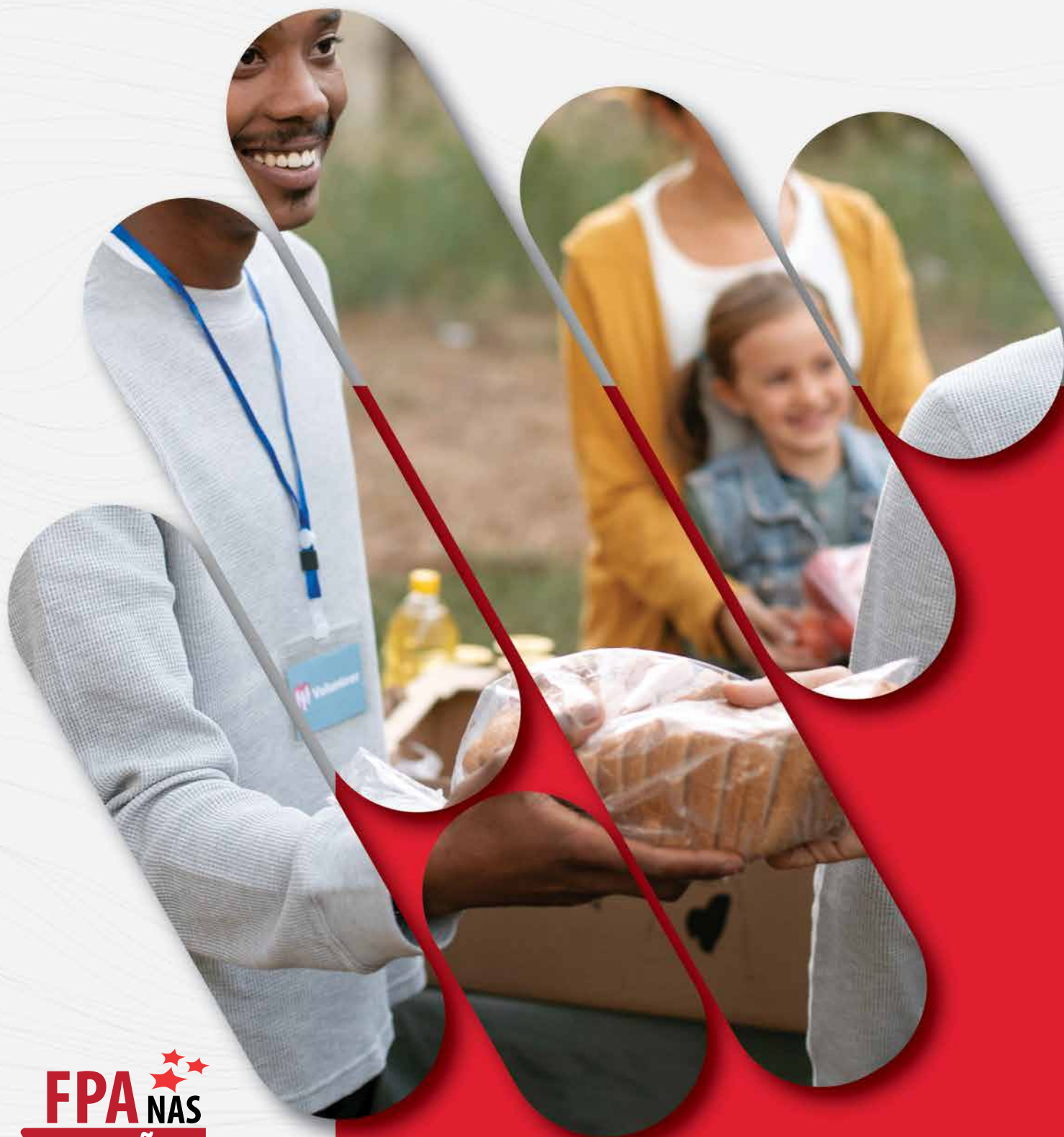


F U N D A Ç Ã O

Perseu Abramo

Partido dos Trabalhadores

ASSISTÊNCIA SOCIAL



COMPROMISSOS COM A **ASSISTÊNCIA SOCIAL**

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS), instituído no primeiro governo do Presidente Lula e transformado em lei no primeiro governo da presidenta Dilma, veio para materializar o conteúdo da Política Nacional de Assistência Social, efetivando os artigos 6º, 203 e 204 da Constituição Federal de 1988, e seu regulamento na Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS (Lei nº 8.742/1993). O SUAS se organizou em todo território nacional por meio de uma gestão de colaboração federativa e descentralizada, estabelecendo as corresponsabilidades dos entes federados.

Ao longo dos governos de Lula e Dilma, o SUAS se expandiu ao estruturar uma ampla oferta de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais. Essas iniciativas visam garantir a proteção social, abrangendo as dimensões de segurança de renda, acolhimento, convívio familiar, comunitário e social, desenvolvimento e autonomia, bem como a segurança de sobrevivência diante de riscos e calamidades.

Os municípios brasileiros executam a grande maioria da rede de serviços do SUAS composta por 8.583 Centros de Referência de Assistência Social – CRAS; 2.868 Centros de Referência Especializados de Assistência Social – CREAS; 9.500 Unidades de Cadastro Único; 30 mil acolhimentos de pessoas em situação de rua e 7.360 com maior concentração na Região Sudeste, seguida das Regiões Sul e Nordeste

Atualmente são cerca de 55 milhões de

beneficiários do Programa Bolsa Família, 96,6 milhões de pessoas estão inscritas no Cadastro Único (CadÚnico) para os Programas Sociais do Governo Federal e mais de 100 milhões de benefícios transferidos com impacto positivo na economia, por meio da transferência de R\$ 14,1 bilhões por mês e aproximadamente de R\$ 168 bilhões/ano. Outro impacto social positivo é o Benefício de Prestação Continuada – BPC que permite a distribuição de renda (1 salário-mínimo mensal) para aproximadamente 5,8 milhões de pessoas, entre idosos e pessoas com deficiência, ultrapassando R\$ 85 bilhões por ano. Para viabilizar o acesso dessa população vulnerabilizada aos benefícios socioassistenciais, é necessário investir na expansão e qualificação da rede de serviços socioassistenciais.

É importante destacar que após o golpe de 2016, e nitidamente no período de 2018 a 2022, houve um desmonte generalizado das políticas e, em parti-





cular, da política de assistência social, com a criação de programas desvinculados da lógica do Sistema, resultando na drástica redução do financiamento em âmbito federal, caracterizando uma ruptura do pacto federativo, mesmo diante da pandemia da Covid-19 e das recomendações internacionais em direitos humanos e proteção social. O cenário de destruição das políticas sociais com flagrante subordinação dos direitos ao ajuste fiscal e às políticas de morte e ódio.

Para o exercício de 2023 houve um corte de aproximadamente 95% na Lei Orçamentária. Com um orçamento praticamente zerado seria impossível o governo eleito manter os serviços instalados e os compromissos junto aos municípios. Mas o Brasil voltou, o SUAS voltou e houve uma recuperação quase total do orçamento aprovado pelo Conselho Nacional de Assistência Social, totalizando um repasse de mais de 6 bilhões de forma regular e automática no ano de 2023 até maio do ano de 2024.

O compromisso dos governos do PT e dos partidos aliados tem sido e continuará sendo o de efetivar, expandir e

qualificar as ofertas do SUAS, ampliando os direitos sociais e a proteção social não contributiva. Essas conquistas refletem a vontade política de alcançar todas/os as/os brasileiras/os, tirando da invisibilidade milhões de pessoas, fazendo deste país território de dignidade, de bem viver e de cidadania.

É fundamental que os pleitos eleitorais sejam pautados no desafio de reconstruir e ampliar o SUAS, diante do desafio do governo Lula de reconstruir o Brasil, de modo a avançar, a partir de uma direção nacional e pelo protagonismo dos municípios, na superação da fome, da pobreza e das desproteções sociais em contextos desiguais. Esta nova ética, orientada por um projeto político popular, requer a ampliação do acesso à proteção social, considerando as diversidades humanas, regionais e territoriais.

Apresentamos a seguir 5 diretrizes para o fortalecimento do SUAS, a superação da fome e da pobreza, cada uma com um elenco de propostas que devem servir de referências para as plataformas de programas de governo para os executivo e legislativos municipais.

GARANTIR A AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DE SERVIÇOS, BENEFÍCIOS, PROGRAMAS E PROJETOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NOS MUNICÍPIOS

- Maior cobertura de serviços por meio da expansão e qualificação das Unidades Públicas de Assistência Social - CRAS, CREAS e Centros de Atendimento Especializado para População em Situação de Rua (Centro Pop), Centros de Convivência, Acolhimentos, entre outros;

- Implantação de novas formas de acolhimento institucional na modalidade de guarda subsidiada, repúblicas, famílias acolhedoras para públicos vulneráveis, em especial das crianças e dos adolescentes, dos jovens egressos de acolhimento institucional e dos idosos com vínculos familiares rompidos;

- Implantação de Centro Dia para Pessoas Idosas, especialmente diante das tendências de mudanças demográficas, fortalecendo as parcerias com a rede socioassistencial não governamental;

- Fortalecimento do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil em âmbito local, protegendo as crianças no tempo da infância e desenvolvimento integral.

- Garantir estrutura administrativa formal para a gestão do Cadastro Único no SUAS, com RH qualificado para fortalecê-lo como instrumento de planejamento para a gestão territorial. São mais de 96 milhões de pessoas no CadÚnico no Brasil.

- Garantir que o atendimento para o CadÚnico seja em postos exclusivos ou na rede socioassistencial de CRAS, CREAS, CENTRO POP.

- Garantir recursos humanos exclusivos para o CadÚnico com quantidade suficiente para a demanda e com perfil e habilidades técnicas que possam sistematizar os dados e transformar em informação e conhecimento do território, de modo que subsidie o planejamento da gestão e ações do trabalho social, no contexto da Vigilância Socioassistencial.



INVESTIR, DESPRECARIZAR E QUALIFICAR O SUAS

- Destinação de recursos do Tesouro municipal ao Fundo Municipal de Assistência Social para a sustentabilidade do SUAS, manutenção e expansão dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, conforme as necessidades das famílias;
- Compromisso com a mobilização para aprovação da PEC nº 383/2017, que prevê a aplicação anual de pelo menos 1% da receita corrente líquida (RCL) da União e demais entes federados no financiamento do SUAS;

- Realização de concurso público e organização de equipes interdisciplinares em quantidade suficiente para a prestação qualificada de serviços, e com efetivação de políticas de valorização do trabalho e do trabalhador;
- Implantação do Programa de Educação Permanente do SUAS, para formação continuada das/os trabalhadoras/es e conselheiras/os de assistência social, para alcançar os resultados do trabalho social com as famílias e comunidade local;
- Implantar ações de valorização das/os trabalhadoras/es e desprecarização das condições de trabalho.

FORTALECER A PARTICIPAÇÃO POPULAR E O CONTROLE SOCIAL

- Implantação de Conselhos Populares Locais de Assistência Social nos territórios de CRAS, para fortalecer o acompanhamento e a avaliação da política de assistência social, contribuindo no processo democrático e na qualidade dos serviços prestados à população, bem como para identificar potencialidades para o desenvolvimento de projetos e

ações que promovam direitos, renda e qualidade de vida nos territórios;

- Fortalecimento da democracia participativa/deliberativa e do Conselho Municipal de Assistência Social, com capacitação continuada das/os conselheiras/os;
- Implantação de um programa de formação e educação popular no SUAS.

FORTALECER A INTERSETORIALIDADE E IMPLANTAR SERVIÇOS HÍBRIDOS E DE CUIDADO

- Ampliação da rede de atendimento à mulher em situação de violência, com implementação de programas específicos que visam a redução da desigualdade de gênero;

- Reordenamento da Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente, contemplando outros públicos e intensificando a participação das demais políticas públicas e articulação com o Sistema de Justiça;

- Implantação de Programas de fomento da autonomia voltados à juventude, trabalhadores informais e desempregados, e mulheres;

- Implantação de serviços em conjunto com saúde mental para atendimento de pessoas que demandam atenção especializada, bem como o desenvolvimento conjunto de serviços domiciliares que possam apoiar as famílias que vivem os cuidados contínuos com um

ou mais membros familiares;

- Implantação de serviços inovadores e integrados com a saúde que promovam o cuidado no domicílio;

- Fomento à integração entre as políticas de Assistência Social, de trabalho e renda e economia solidária para potencialização do acesso à renda e da inserção diferenciada no mundo do trabalho;

COMBATER A POBREZA MULTIDIMENSIONAL POR MEIO DA INTEGRAÇÃO DE **PROGRAMAS E PROJETOS DE COMBATE À POBREZA E DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA**

- Regulamentação e concessão de benefícios eventuais para atender situações de vulnerabilidade social temporária, destinados especialmente para jovens egressos de acolhimento institucional, mulheres em situação de violência, migrantes e pessoas com histórico de situação de rua, assim como o fomento e integração dos benefícios com a segurança alimentar e arranjos produtivos populares;

- Implantação de projetos de enfrentamento à pobreza com articulação e garantia de investimento técnico e financeiro a grupos populares, com priorização de mulheres e jovens, e integração com o Bolsa Família;

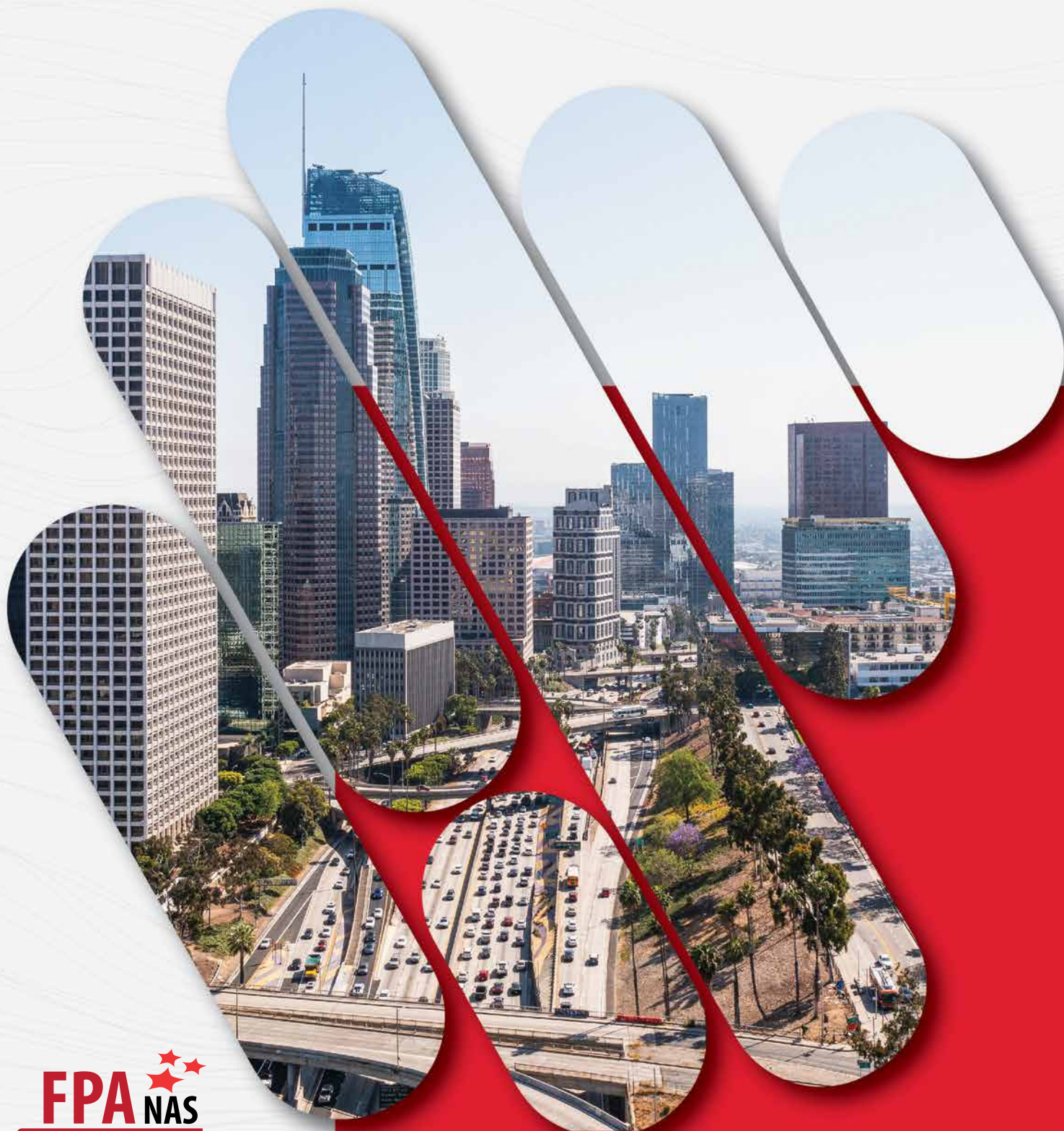
- Construção de programas e/ou projetos municipais de transferência de renda integrados e de complementaridade ao Programa Bolsa Família, por meio de articulação inter federativa e intersetorial;



- Ampliação do trabalho social com famílias e territórios de maioria do PBF na perspectiva da educação popular, visando o fortalecimento da autonomia e do desenvolvimento da capacidade protetiva das famílias .

- Desenvolvimento de modelo municipal de integração de serviços, benefícios (BPC, BE e PBF) e defesa de direitos, por meio de articulação e integração entre as políticas setoriais e transversais, especialmente Assistência Social, Saúde, Educação, Trabalho, Juventude, Criança e Adolescente, Cultura, Segurança Alimentar e Nutricional, Mulheres, Igualdade Racial, População de Rua, entre outras.

CIDADES RESILIENTES



Os objetivos centrais do programa municipal para as políticas urbanas devem partir de duas grandes linhas: a) redução das desigualdades urbanas e b) transição ecológica e climática nas cidades. Habitação, mobilidade, saneamento, uso do solo, ambiente urbano, entre outros temas, devem ser integrados e articulados com a política urbana, ambiental e econômica, de modo a garantir o direito à cidade (água, infraestrutura, moradia, mobilidade e conectividade) e ao mesmo tempo se relacionar com o crescimento econômico e geração de emprego e renda. Sob formas apropriadas a seu

perfil econômico e considerada sua inserção macrorregional, os municípios devem adotar os instrumentos de Reforma Urbana previstos no Estatuto da Cidade, bem como o planejamento inclusivo visando garantir a função social da propriedade, o combate à especulação e a captura da valorização imobiliária gerada por investimentos públicos. Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e a Nova Agenda Urbana da ONU, assim como a política nacional de desenvolvimento urbano (em elaboração pelo governo federal) devem ser orientadoras das propostas de políticas:

REDUÇÃO DAS **DESIGUALDADES URBANAS**

- Combater a desigualdade no acesso à terra, priorizando a baixa renda e buscando recursos do programa Minha Casa Minha Vida, mas também investindo recursos locais sempre que possível;
- Os projetos habitacionais devem ser inseridos na cidade e articulados aos objetivos dos planos diretores, para reduzir a segregação e aproximar moradia do trabalho, estudo e lazer;
- A depender das características do município, deve ser proposto um leque de alternativas habitacionais, como o retrofit e locação social nos centros urbanos, lotes urbanizados com material e assistência técnica onde houver disponibilidade de terra e empreendimentos autogeridos;
- A redução das desigualdades requer um programa robusto em territórios vulneráveis, como periferias, favelas e assentamentos precários, com intervenções integradas de regularização fundiária, urbanização, infraestrutura, saneamento, mobilidade, eliminação de risco, melhorias habitacionais, qualificação de áreas públicas e verdes, equipamentos sociais e assistência técnica, tendo como referência o programa Periferia Viva do governo federal;
- A universalização do acesso à água e ao saneamento básico é prioridade, seja nos municípios com serviços autônomos seja nos atendidos por empresas estaduais ou privadas.



ADAPTAÇÕES ÀS **MUDANÇAS CLIMÁTICAS**

- A redução das emissões de CO² na mobilidade, na gestão de resíduos e em toda a cadeia da construção civil é central na descarbonização das cidades e na transição climática e energética;
- Adaptar as cidades para enfrentar os eventos extremos gerados pela emergência climática passa a ser um desafio permanente, como ensinam as lições das grandes cheias no RS;
- É necessário investir na drenagem urbana, em obras de contenção de encostas, melhoria habitacional e recuperação da cobertura vegetal em áreas de risco;
- Fortalecer os serviços de alertas e prevenção, assim como a defesa civil e os núcleos comunitários;
- Estabelecer uma Governança Climática interna (Secretaria, Coordenadoria ou Departamento) apoiada em mecanismos de diálogo com a sociedade civil;
- Elaborar e manter atualizado o Inventário de GEE, estudo que subsidiará a elaboração de medidas de mitigação;
- Elaborar a Análise de Risco e Vulnerabilidade do Município (ARVC), fundamental para conhecimento dos prováveis impactos em determinados territórios, orientando a ação pública e os investimentos nas áreas de maior vulnerabilidade;
- Instituir sistema de Defesa Civil que envolva amplamente a sociedade, especialmente a população mais vulnerável;
- Estabelecer e ampliar mecanismos e possibilidades de financiamento climático, melhorando a gestão tributária e buscando recursos de Fundos nacionais e internacionais;
- Estabelecer instâncias de articulação regional, estadual e nacional para ações de mitigação, de prevenção e de resposta a desastres ambientais;
- Internalizar o conceito de justiça climática na definição de prioridades, pois se toda a população está sujeita aos eventos extremos, mais vulnerável é a parcela que vive em áreas de risco, sem infraestrutura ou com infraestrutura deficiente;
- Elaborar a revisão do Plano Diretor e da legislação Urbanística incorporando as demandas da Política Climática;
- Fomentar as ações de segurança alimentar, pois a mudança climática impactará a produção de alimentos;

- Fomentar as ações de capacitação e conscientização da população, esclarecendo qual o seu papel na mitigação dos gases de efeito estufa;
- Ampliar a segurança dos sistemas essenciais à população, com planos de contingência nas áreas de transporte, saúde e abastecimento.



HABITAÇÃO DE **INTERESSE SOCIAL**

- Municípios devem ter política própria, detalhada no Plano Local de Habitação de Interesse Social especialmente voltado para o atendimento da população com renda de até 3 salários mínimos, a qual responde por 85% do déficit habitacional acumulado do País;

- Detalhar o plano (PLHIS) em consonância com o Plano Diretor, ouvindo a população, suas demandas e propostas;

- Facilitar o acesso à terra de qualidade, utilizando instrumentos como as Zonas de Especial Interesse Social (ZEIS), IPTU progressivo em conjunto com recursos previstos no Estatuto das Cidades para combater ociosidade de terras urbanas, entre outros dispositivos amparados na legislação do Código Civil;

- Prover financiamento com recursos de programas federais e de próprios, neste caso oriundos, por exemplo, da Outorga Onerosa do Direito de Cons-



truir; Cota Solidariedade como a que já existe em Nova York, Paris e São Paulo; Contribuição por Melhoria Decorrente de Obra Pública, entre outros meios;

- Fomentar a habitação em áreas centrais que passam por esvaziamento, sob diversas modalidades de acesso: propriedade coletiva, locação social, voucher ou subsídio aluguel;

- Melhorar a qualidade da construção privada no âmbito do Minha Casa Minha Vida (MCMV), sob regulação e direcionamento do poder público municipal; desenvolver as municipalidades como agente promotor do MCMV e apoio à construção por autogestão;

- Construir uma agenda municipal prioritária para as periferias brasileiras, focada em urbanização de favelas como sinaliza o eixo do Periferia Viva do Novo Progra-

MOBILIDADE COMO DIREITO FUNDAMENTAL

O acúmulo de conhecimentos e experiências no mundo e no Brasil permite apontar medidas no campo da mobilidade urbana, entre as quais destacamos, de forma não extensiva, para o debate:

- Atuar para investir e promover políticas e programas de transporte e mobilidade superando a visão predominante de apenas gerenciar e operacionalizar os contratos sob concessão;
- Manter e reforçar a integração entre trânsito, transporte e mobilidade, com unificação do trabalho em uma só autarquia ou empresa pública;
- Ampliar os investimentos públicos em mobilidade, instituindo um Fundo de Mobilidade que garanta investimentos contínuos;
- Enfatizar a relação entre mobilidade e planejamento urbano de modo a incentivar moradias, principalmente para pessoas de baixa renda, nas regiões centrais das cidades e promover empregos nas regiões periféricas;
- Estabelecer o controle social e a participação por meio de Conselhos de usuários, audiências e consultas públicas;
- Considerar a acessibilidade universal em todos os setores e projetos, satis-

ma de Aceleração do Crescimento;

- Desenvolver nesta agenda as iniciativas de autogestão, sob liderança e indução do poder público municipal.



fazendo a demanda reprimida de pessoas com deficiência no acesso ao espaço público;

- Avançar na implantação de corredores de ônibus e implantar um serviço público de bilhetagem;
- Avançar na eletrificação do transporte, com apoio dos programas federais do PAC e projetos de financiamento do BNDES;
- Ampliação da rede cicloviária para garantir segurança dos ciclistas e estimular o uso da bicicleta; criar ou ampliar sistemas de bicicletas compartilhadas, públicos e gratuitos e adotar programas de promoção do uso da bicicleta.

COMUNICAÇÃO DEMOCRÁTICA



Embora boa parte das iniciativas institucionais para garantir uma comunicação democrática no País dependa de políticas públicas nacionais, é possível desenvolver iniciativas de comunicação no âmbito municipal com foco na conscientização da população sobre seus direitos. Os governos e demais poderes devem atuar no sentido de maior democratização dos meios, transparência e facilitação do acesso à informação, com diversidade e plura-

lidade das fontes e de opiniões. É importante diferenciar as iniciativas de caráter institucional governamental (comunicação do governo municipal, Prefeitura e Câmara Municipal) das iniciativas de políticas públicas voltadas para o exercício da cidadania a partir da difusão de uma informação veraz e de qualidade, especialmente diante da grande quantidade de informações falsas (fake news) que inundam as redes sociais. As diretrizes são:



Foto: Prodebel/Divulgação

INCLUSÃO DIGITAL E PARTICIPAÇÃO

Garantir a inclusão digital nas áreas urbana e rural como fator indispensável para a inclusão social e desenvolvimento econômico;

- Contribuir para ampliar a pluralidade e diversidade de fontes de informação no município, reconhecendo a comunicação como direito humano essencial à liberdade de expressão de todos e todas;
- Combater a desinformação e as 'fake news';
- Utilizar a Comunicação institucional

como ferramenta de conscientização dos direitos da população e democratização da gestão municipal, com transparência das ações e programas do governo;

- Garantia de acesso da população local às informações e serviços públicos, bem como participação popular na definição, monitoramento e implementação das políticas públicas municipais;
- Contribuir com a integração das diversas políticas públicas, usando a

comunicação institucional como instrumento de construção da transversalidade e complementaridade dessas políticas públicas municipais;

- Implementar um Plano Municipal de Comunicação com participação ampla, direta e descentralizada da socie-

dade civil organizada;

- Criar mecanismos que protejam os dados da população no serviço público e ao mesmo tempo promovam uma comunicação eficiente com vistas à conscientização das pessoas sobre seus direitos.

COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL DEMOCRÁTICA

- Implementar de fato no âmbito municipal a Lei de Acesso à Informação (Nº 12.527/2011), garantindo que a prefeitura, secretarias municipais, empresas públicas e autarquias se comprometam a responder às demandas em prazo legal (5 dias); esforço de transparência das informações que deve ser extensivo também às Câmaras de Vereadores;

- Assegurar o máximo de transparência e interatividade nos portais da prefeitura e da Câmara Municipal, possibilitando que o cidadão e a cidadã acessem as principais informações sobre a gestão e utilizem os serviços remotos de gestão (matrículas, certidões, alvarás, consultas médicas, exames), com acolhimento de suas dúvidas, críticas, sugestões e elogios;

- Dar maior conhecimento dos serviços de Ouvidoria à população, pois eles permitem dimensionar quais demandas encaminhadas estão sendo melhor respondidas ou equacionadas, no prazo e/ou na qualidade desejada;

- Produzir relatórios mensais das Ouvidorias e publicá-los nos respectivos portais da Prefeitura, Câmara Municipi-

pal, secretarias, empresas e autarquias públicas municipais;

- Implementar, ao lado dos serviços de Ouvidoria, Centrais de Atendimento aos cidadãos e cidadãs;

- Investir na comunicação via plataformas de redes sociais mais utilizadas na cidade e utilizá-las para o estabelecimento de um diálogo mais rápido e uma escuta frequente com a população;

- Adotar softwares livres na administração municipal (executivo e legislativo), com padrões abertos e licenças livres nos documentos e publicações dos órgãos públicos municipais;

- Criar uma Secretaria Municipal de Comunicação com capacidade para coor-



Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil

denar as diferentes assessorias de comunicação que servem ao poder público, fazendo uma gestão integrada dos diferentes meios e instrumentos de comunicação existentes;

POLÍTICAS GERAIS

- Dar suporte e apoio à realização periódica de conferências municipais de comunicação, com participação tripartite, espaço de debate, formulação e deliberação de políticas públicas desta área;
- Constituir, implementar, dar suporte logístico e garantir condições de funcionamento a um Conselho Municipal de Comunicação, com maioria de representação da sociedade civil e composição equilibrada e isonômica entre Poderes Públicos e sociedade civil;

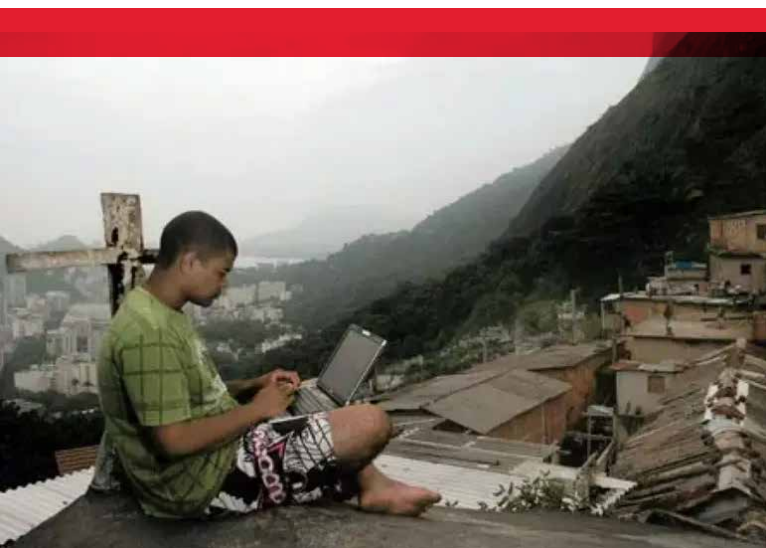


Foto: Divulgação

- Fortalecer as mídias públicas, comunitárias, populares, independentes e alternativas, estabelecendo um percentual mínimo na destinação das verbas públicas de publicidade para rádios e TVs comunitárias, jornais populares e

- Fazer uma gestão democrática, transparente e eficiente da Imprensa Oficial, cujo instrumento primeiro é o Diário Oficial do Município.

de bairro, blogs e sites alternativos;

- Onde a realidade orçamentária permitir, instituir o fomento para as mídias populares e alternativas, sempre que possível por meio de um Fundo de Fomento Municipal para a Comunicação Popular, com editais públicos definidos e lançados de forma transparente;
- Promover programas e iniciativas voltadas para a formação e alfabetização digital, incluindo escolas, pontos de cultura, lan houses, praças do conhecimento e redes de fibra ótica (última milha) que cheguem até as comunidades mais carentes;
- Adquirir e distribuir microcomputadores para escolas públicas municipais e ao mesmo tempo ampliar a oferta de banda larga gratuita no município por meio de acesso sem fio em grande escala, com a criação de hotspots, telecentros e postos de conexão;
- Desenvolver a educomunicação e a leitura crítica da mídia nas escolas da rede pública municipal, estimulando a prática da transversalidade dos temas educacionais nos espaços escolares;
- Apoiar a radiodifusão comunitária, cidadã e pública, com suporte às rádios e TVs comunitárias, rádios e TVs públicas locais.

CT&I PARA CIDADES INCLUSIVAS



As eleições municipais são uma oportunidade para fortalecermos o projeto de desenvolvimento social do governo federal e avançar em propostas voltadas à construção de cidades modernas, inovadoras, sustentáveis e inclusivas por meio dos recursos que Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) oferece. A oferta de serviços públicos de qualidade precisa ser acessível à população; as políticas setoriais devem procurar alavancar o crescimento das empresas e serviços locais, contribuindo com a geração de emprego, renda, cultura, la-

zer e a melhoria no acesso à educação, saúde e demais serviços. Dessa forma, tratar a implementação de políticas articuladas à CT&I como instrumento do desenvolvimento significa recolocar a pertinência do conhecimento científico para estruturação de ações que elevem a qualidade de vida da população. A participação das comunidades e de movimentos sociais nos processos de decisão e gestão deve ser uma constante. Os referenciais para os programas municipais devem ser:



INCLUSÃO, INOVAÇÃO E SUSTENTABILIDADE

- Fortalecer os ecossistemas de CT&I espalhados pelo País, articulando os planos de nossas gestões municipais com os programas e ações do governo federal;
- Fomentar os processos de transformação digital por que têm passado a sociedade, com incentivo ao desenvolvimento de novos negócios, em especial startups com produtos e serviços relacionados às tecnologias da informação e da comunicação;
- Estimular uma agenda de inclusão social na perspectiva dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), cujo maior desafio é reduzir a pobreza e melhorar a qualidade de vida da população;
- Envolver a participação popular no planejamento e gestão das infraestruturas e serviços públicos;
- Facilitar o intercâmbio de informações e a modelagem de projetos cooperativos, com alianças solidárias entre as cidades;

- Criar e fortalecer ecossistemas de inovação nas cidades com a participação de universidades, instituições de pesquisa, empresas, organizações sociais e poder público;
- Ressaltar a transversalidade das áreas de inclusão digital, saúde, educação, mobilidade urbana, segurança pública, modernização da administração e popularização da Ciência, como segue.

INCLUSÃO DIGITAL

- Garantir acesso à Internet por meio de wi-fi livre em praças, parques e áreas centrais e turísticas da cidade; telecentros, laboratórios de fabricação digital (Fab Labs), laboratórios hacker e de programação;
- Assegurar a conectividade de equipamentos públicos como escolas municipais, bibliotecas e salas de leitura;
- Avaliar a distribuição de chips de celular para professores da rede pública de ensino;
- Desenvolver programas de treinamento digital e informacional, ensinando a navegar no mundo digital quem ainda não sabe, aprofundando o seu senso crítico com respeito à desinformação e *fake news*.

CT&I EM INTERAÇÃO COM ÁREAS ESSENCIAIS

SAÚDE

- Fortalecer a atenção básica por meio de plataformas digitais do Ministério da Saúde, que permitam o uso de dispositivos móveis pelos agentes de saúde da família e consultas online principalmente para municípios de difícil acesso, numa visão sistêmica e integrada com municípios da região;
- Promover ações e programas que visem o aperfeiçoamento e a capacitação dos profissionais de saúde, através de plataformas digitais, com conectividade e equipamentos: desenvolver tecnologias inovadoras para melhorar o acesso aos serviços de saúde, como telemedicina e diagnóstico remoto;
- Aprimorar a atuação do município como gestor do SUS, especialmente por meio da formulação de políticas, da qualificação dos investimentos, da indução dos resultados, da modernização administrativa e tecnológica, da qualificação e transparência da informação. Buscar junto ao Ministério das Comunicações e ao Ministério da Saúde conexão em banda larga, coberta pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), para as Unidades Básicas de Saúde (UBS).

EDUCAÇÃO

- Atuar com as instituições de ensino superior no desenvolvimento de conteúdos e formação de professores;
- Prover infraestrutura tecnológica por meio de plataformas digitais interativas como ferramentas para a melhoria da gestão das escolas, projetos pedagógicos e diálogo com as famílias;
- Desenvolver centros vocacionais tecnológicos, conectando o sistema de CT&I do município ao sistemas estadual e federal, e as ações de popularização da ciência por meio de museus e centros de CT&I, espaços culturais, parques ambientais e outros equipamentos;
- Investir em programas de educação e capacitação em ciência, tecnologia, engenharia e matemática.



MOBILIDADE

- Implementar Sistema de Gestão de Dados e Informações Técnicas, de oferta, demanda, financeiras e socioeconômicas para o planejamento urbano e de redes de transportes aderentes às demandas dos cidadãos;
- Garantir condições de acessibilidade para pessoas com deficiência, como identificação inteligente, rampas de acesso, elevadores, codificação que transmita informações para celulares, e semáforos com sinalização sonora;
- Compartilhamento de bicicletas e patinetes elétricas, com estações distribuídas estrategicamente, incentivando a mobilidade sustentável e reduzindo o congestionamento nas vias;
- Implementar Sistemas de Informações ao Cidadão, acessíveis por aplicativos e por painéis e totens públicos — com obrigatória identificação em braille e apoio sonoro para deficientes visuais —, para que a população possa acompanhar o transporte coletivo;

SEGURANÇA PÚBLICA

- Criar conselhos de direitos humanos digitais com habilitação suficiente para discutir limites éticos dos sistemas de vigilância, violação de privacidade, medidas antirracistas e discriminação algorítmica;
- Implementar centros de inteligência operacional do município reunindo sistemas digitais de segurança pública para impedir ocorrências criminais em tempo real e intensificar o controle e monitoramento das vias com grande circulação de pessoas e veículos;



- Acoplar câmeras no fardamento da Guarda Civil Metropolitana e melhorar os sistemas de iluminação pública e de limpeza urbana.
- Preparar as cidades para enfrentar situações de emergência, como desastres naturais, enchentes ou incêndios.

MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

- Trabalhar com plataforma digital de gestão municipal. Sempre que possível, utilizar tecnologias de código livre e/ou aberto, e adotar e colaborar com o de-

envolvimento das soluções para municípios disponíveis no portal do Software Público brasileiro;

- Fazer alianças com outras cidades para elaboração de projetos conjuntos ligados à modernização tecnológica.

POPULARIZAÇÃO DE C,T&I

- Estimular nas escolas municipais, em seus currículos e práticas pedagógicas, a educação que valorize a curiosidade, as práticas investigativas e a busca de evidências em fenômenos naturais e sociais;
- Estimular e apoiar, nas escolas e junto às comunidades locais, a realização de

feiras de ciência, olimpíadas científicas, clubes de ciência, oficinas, eventos de ciência e cultura, entre outras atividades de ciência;

- Interagir com as comunidades locais na identificação, estudo e difusão de conhecimentos locais e promover a valorização do patrimônio científico e cultural existente no município.

Por fim, ressaltamos a importância de um olhar estratégico sobre os biomas e sua preservação, como forma de elevar a qualidade de vida da população. É estratégica a criação de Secretarias Municipais de CT&I dedicadas à implemen-

tação de políticas voltadas à energia renovável, como solar, eólica e biogás, bem como para reduzir a dependência de combustíveis fósseis e mitigar os impactos das mudanças climáticas (ver texto sobre meio ambiente).

A CULTURA TRANSFORMA





O Ministério da Cultura voltou e, com ele, devemos partir da reafirmação das bases do processo civilizatório que a cultura possibilita. Estamos em luta pela construção de uma sociedade mais justa e humana, que reconheça sua ancestralidade e seus embates para um país menos desigual. O Brasil conta com 387,6 mil empresas de cultura; receita líquida, em 2021, de R\$ 741 bilhões. O setor emprega 5,5 milhões de pessoas, equi-

valentes a 5,6% do total de ocupados no País, com 43,2% na informalidade e 40,9% na CLT. O montante total de salários pagos alcançou R\$ 83,3 bilhões em 2021, correspondendo a um salário médio mensal de R\$ 4.135,00. Pelo perfil de gênero, 43,7% dos postos eram ocupados por mulheres. As discrepâncias salariais entre homens e mulheres persistem, com os homens recebendo em média R\$ 4.730,37 ao mês, enquanto as mulheres auferem R\$ 3.354,00. Ao longo de 32 anos, mais de 55 mil projetos culturais receberam investimentos pela Lei Rouanet e geraram um retorno de R\$ 1,59 para cada R\$ 1,00 investido. O momento é o de fortalecer as possibilidades de construção social e legados que a cultura oferece. Para tanto, sugerimos cinco diretrizes básicas:

INSTITUCIONALIDADE E **MARCOS LEGAIS**

- Adesão ao Sistema Nacional de Cultura (SNC), possibilitando a formulação de um planejamento para essa gestão pública, de modo a respeitar a estrutura dos elementos do SNC conforme a Lei 14.835/2024, que “Institui o Marco Regulatório do Sistema Nacional de Cultura (SNC), para garantia dos direitos culturais, organizado em regime de colaboração entre os entes

federativos para gestão conjunta das políticas públicas de cultura”;

- Institucionalização do Sistema Nacional de Cultura por meio da ampla participação dos municípios, com a garantia de fontes de repasses pelo governo federal; estruturação dos fundos municipais de cultura com os percentuais previstos na adesão ao SNC garantindo o desenvolvimento socioeconômico;



IDENTIDADE, PATRIMÔNIO E MEMÓRIA

- Implementação dos Fundos municipais de cultura (seja com adesão ou criação), prevendo as garantias de preservação dos equipamentos culturais e patrimônios tombados, garantir a conclusão de obras e restauros, preservação, armazenamento e guarda de bens materiais e imateriais com a devida preservação de acervos, assegurando as bases legais para uso e acesso aos espaços, acervos e equipamentos de cultura em todo o território nacional.

DIVERSIDADE, TRANSVERSALIDADES E ACESSIBILIDADE

- Acesso dos municípios ao Programa dos Pontos de Cultura, com fortalecimento das culturas populares e grupos menos favorecidos; reafirmação da identidade brasileira através dos povos que consolidam nossa base social e dos setores que representam a diversidade e transversalidade dos segmentos abrangidos pela extensa cadeia que compõe a acessibilidade universal à cultura.

ECONOMIA CRIATIVA, TRABALHO, RENDA E SUSTENTABILIDADE



- Construir e reafirmar as garantias aos trabalhadores/as e técnicos da cultura, proporcionando garantias de direitos dos trabalhadores do País, com atenção especial aos mecanismos de fortalecimento das ações de inclusão ao processo criativo, formação, acesso e inclusão prevendo grupos etários como primeira infância, jovens, adultos, melhor idade, LGBT-QIAPN+, populações com baixo IDH e as que vivem em territórios sem titulação, demarcação nem respeito a seu saber e fazer.

DIREITO ÀS ARTES E LINGUAGENS DIGITAIS

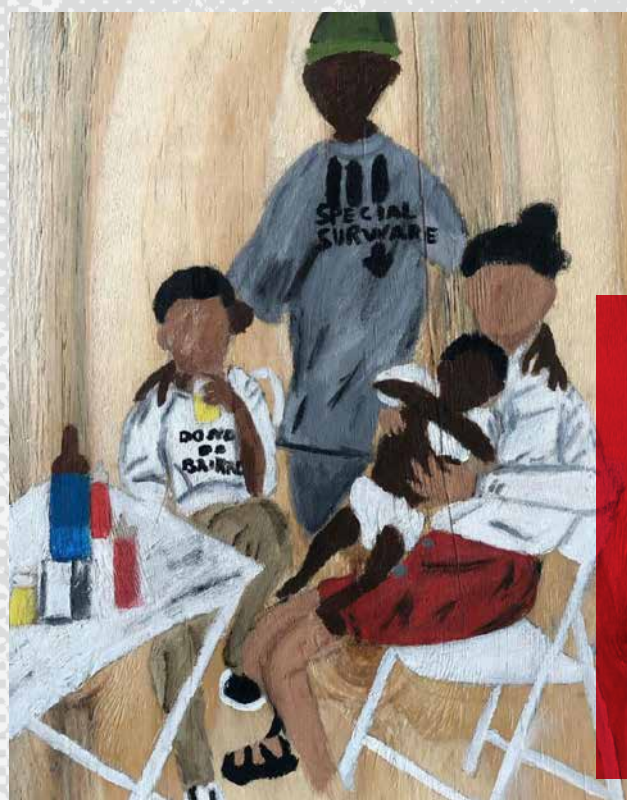
- Garantir a inclusão e o acesso aos meios digitais nas áreas rurais ou urbanas, a fim de promover a inclusão social e o acesso às políticas públicas de cultura a toda a população, em especial os direitos de acesso digital e o fortalecimento de meios de comunicação para melhor divulgação, orientação, controle e monitoramento de políticas públicas nos municípios brasileiros.

CULTURA, POLÍTICA E PERIFERIAS

É crucial reconhecer a forte relação entre cultura e política, especialmente nos territórios periféricos, sejam eles urbanos, rurais, econômicos, de povos e comunidades tradicionais etc. Os grupos culturais das periferias brasileiras desempenham uma diversidade de atividades que vão desde oficinas e apresentações artísticas até formações políticas e ajuda mútua à população em momentos de crise, como evidenciado durante a pandemia.

Reconhecendo a centralidade desses grupos para a transformação dos territórios periféricos, é de suma importância que candidatos e candidatas se comprometam a:

- Criar e incentivar políticas públicas de cultura que fomentem e financiem atividades nas periferias, possibilitando também a participação de grupos sem figura jurídica - com repasses via CNPJ e CPF. Para além dos editais, é preciso institucionalizar essas políticas e programas (sempre que possível, via leis municipais que incluam rubricas orçamentárias conforme previsto no SNC);



Arte de Wilson Ferreira

- Retomar uma política participativa de fato, envolvendo as organizações das periferias no nível municipal. A escuta garante o exercício da cidadania;
- É imprescindível estabelecer o fortalecimento das instâncias de participação, como comitês e conselhos municipais de cultura com a participação de representantes de grupos culturais setoriais, identitários da comunidade e periféricos.

DIREITOS DOS ANIMAIS



NAS CIDADES QUE QUEREMOS, **ANIMAIS SÃO SUJEITOS DE DIREITO**

As cidades que almejamos construir, vibrantes e prósperas, devem reconhecer e acolher todos os seus habitantes, incluindo todas as espécies de animais que compartilham conosco este espaço. A população brasileira está cada vez mais consciente da importância de proteger os animais e garantir seu bem-estar. Com mais de 77 milhões de animais em lares brasileiros e 14% da população se declarando vegetariana ou vegana, a saúde humana e os direitos dos animais estão interligados. A ciência comprova que a exploração animal no sistema produtivo, bem como a caça e o desmatamento contribuem para o surgimento de doenças zoonóticas, como a COVID-19 e gripe aviária. A defesa dos animais também é crucial na luta por um Brasil sem fome, com água para todos e menos emissões de gases estufa, privilegiando sistemas alimentares resilientes e justos. A defesa dos direitos e da proteção dos animais de todas

as espécies não é apenas uma questão de compaixão, mas também ética e de justiça social, de saúde pública e ambiental.

A situação atual dos animais em nossas cidades é alarmante, com muitos sofrendo abandono, maus-tratos e exploração. Nas ruas, enfrentam fome, doenças, frio e agressões; em cativeiro, vivem em condições precárias e sem cuidados básicos. É preciso combater a exploração de animais em práticas desportivas cruéis, rinhas, testes em laboratórios e sistemas produtivos que causem sofrimento animal. O tráfico ilegal de animais silvestres também precisa ser erradicado.

Apresentamos uma proposta abrangente para a inclusão dos direitos animais na agenda pública municipal, com foco em cinco áreas principais, detalhando as ações necessárias para o sucesso de cada iniciativa, com a inclusão de sugestões adicionais:



1. PROTEÇÃO **INTEGRAL DOS ANIMAIS:**

CRIAÇÃO DA AGENDA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO, DEFESA E DIREITOS ANIMAIS:

- **Criação da Secretaria Municipal de Proteção, Defesa e Direitos Animais** ou, alternativamente, a criação de Superintendência de Proteção, Defesa e Direitos Animais subordinada à Secretaria de Meio Ambiente.
- **Participação intersetorial:** Institucionalização de um conselho municipal e de outros mecanismos permanentes de participação social com diferentes órgãos públicos, tutores, sociedade civil, ONGs e protetores independentes na construção e implementação da agenda.
- **Competências e recursos orçamentários:** Definição formal de responsabilidades e verbas específicas para cada ação da agenda, garantindo a efetividade das medidas e a transparência na gestão dos recursos.
- **Plano Plurianual de Gestão (PPAG):** Planejamento estratégico de longo prazo com metas e indicadores específicos para o bem-estar animal.
- **Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO):** Diretrizes para a aplicação dos recursos com foco na efetividade das políticas públicas e na otimização do orçamento.
- **Lei Orçamentária Anual (LOA):** Ação anual com recursos específicos e transparentes para os direitos animais, com detalhamento das rubricas e acompanhamento da execução.
- **Fundo municipal:** Estruturação de um fundo municipal para a defesa dos animais, com destinação de recursos e com a possibilidade de captação de recursos.
- **Plano Diretor:** Incorporar diretrizes de proteção e defesa animal nas normas



de planejamento e desenvolvimento urbano municipal, tanto em território rural como urbano.

- **Diagnóstico detalhado:** Realização de um estudo abrangente para identificar os principais problemas da situação dos animais no município, considerando aspectos como abandono, maus-tratos, acesso à saúde e controle populacional ético.
- **Canal Animal:** Criação de uma linha telefônica gratuita para denúncias de maus-tratos, para informar sobre animais achados, perdidos, acidentados e outras ocorrências, garantindo o fluxo correto da demanda aos respectivos órgãos responsáveis, em todos os âmbitos da administração pública, seja ela municipal, estadual ou federal, faci-

litando o acesso da população e garantindo agilidade nas respostas.

- **Protocolos e processos integrados:** Ação conjunta entre diferentes poderes e órgãos para garantir a proteção dos animais, com foco na prevenção, investigação e punição de crimes contra os animais.
- **Investigação de maus-tratos:** Apoio a investigação de casos de maus-tratos, promovendo a atuação conjunta com a polícia e demais órgãos competentes. Treinamento dos agentes e da população para não descaracterizarem os cenários de possíveis crimes contra os animais.
- **Elaboração de planos municipais de proteção à vida dos animais em eventos climáticos e desastres ambientais.**

2. MANEJO POPULACIONAL ÉTICO **DE CÃES E GATOS E BEM-ESTAR ANIMAL:**

- **Ampliação do acesso à castração:** Realização de mutirões de castração em diferentes regiões do município, priorizando áreas de maior vulnerabilidade social e populacional de animais. Parcerias com ONGs, clínicas veterinárias e universidades para oferecer preços acessíveis e atendimento de qualidade.
- **Identificação individual dos animais:** Implantação da microchipagem gratuita e obrigatória para todos os cães e gatos do município, com registro em um banco de dados atualizado e acessível à população. Campanhas de conscientização sobre a importância da microchipagem.
- **Campanhas educativas:** Conscientização sobre a guarda responsável e os be-



nefícios da castração, abordando temas como saúde animal, controle populacional, comportamento e bem-estar. Prevenção da procriação indesejada e do abandono de animais, enfatizando a importância da guarda responsável e da adoção consciente.

- **Fiscalização:** Combate à criação ilegal de animais e ao comércio irregular de filhotes, através de ações conjuntas entre diferentes órgãos e fiscalização ostensiva. Proibição de vendas de animais em lojas e feiras livres.
- **Adoções:** Incentivo a realização de eventos de adoção regulares e campanhas de adoção responsável, priorizando animais em situação de vulnerabili-

dade e promovendo a integração com a comunidade.

- **Políticas Públicas para Cães e Gatos Comunitários:** Criação políticas públicas de atenção e cuidado para animais que vivem nas ruas sob responsabilidade da comunidade.
- **Parcerias com entes privados:** Nas cidades sem Centros de Acolhimento, é recomendado estabelecer parcerias com atores da sociedade civil que se responsabilizem em cumprir requisitos como acolhimento, cuidados veterinários, vacinação, castração, promover eventos de adoção e prática da captura-esterilização-devolução (CED) em caso de gatos em colônias.

3. INCLUSÃO SOCIAL DOS **CARROCEIROS E CHARRETEIROS:** **APOIO À TRANSIÇÃO PARA ATIVIDADES ALTERNATIVAS:**



- **Programas de transferência de renda:** Apoio financeiro durante a transição para carroceiros e charreteiros, com acompanhamento social e profissional para garantir a reinserção no mercado de trabalho.
- **Proibição de práticas desportivas cruéis com animais.**
- **Educação permanente:** Capacitação para novas áreas de atuação com foco na geração de renda e desenvolvimento profissional. Provisão de cotas e bolsas de estudo para o ex-carroceiro e familiares.
- **Formas substitutivas de geração de renda:** Empreendedorismo e cooperativismo, com incentivos fiscais e apoio

técnico para a criação de novos negócios.

- **Incentivo à utilização de veículos de tração não animal:** Veículos elétricos e bicicletas de carga, com subsídios e linhas de financiamento, além de campanhas de conscientização sobre as vanta-

gens para o bem-estar animal e o meio ambiente.

- **Destinação humanitária e digna aos equídeos:** Criação de um programa para a reabilitação e reintegração dos animais e destinação para santuários.

4. CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE A EXPLORAÇÃO ANIMAL E **PRO-MOÇÃO DA CULTURA DE PAZ E RESPEITO AOS ANIMAIS:**

IMPLEMENTAÇÃO DE INICIATIVAS EDUCATIVAS:



- **Ampliar oferta de alimentação vegetariana e vegana:** Incremento de alimentação saudável nas escolas municipais, hospitais, creches, órgãos de assistência social e outros órgãos públicos, com inclusão de opções veganas e vegetarianas, integrais e sustentáveis, em acordo com o Guia Alimentar para a População Brasileira, além de oficinas de culinária saudável.

- **Capacitação de profissionais da área de alimentação:** Cursos e workshops para cozinheiros, nutricionistas e ou-

tros profissionais sobre culinária vegetal, com foco na nutrição.

- **Educação alimentar e nutricional:** Divulgação de informações sobre os impactos da exploração animal no meio ambiente, com a participação de especialistas. Criação e distribuição de materiais informativos sobre a importância do respeito aos animais, incluindo cartilhas, folders e vídeos educativos.

- **Superação da Cultura de Aprisionamento de Animais em Gaiolas:** Formulação de campanhas de conscienci-

zação que promovam a superação da cultura de aprisionar animais, como aves e outros.

- **Incentivo ao consumo consciente:** Promoção de produtos livres de crueldade animal, com campanhas de conscientização e parcerias com empresas que adotam práticas éticas.

- **Desenvolvimento de uma cultura de paz e não-violência:** Programa amplo de promoção de cultura de paz como alternativa à cultura de violência, dominação e exploração, que abrange o enfrentamento ao especismo, o machismo, o racismo e a lgbtfobia.

- **Incentivo à produção e consumo de alimentos orgânicos e livres de agrotóxicos:** Apoio a agricultores familiares e feiras agroecológicas, com foco na agricultura familiar e na preservação

do meio ambiente.

- **Iniciativas de Educação Ambiental:** Implementação de programas nas escolas para promover a conscientização desde a infância, destacando a campanha “Silvestre não é PET”.

- **Campanhas de conscientização sobre os impactos da comercialização de animais vivos:** Divulgação dos impactos negativos do comércio de animais vivos.

- **Campanha adote, não compre:** incentivo à adoção responsável como alternativa mais ética e sustentável.

- **Redução do uso de embalagens plásticas:** Implementação de políticas públicas que incentivem o uso de materiais recicláveis e biodegradáveis, com foco na diminuição do impacto ambiental e na preservação dos ecossistemas aquáticos.

5. INCENTIVO A SISTEMAS DE PRODUÇÃO DE **ALIMENTOS MAIS SUSTENTÁVEIS E ÉTICOS:**

- **Agroecologia e criação agroflorestal:** Apoio técnico e financeiro a produtores que adotam práticas que respeitam o meio ambiente e o bem-estar animal, com a criação de programas de incentivo e selos de qualidade.

- **Redução do uso de agrotóxicos e antibióticos:** Promoção de métodos alternativos de produção, com foco na agricultura familiar e na preservação da saúde animal e humana.



ECONOMIA



JUSTIÇA TRIBUTÁRIA, DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE NO MUNICÍPIO

A tributação no âmbito municipal e as políticas de desenvolvimento econômico e social encontram-se intimamente ligadas com a sustentabilidade e a justiça social. Essas dimensões são tratadas nessas diretrizes que sugerimos sejam adaptadas - nos programas de governo dos candidatos majoritários e dos postulantes a vereador - à realidade local. Por exemplo, há municípios que sequer

ainda dispõem de uma planta genérica de valores, base para a tributação da propriedade na cidade. Em outros, elas existem e precisam de aperfeiçoamento. O mesmo se aplica a experiências já desenvolvidas em certos municípios governados pelo PT e que dizem respeito à renda básica de cidadania, à governança digital e à sustentabilidade.

REFORMA TRIBUTÁRIA **JUSTA E SOLIDÁRIA**



O sistema tributário tem importância fundamental para os municípios e, por isso, devemos iniciar pela verificação dos impactos da estrutura vigente na cidade, bem como das possíveis reformas que tenham como objetivo a busca da justiça tributária, sobretudo em benefício dos mais pobres. Este também será um momento da disputa política em que avançaremos nossas po-

sições acerca dos valores e visões, elucidando que a progressividade tributária por nós defendida se baseia na solidariedade social. Por sua capacidade contributiva, os segmentos sociais com maior capacidade econômica são naturalmente os que mais podem contribuir para a oferta de creches, UBSs e outros bens e serviços públicos de acesso universal a toda a população.

PLANTA GENÉRICA DE **VALORES E PROGRESSIVIDADE**

A progressividade do IPTU deve levar em conta a temporalidade do bem, assim como o uso do imóvel, a extensão da área ocupada e o valor do terreno. Em termos de Uso do Imóvel, há que se considerar a eventual existência de atividade rural em meio urbano, bem como o inverso. A tecnologia da informação possibilita a padronização tributária em alguns municípios específicos, mas tal medida não é passível de generalização, requerendo uma consistente análise de caso, de preferência referenciada em municípios com experiências de êxito.

Há também casos em que o uso de imóveis similares podem ser considerados de uso industrial, comercial ou de prestação de serviços, criando o fenômeno da metropolização. Isso implica que municípios de uma mesma área metropolitana compartilhem a oferta de produtos (bens ou serviços), sem que a tributação seja condizente.

Por fim, há o imóvel de interesse social,

que pode determinar a redução, quando não a isenção do imposto. Isso pode induzir o adensamento das cidades, reduzindo o investimento em infraestrutura oriundo da pressão sobre os mais pobres rumo à periferia.

A determinação de alíquotas pelo uso parece ser parte importante do algoritmo que aperfeiçoa tanto o sistema tributário atual como o futuro. No quesito Área, o IPTU tende a ser mais passível de progressividade quanto maior for a cidade, principalmente levando-se em conta o conceito de solo criado, inerente à verticalização. Em termos de Valor, a incidência tende a ser mais progressiva nos municípios onde há uma clara distinção entre o que é urbano e o que é rural. A regionalização urbana é um fator preponderante na determinação do valor venal do imóvel. Em caso de ociosidade, considerados o tempo de desocupação e a expectativa de valorização, pode-se coibir a mera especulação por meio da cobrança progressiva.

RENDA BÁSICA **DE CIDADANIA**

Não podemos dispensar as experiências locais que amplificam as transferências de renda de programas como o Bolsa Família. A exemplo do que se verifica nas cidades fluminenses de Maricá, Niterói e Macaé, seus programas locais têm enorme impacto positivo nas economias municipais, além de fortalecer a dignidade e a cidadania de um contingente maior de pessoas que ne-

cessitam de apoio.

Os programas municipais devem ser inspirados em características como a maior universalidade possível, a incondicionalidade, os valores igualitários por indivíduos e a regularidade. Os pagamentos em dinheiro ou em moeda social dos benefícios desses programas criam um caminho natural para a consolidação do comércio solidário. As eta-

pas de transição para um programa dessa natureza devem priorizar as camadas mais necessitadas, como preconiza o conceito de renda básica de cidadania já expresso em legislação brasileira.

Programas desse tipo devem ser inte-

grados aos instrumentos de economia solidária, como Bancos Comunitários e o pagamento por meio de Moedas Sociais locais, que impulsionam a atividade econômica e promovem o desenvolvimento local.



GOVERNO DIGITAL: **MAIS EFICIÊNCIA E MAIS ECONOMIA**

A digitalização do governo possibilita simplificação e maior agilidade na administração pública, maior transparência e sobretudo uma oportunidade para economizar e reduzir gastos. Por meio do Ministério da Gestão, o governo federal oferece sistemas digitais como o Processo Eletrônico Nacional (PEN) e também capacitação para sua implementação por meio da Escola Virtual de Governo (EVG). Há também sistemas para as compras públicas e contratações, como o Compras.gov.br e o Portal Nacional de

Contratações Públicas.

Existem no mercado mais de dez produtores qualificados para a produção e implantação de sistemas ERP-Enterprise Resource Planner dedicados à administração pública, restando contudo a necessidade de se fazer a padronização do banco de dados de tal forma que os dados possam ser compartilhados entre os municípios. Essa padronização poderá ser conduzida pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), cujas normas já fazem parte de leis e decretos.

FINANCIAMENTO E **TRANSIÇÃO ECOLÓGICA**

O caminho aqui passa por medir o balanço energético de cada município, de modo que os ganhos obtidos se transformem em lastro para papéis a

serem negociados no mercado de valores. A Transição Ecológica nos municípios passa pela promoção de quatro vertentes:

MOBILIDADE URBANA

A eletrificação das frotas de ônibus é uma política pública de transição ecológica que aprimora a qualidade de vida dos munícipes, pois além da diminuição da emissão de gases poluentes, também reduz a poluição sonora. Apesar do maior custo para sua aquisição, os ônibus elétricos garantem redução significativa de custo, operacional e de manutenção, ante o diesel.

O BNDES vem se empenhando na eletrificação das frotas de ônibus, que pode ocorrer mediante formas distintas: compra direta pelos operadores ou pelo poder público; subsídios diretos do poder público para a compra pelo operador; locação dos ônibus, pelos operadores, junto às Sociedades de Propósito Específicas criadas com esse objetivo ou junto aos fabricantes, entre outras possibilidades.



ECONOMIA CIRCULAR E RESÍDUOS SÓLIDOS

A RECICLAGEM, no limite, permite que o produto possa ser usado indefinidamente sem perder significativamente suas características. O produto mais reciclável que existe é o vidro. Entre os metais, o alumínio é o mais reciclável. A Cosipa e a Gerdau surgiram para reciclar ferro-velho, cujo termo não existiria se a atividade de reciclar não fosse economicamente significativa.

O REPROCESSAMENTO, por sua vez, refere-se à redução do desperdício de matéria-prima num dado processo produtivo. No século XIX, morria-se

por respirar a penugem de algodão, que era liberada no processo de cardagem. Hoje, há exaustores com filtros de manga nos cotonifícios para reprocessar cada fibra captável, resultando em produtos como moletons e calças Jeans. O reprocessamento de madeira deu origem ao MDF, do qual se fazem 90% dos móveis. Moendas de polímeros nas fábricas de peças técnicas de plástico possibilitam o reprocessamento de rebarbas, processo que também acontece com aparas de ferro, de alumínio e de quaisquer outros metais.

O REUSO refere-se aos bens que, depois de tratamento, podem ser usados em outras atividades econômicas que

não as originais. A água de reuso, por exemplo, pode ser utilizada para lavar calçadas, ou mesmo para limpeza de máquinas na indústria.

O REAPROVEITAMENTO ocorre quando os bens são usados para um fim secundário com o mínimo de manufatura.

A Política Nacional de Resíduos Sólidos estabeleceu a ordem de prioridade para o gerenciamento de resíduos e garante o envolvimento e a inclusão social de catadoras e catadores, tendo como diretriz evitar ao máximo aterrar, incinerar e desperdiçar o potencial energético. Os resíduos são uma fonte de emissão de gás metano e a reciclagem e a biodigestão são oportunidades para gerar renda e produzir energia.

É fundamental implementar a coleta seletiva em três frações, separando recicláveis, orgânicos e rejeitos. A amplia-

ção da reciclagem requer a contratação direta e a promoção de investimentos públicos em espaços de trabalho e equipamentos destinados às cooperativas de catadores. Propõe-se também a construção de centrais municipais de resíduos sólidos, que devem também ser geridas pelas cooperativas, ampliando a produtividade na separação de resíduos recicláveis.

A biodigestão permite que a fração orgânica seja reaproveitada na produção de compostos de qualidade que podem ser empregados tanto no enriquecimento e recuperação de solos - para a produção de alimentos, jardinagem e conservação ambiental - como na geração de energia. A biodigestão poderá ser adotada como uma alternativa imediata, pressupondo que o município utilize o aterro apenas para rejeitos.

CUIDADOS COM A ÁGUA

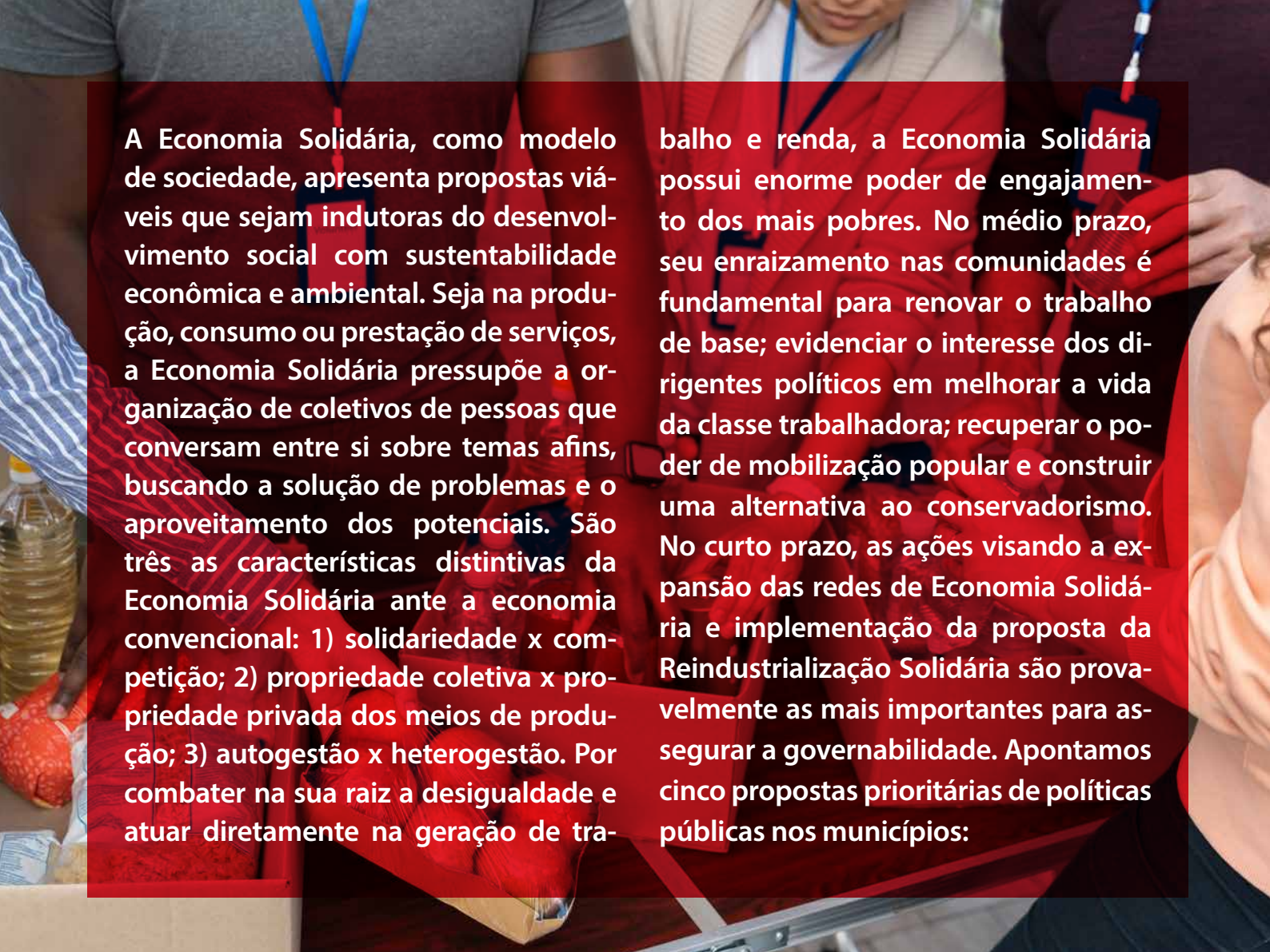
Para uma captação eficiente, é preciso combater a impermeabilização do solo, de modo que a percolação impeça as constantes enchentes. A impermeabilização impede que a água das chuvas chegue ao lençol freático e auxilie na preservação dos aquíferos. Na área rural, pode-se remunerar o produtor agrícola pela preservação das fontes e nascentes, de forma que os mananciais sejam repostos com o menor desperdício possível, evitando-se ainda a erosão.

No sistema de distribuição, os vazamentos devem ser consertados logo que detectados e não só quando a perda de faturamento for maior do que o custo do reparo. A tributação da diferença entre a quantidade captada e a realmente distribuída poderia ser uma boa parte da solução.

No consumo e descarte, deve-se evitar fortemente que se use água tratada para lavar calçadas, automóveis e mesmo regar praças e jardins. Deve-se incentivar a utilização de água de reuso sempre que a atividade permitir.

ECONOMIA SOLIDÁRIA





A Economia Solidária, como modelo de sociedade, apresenta propostas viáveis que sejam indutoras do desenvolvimento social com sustentabilidade econômica e ambiental. Seja na produção, consumo ou prestação de serviços, a Economia Solidária pressupõe a organização de coletivos de pessoas que conversam entre si sobre temas afins, buscando a solução de problemas e o aproveitamento dos potenciais. São três as características distintivas da Economia Solidária ante a economia convencional: 1) solidariedade x competição; 2) propriedade coletiva x propriedade privada dos meios de produção; 3) autogestão x heterogestão. Por combater na sua raiz a desigualdade e atuar diretamente na geração de tra-

balho e renda, a Economia Solidária possui enorme poder de engajamento dos mais pobres. No médio prazo, seu enraizamento nas comunidades é fundamental para renovar o trabalho de base; evidenciar o interesse dos dirigentes políticos em melhorar a vida da classe trabalhadora; recuperar o poder de mobilização popular e construir uma alternativa ao conservadorismo. No curto prazo, as ações visando a expansão das redes de Economia Solidária e implementação da proposta da Reindustrialização Solidária são provavelmente as mais importantes para assegurar a governabilidade. Apontamos cinco propostas prioritárias de políticas públicas nos municípios:

EDUCAÇÃO EM **ECONOMIA SOLIDÁRIA**

A formação em economia solidária nas escolas pode ser inserida do Ensino Fundamental ao Médio, com práticas de “autogestão”, participação e divisão das tarefas cotidianas de convivência e bem estar do coletivo; introdução do conceito de educação democrática e indutora de uma perspectiva profissional para os jovens;

- Formação em Economia Solidária em cursos voltados ao mundo do trabalho, através de convênios com instituições de ensino de jovens e adultos, incidindo sobre o currículo de cursos profissionalizantes, especialmente com a inclu-

são do associativismo e cooperativismo como modalidades de organização coletiva no mundo do trabalho;

- Formação da sociedade como um todo em Economia Solidária através de campanhas publicitárias voltadas à educação de consumidores conscientes, capazes de identificar e valorizar os produtos e serviços da economia solidária que agregam “o bem viver”, relações mais justas entre produtores e consumidores, respeito ao meio ambiente e valorização do ser humano na sua integralidade.

FOMENTO AOS EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS

- Apoio às cooperativas, associações e coletivos de trabalhadoras e trabalhadores que optarem pelo trabalho coletivo autogestionário;
- Criação de Centros Públicos de Economia Solidária descentralizados nos territórios/regiões das cidades e de Incubadoras Públicas Municipais de Economia Solidária, próprias ou em parcerias e convênios com universidades e institutos públicos e privados;
- Oferta de assessoria administrativa, financeira, jurídica, contábil e em comunicação e comercialização aos coletivos de trabalhadoras/es para formalizá-los como empreendimentos viáveis economicamente;
- Dotar os Centros Públicos de Economia Solidária de estruturas adequadas para comercialização; reuniões, prestação de assessorias e formação, com acesso livre e gratuito a internet e computadores;
- Montagem de cozinhas comunitárias e centros de beneficiamento autogeridos que trabalhem com produtos agroindustriais provenientes de empreendimentos econômicos solidários;
- Criação de bancos comunitários, cooperativas de crédito solidário e fundos rotativos solidários, com fomento aos empreendimentos utilizando microcrédito solidário voltado à estrutura-

ção e capitalização dos negócios solidários, com taxas e garantias reduzidas e a fundo perdido;

- Legislação adequada para compras de insumos, cozinhas solidárias, hortas urbanas, fomento à produção de alimento agroecológico e orgânico, apoiando os coletivos de compras conjuntas;
- Apoio às associações e cooperativas de reciclagem por equipes técnicas com atribuição exclusiva e estrutura adequada para dar suporte a catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis (Lei 12.305/2010);
- Apoio e fomento ao cooperativismo de plataforma através da criação e divulgação de aplicativos e sites destinados a ofertar produtos e serviços dos empreendimentos econômicos solidários.



COMPRAS PÚBLICAS

- Empregar o poder de compra do município no fomento aos produtores locais, em especial daqueles que integram as redes de Economia Solidária de produção, consumo e serviços financeiros;
- Classificar os itens da compra municipal de bens e serviços realizados pelos distintos órgãos do governo segundo a probabilidade de que possam vir a ser atendidos por fornecedores locais, dentro de um marco legal e regulatório bem definido e de baixa contestação.

COMERCIALIZAÇÃO

- Destinação de áreas públicas municipais aptas à realização de eventos como Festivais e Feiras da Economia Solidária, que possam abrigar quiosques, lojas, quitandas e cozinhas, entre outros;
- Montagem de cozinhas solidárias autogeridas que trabalhem com produtos agroindustriais provenientes de negócios solidários;
- Priorizar a escolha dos empreendimentos de economia solidária no fornecimento para eventos da gestão municipal.

GESTÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

- Elaboração de um plano municipal de economia solidária, com a aprovação de uma legislação própria e adequada no nível municipal;
- Implantação de instrumentos que viabilizem a política de economia solidária, como a criação de um fundo municipal de economia solidária;
- Criação de conselho municipal e/ou apoio a mecanismos de participação social, tais como, fóruns municipais de economia solidária e desenvolvimento local;
- Realização de um diagnóstico socioterritorial para reconhecimento dos atores e necessidades da economia local, assim como a criação de um cadastro municipal de empreendimentos solidários;
- Planejar a evolução para um selo e/ou identificação visual dos empreendimentos, produtos e serviços da economia solidária e de empresas e instituições que a apoiam no município;
- Transversalidade das políticas, programas e projetos de economia solidária nas diversas áreas de governo, tais como educação, meio ambiente, saúde, segurança alimentar, habitação, assistência social, cultura e esportes.

EDUCAR INCLUIR E DEMOCRATIZAR



Os primeiros 17 meses do governo Lula III na área da educação foram marcados por medidas que apontam no rumo da união e reconstrução em defesa da educação pública e de qualidade (ver anexo I, abaixo). Em síntese, transitamos de um projeto de destruição nacional para um projeto de união e reconstrução que enxerga a educação como pilar estratégico. Não se trata de um processo liberto de contradições e desafios complexos, em especial em virtude da composição do Parlamento e da pressão que setores empresariais exercem sobre a agenda política, mas ainda assim representa uma virada de página para a educação pública.

Neste quadro, as eleições municipais serão um importante momento para que apresentemos os fundamentos de nosso programa, com proposições relativas à democratização do acesso à educação em todas as etapas e modalidades, à democratização da gestão, à qualidade social da educação e, no âmbito dessas diretrizes, formulações em relação à educação tecnológica e à valorização dos profissionais da educação. Vale também situar essas ações no âmbito municipal no contexto de toda a evolução que desaguou no Plano Nacional de Educação (ver anexo II, abaixo)



DIRETRIZES PARA AS CANDIDATURAS E GESTÕES MUNICIPAIS

Partindo da consideração de que a educação é um direito humano fundamental, propomos atuar nos seguintes temas:

1.1 - RELAÇÕES FEDERATIVAS, **PODER, AUTONOMIA E GESTÃO**

A oferta do Ensino Fundamental público é responsabilidade compartilhada entre estados e municípios, fundamentada no equilíbrio entre as capacidades de cada ente federativo. Mesmo assim existe forte pressão por municipalização compulsória, ferindo gravemente, em muitos casos, a premissa de equi-

líbrio. Já a educação infantil, em creches e pré-escolas, é uma competência prioritária dos municípios e constitui um enorme desafio. Diante da polarizada dinâmica política, social e institucional que vive o País, é imprescindível reverter e aperfeiçoar os marcos institucionais, legais e normativos que incidem

sobre a oferta educacional no território, a partir das seguintes diretrizes:

- a definição explícita da opção do município por constituir um sistema próprio, manter-se integrado ao sistema estadual (ou, até mesmo, compor um sistema único com o estado), como prevê a LDB;
- a responsabilidade compartilhada, entre estado e municípios, no que diz respeito à oferta do Ensino Fundamental, nos termos da Constituição e da LDB;
- regulamentar em lei a representatividade, a transparência, os meios de funcionamento, as atribuições específicas, a regularidade da composição democrática e plural, com segmentos de representação e mandatos definidos e limitados nas instâncias e órgãos colegiados (desde as unidades escolares até as instâncias mais elevadas de regulação e de pactuação), suporte orçamentário, estrutura física e de pessoal qualificado, visando assegurar os princípios irrenunciáveis de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência na administração pública;
- tais legislações, por consequência, de-

vem instituir e regular os conselhos, fóruns, as equipes de gestão, os comitês e grupos de trabalho temáticos, as conferências, os planos de educação, as relações intersetoriais e interinstituições envolvidas, a constituição de consórcios públicos, etc.;

- atualizar e agir para institucionalizar e regulamentar as interações com as instâncias de pactuação com os estados, suas representações em delegacias, superintendências, diretorias regionais ou equivalentes, comitês e comissões bipartites incidentes sobre oferta educacional no município;
- incidir no debate sobre: a função redistributiva e supletiva da União; a regulamentação do SNE em lei complementar; a colaboração entre estados e municípios e intermunicipal para efetivação do direito à educação; o piso constitucional da educação; as leis estaduais que dispõem sobre os critérios de repartição da cota-parte municipal do ICMS vinculados a indicadores educacionais; e os obstáculos fiscais e orçamentários para efetivação do direito à educação.

1.2 - DEMOCRATIZAÇÃO E QUALIFICAÇÃO, **DA GESTÃO EDUCACIONAL**

- Os municípios devem buscar, no exercício da sua autonomia como entes federados, formas para assegurar a gestão democrática na educação, com o envolvimento efetivo da comunidade escolar;
- Implantar e/ou fortalecer o Fórum Municipal de Educação, o Conselho Municipal de Educação, o Conselho de

Acompanhamento do FUNDEB e o Conselho de Acompanhamento da Alimentação Escolar, os Conselhos Escolares, os grêmios estudantis e as associações de pais e mães;

- Lei municipal que garanta a gestão democrática da educação pública, com participação da comunidade na escolha dos dirigentes;

- Compreender a escola como espaço de solução de conflitos e divergências através de um ambiente de diálogo acolhedor;
- Para promover a democratização da

escola, a superação da violência e a valorização da vida é fundamental a integração da comunidade no ambiente escolar, com oferta de ações esportivas, culturais e de lazer.



Foto: Tania Rego/Agência Brasil

- Implementação dos planos de carreira dos profissionais da educação, com observância do Piso Salarial como valor inicial da matriz salarial e destinação de no mínimo 1/3 da carga horária docente contratada à atividade extraclasse;
- Recomposição do quadro dos profissionais da educação escolar por meio de concursos públicos, reduzindo o quadro de profissionais temporários;
- Instalar mesa de negociação coletiva de caráter permanente, com representantes da gestão municipal e de sindicatos, para tratar da valorização profissional, carreira, salário, condições de trabalho e políticas de saúde;
- Propor políticas que promovam a prevenção, a atenção e o atendimento à saúde e integridade física, mental e emocional dos profissionais da educação;
- Contemplar, nos planos de carreira, licenças remuneradas para qualificação profissional, inclusive em nível de pós-

-graduação lato sensu e stricto sensu;

- Investir no planejamento e na gestão pedagógica, amparado no trabalho coletivo e integrado dos (das) educadores (as) com as equipes pedagógicas de creches, escolas e dirigentes das secretarias de Educação;
- Formação permanente e sistemática de educadores (as), especialmente em parceria com universidades públicas, garantindo-se tempo disponível integrado à jornada de trabalho;
- Assegurar formação dos profissionais da educação para a inserção qualificada das tecnologias da informação e comunicação no processo de ensino e aprendizagem, priorizando-se a utilização de softwares e plataformas digitais livres, públicas e gratuitas;
- Promover concurso e formação específica para as escolas do campo, indígenas e quilombolas, para a educação especial na perspectiva inclusiva, para

a educação bilíngue de surdos e para a educação de jovens e adultos;

- Investir em formação continuada para gestores escolares, numa perspectiva democrática, nas dimensões pedagógi-

ca, administrativa e humana;

- Investir na formação continuada para profissionais da educação numa perspectiva democrática e inclusiva, contra toda forma de preconceito.

1.4 - EDUCAÇÃO INFANTIL, ALFABETIZAÇÃO E ENSINO FUNDAMENTAL

- Assegurar o atendimento integral da demanda manifesta por creches e pré-escolas para crianças de 0 a 5 anos, realizando busca ativa, eliminando as filas de espera e atendendo às metas dos planos de Educação;

- Compreender a criança como sujeito de direitos, buscando atingir seu desenvolvimento integral, desde a primeira infância;

- Atender aos indicadores de qualidade da Educação Infantil;

- Regular a oferta privada de educação Infantil, com credenciamento e avaliação sistemática das instituições de ensino;

- Ampliar os investimentos públicos em Educação Infantil;

- Garantir o atendimento curricular da educação infantil em sintonia com os acúmulos científicos da área e as DCNEIs;

- Garantir o acesso às políticas e programas do MEC e FNDE;

- Aderir ao Programa Escola em Tempo Integral;

- Garantir responsabilidade pública nos convênios e parcerias com entidades filantrópicas ou assistenciais sem fins lu-

crativos;

- Garantir atendimento educacional que respeite os direitos fundamentais das crianças: à vida, à alimentação saudável, salubridade, conforto e segurança;

- Assegurar padrão mínimo de infraestrutura nas unidades educacionais para atividades pedagógicas e culturais, respeitando as especificidades de cada comunidade ou território;

- Regulamentar, no âmbito municipal, relação de crianças e adolescentes por turma e por professor (CONAE 2024);

- Aderir ao Compromisso Nacional Criança Alfabetizada e compreender os anos iniciais do Ensino Fundamental como espaço-tempo decisivo da alfabetização na idade certa;

- Mapear, dos iniciais aos anos finais do Fundamental, estudantes em situação de vulnerabilidade, e construir, em regime de colaboração, ações de assistência estudantil, de modo a assegurar a permanência na escola;

- Qualificar o processo de gestão democrática nas escolas e fomentar os processos endógenos de avaliação.

1.5 - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)

- Promover busca ativa para ampliar o acesso à alfabetização e à EJA;
- Articulação das políticas públicas de trabalho e educação com ações de inclusão socioprodutiva adequadas ao público-alvo;
- Mapear categorias profissionais cuja maioria apresenta baixa escolaridade e organizar ações ajustadas à sua realidade;
- Resgatar a memória cultural por meio da música, da expressão corporal, da dramaturgia, da produção textual, da produção artesanal e da ciberarte;
- Retomar o projeto da escola pública popular, dotada de banda larga e plataforma pública, como espaço que permita conhecer a história do lugar, identificando a vida e o trabalho que produz a vida neste lugar.

1.6 - EDUCAÇÃO DO CAMPO, INDÍGENA E QUILOMBOLA

- Reverter, sempre que constatado em nível municipal, o processo de fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas;
- Construir Centros de Educação Infantil adequados à realidade dos povos do campo, das águas, das florestas, dos povos indígenas e quilombolas, com diferentes espaços de vivência para as crianças;
- Garantir transporte escolar para as crianças e jovens do campo, indígenas e quilombolas, quando necessário;
- Garantir pessoal e materiais de consumo, didático e pedagógico necessários para os Centros de Educação Infantil do Campo;
- Garantir equipe multiprofissional através de políticas intersetoriais (psicólogo, médico, dentista, fonoaudiólogo, pedagogo, fisioterapeuta, assistente social...) para fazer o acompanhamento das crianças, educadores e famílias;
- Construir, reformar e ampliar Escolas



Foto- Stalin Melo

Municipais do Campo, Indígenas e Quilombolas nos distintos espaços geográficos, garantindo salas de aulas, bibliotecas, laboratórios de ciências, de informática, de solos, internet, refeitório, quadra poliesportiva, espaço de produção agrícola agroecológica e ateliê de arte e cultura;

- Perfuração de poços artesianos para fornecer água potável nas Escolas do Campo, Indígenas e Quilombolas com dificuldades de acesso à água;
- Qualificar parceria entre os entes federados para assegurar o controle e a fis-

calização dos serviços para melhoria da qualidade do transporte escolar;

- Assegurar a melhoria e manutenção das estradas utilizadas para o transporte escolar, de maneira que garanta a efetivação dos 200 dias letivos, a começar pelos assentamentos da reforma agrária;
- A partir de georreferenciamento, construir política específica de valorização para os profissionais que vivenciam dificuldades de deslocamento às escolas do campo reconhecidas como de difícil acesso ou difícil provimento;

• Garantir a aquisição da alimentação escolar conforme a Lei 11.947/2009, que define que no mínimo 30% dos recursos repassados pelo Governo Federal sejam destinados à produção da Agricultura Familiar. Nos municípios que já cumprem os 30%, avançar para aquisição de 70% da Agricultura Familiar;

- Assegurar o direito das crianças, adolescentes, jovens e adultos do campo, indígenas e quilombolas de estudarem no local em que vivem.

1.7 - EDUCAÇÃO INCLUSIVA E DIVERSIDADE

- Implantação ou atualização/manutenção de Salas de Recursos Multifuncionais nas escolas das redes municipais para a oferta do Atendimento Educacional Especializado;
- Transporte escolar acessível, compreendendo o acesso às escolas urbanas, do campo, indígenas e quilombolas;
- Espaços escolares com acessibilidade plena;
- Aprendizado de braille, escrita alternativa, formatos de comunicação aumentativa e alternativa, recursos de tecnologia assistiva, habilidades de orientação e mobilidade;
- Aprendizado da Língua Brasileira de Sinais (Libras) e demais condições para a oferta da educação bilíngue nas escolas das redes municipais;

- Ações intersetoriais para o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da frequência à escola dos estudantes com deficiência, beneficiários do Benefício da Prestação Continuada – BPC, entre outras políticas públicas;
- Parcerias com universidades, instituições e outros centros de pesquisa e formação com vistas ao desenvolvimento de estudos, metodologias e inovação tecnológica para a acessibilidade e o avanço dos processos de ensino e aprendizagem;
- Fortalecimento da participação das famílias e da comunidade na construção do sistema educacional inclusivo;
- Ações de combate ao capacitismo e em favor da educação inclusiva.



Foto: Tomaz Silva/Agência Brasil/Arquivo

1.8 - SOBRE A **QUALIDADE DA EDUCAÇÃO**

- Promover um amplo e permanente movimento de reflexão sobre os currículos, o que supõe a troca de experiências entre escolas;
- Atenção à organização de currículos voltados à educação integral, que permitam à criança o desenvolvimento do brincar e do contato com diferentes campos do conhecimento e das linguagens;
- Processos de alfabetização que considerem as experiências culturais e sociais das crianças;
- Valorização das identidades sociais e culturais presentes nos territórios;
- Perspectiva de educação inclusiva, que considere características cognitivas, experiências culturais, especificidades e necessidades dos estudantes;
- Política de formação permanente e sistemática para os educadores, em articulação com o movimento de reflexão sobre os currículos;
- Formação continuada dos funcionários e funcionárias das escolas;
- Assegurar que a formação dos trabalhadores em educação e a abordagem curricular relativa aos direitos humanos tratem da cultura da paz e da prevenção de todas as formas de preconceito e violência em relação aos negros, às mulheres e à comunidade LGBTQIA+;
- Formação voltada à igualdade de gênero e ao combate a qualquer forma de discriminação;
- Fortalecimento do ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena;
- Implementação dos territórios de educação escolar quilombola e indígena;
- Promoção de educação ambiental, contribuindo para a construção de escolas sustentáveis e cidades preservadas;
- Articulação entre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental;
- Elaboração de projetos político-pedagógicos em todas as unidades educacionais, a serem acompanhados em reuniões sistemáticas;
- Integração de ações educacionais nos territórios, por meio de processos de planejamento e gestão, intra e interse-

cretarias e unidades escolares;

- Reuniões pedagógicas com os educadores e educadoras, preparadas previamente, que discutam o desenvolvimento dos alunos, analisando suas

ANEXO I

- Reajuste das bolsas de pós-graduação e de iniciação científica e expansão da oferta de bolsas de pós-graduação, do Programa de Iniciação à Docência e do Programa Residência Pedagógica;
- Reajuste do valor da Bolsa Permanência;
- Recomposição do Fórum Nacional de Educação;
- Consulta Pública para a avaliação e reestruturação do Ensino Médio;
- Deflagração, pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública, da Operação Escola Segura, com o objetivo de realizar ações preventivas e repressivas contra os ataques às escolas de todo o País;
- O Decreto 11.556/2023 instituiu o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada;
- Aprovação do Projeto de Lei nº 4.172/2023, de iniciativa da Presidência da República, que institui o Pacto Nacional pela Retomada de Obras e de Serviços de Engenharia Destinados à Educação Básica e Profissionalizante e à Saúde;

dificuldades e, principalmente, suas possibilidades;

- Combinação entre as avaliações externas e internas às unidades educacionais e órgãos da educação.

- A Lei Complementar 200/2023, associada à PEC da Transição, permitiu a revogação do teto de gastos e a implementação do regime fiscal sustentável;
- Envio ao Legislativo do Projeto de Lei 5230/23, que define diretrizes para a política nacional de Ensino Médio;
- Nas áreas de Educação e Ciência e Tecnologia, o novo PAC vai investir R\$ 36,7 bilhões até 2026 e R\$ 8,3 bilhões após 2026;
- A Lei Complementar 203/2023, liberou R\$ 6 bilhões para o incentivo financeiro destinado aos estudantes matriculados no Ensino Médio da rede pública;
- A Lei 14.818/2024, instituiu o incentivo financeiro-educacional destinado aos estudantes matriculados no Ensino Médio público (Pé-de-Meia);
- Investimento de R\$ 3,9 bilhões, através do PAC, para inauguração de 100 novos campi dos Institutos Federais até 2026;
- A Resolução nº 58, de 8 de fevereiro de 2024, instituiu o Fies Social.

ANEXO II

O Fórum Nacional de Educação, a Conae 2024 e o Plano Nacional de Educação (PNE)

Como resultado da histórica luta da comunidade educacional e de deliberações das Conferências Nacionais de Educação (Conaes), o Fórum Nacional de Educação foi criado pela Portaria 1.407/2010, do MEC, e instituído por lei com a aprovação do PNE (2014 - 2024), sendo concebido como espaço de interlocução entre a sociedade civil e o Estado brasileiro.

De acordo com a Lei 13.005/2014, que aprovou o PNE, cabe ao FNE, dentre outras atribuições: articular e coordenar a realização de pelo menos duas conferências nacionais de educação durante o decênio de vigência do PNE, precedidas de conferências distrital, municipais e estaduais; e acompanhar a execução do PNE e o cumprimento de suas metas.

Ocorre que o FNE, que teve um papel imprescindível na construção da Conae 2014 e na formulação e aprovação do PNE vigente, teve sua composição desfigurada no pós-golpe, o que levou entidades históricas da educação a constituir um espaço autônomo de luta e resistência denominado Fórum Nacional Popular de Educação (FNPE).

O FNPE aglutinou as principais entidades e movimentos sociais com atuação na área da educação para enfrentar o processo de radicalização neoliberal e seus impactos na educação, construindo

do duas conferências populares que denunciaram os retrocessos e organizaram a luta em defesa da educação pública: a CONAPE 2018 (Belo Horizonte/MG) e a CONAPE 2022 (Natal/RN).

Enquanto a CONAPE 2018 representou um espaço de resistência diante dos retrocessos, a CONAPE 2022 representou um espaço de esperança no amanhã possível. E a esperança de fato viria a vencer o ódio e a violência política.

Com o término da batalha eleitoral, a posse de Lula e a desarticulação da intentona golpista, o FNPE, em sintonia com a Carta de Natal, passou a reivindicar a recomposição do FNE, nos termos da composição anterior ao golpe, para a retomada da construção democrática das Conaes e do PNE.

Apesar das resistências, o FNE foi reconstituído através da Portaria 478/2023, e passou a articular a Conae 2024, convocada em caráter extraordinário pela Presidência da República para subsidiar a formulação do novo PNE.

O texto final da Conae 2024 – aprovado por 1.847 delegados eleitos nas etapas estaduais, municipais e distrital – deve ser considerado um importante marco referencial para as candidaturas petistas nas eleições de 2024, pois sintetiza os desafios que estão colocados para todas e todos que lutam em defesa de uma educação pública, gratuita, democrática, inclusiva, laica, desmilitarizada e de qualidade socialmente referenciada, sendo principal referência

para a elaboração do PNE 2024-2034.

O próximo PNE, a ser debatido no Parlamento a partir de proposição do Poder Executivo, deve atualizar os principais desafios do Brasil em matéria educacional e indicar os caminhos que a sociedade e o Poder Público devem trilhar para superá-los. Deve também nortear a atualização dos planos distrital, estaduais e municipais de educação, e estes devem representar uma referência importante para as candidaturas petistas nas eleições de 2024, uma vez que sintetizam os anseios expressos nas conferências municipais de educação.

OPNE como indutor do direito à educação

Em 2014, fruto de anos de debates com a sociedade, o Congresso Nacional aprovou o PNE (Lei 13.005/2014), sancionado sem vetos pela então presidenta Dilma Rousseff, com a finalidade de direcionar esforços e investimentos para a melhoria da qualidade da educação no País. O PNE estabeleceu 20 metas a serem atingidas nos 10

anos seguintes (2014-2024).

A partir de 2016, no entanto, o PNE é atingido naquilo que lhe é mais caro e importante: a meta 20, que prevê ampliar o investimento na educação pública para o equivalente a 10% do Produto Interno Bruto (PIB), fica seriamente comprometida com a aprovação da EC 95/2016 (teto de gastos).

Simultaneamente, a privatização do Pré-Sal e as ameaças, sob a forma de proposições legislativas, ao regime de partilha, agravam o cenário de desinvestimentos na área da educação. Vale lembrar a vigorosa mobilização da sociedade civil para que pudéssemos aprovar as medidas que destinavam os recursos da exploração de petróleo e gás natural às áreas de educação e saúde – recursos que fundamentariam o cumprimento da meta 20 do PNE.

O processo de ruptura democrática e de radicalização neoliberal (2016-2022) atravessou aproximadamente 7 dos 10 anos de vigência do PNE (2014-2024), inviabilizando o cumprimento de muitas de suas metas e estratégias.



Foto: Sumaila Vilela/Agência Brasil/jpg

EMPREENDEDORISMO

E M P E s



O Brasil tem 9 milhões de micro e pequenas empresas (MPEs), que representam 27% do PIB e 19 milhões de MEIs. De acordo com estudo do Sebrae, 71% das vagas de trabalho em 2023 foram criadas pelos pequenos negócios. 60% dos jovens universitários almejam empreender, segundo pesquisa da Endeavour Brasil. A história do empreendedorismo está associada à própria evolução dos grandes ciclos econômicos vividos pela humanidade, mas nos anos de recessão ou de acontecimentos extremos o número de pessoas que empreendem aumenta muito. Essa taxa apresentou tendência de queda entre 2002 e 2014, mas viu o seu retorno a patamares elevados nos anos de recessão (2015-2016) e de pandemia (2020 e 2021). No universo das MPEs, MEIs e mesmo trabalhadores informais, pode-se encontrar basicamente três tipos de empreendedores/as: por necessidade, vocação ou sonho. O momento é de fortalecimento construção do Ministério do Empreendedorismo e das Micro e Pequenas Empresas (MEMPE) e de redefinição das políticas setoriais, que devem ser traduzidas adequadamente nos municípios. O objetivo é que se construa um ambiente de negócios fa-

vorável, de modo que o segmento possa contribuir com a geração de postos de trabalho e a melhoria das condições de vida do local. O marco para a definição das políticas é o artigo 179 da Constituição federal, que dá tratamento jurídico diferenciado para Micro e PMEs. A realidade é um mercado em que as grandes redes e empresas exercem uma competição absolutamente injusta e desigual com os pequenos negócios em relação a preços e condições de pagamento e até mesmo quanto à qualidade dos serviços. Neste contexto, sugerimos cinco diretrizes a serem aplicadas nos municípios:



CAPACITAÇÃO DAS EMPRESAS

- É indispensável que o município tenha gestores e servidores públicos aptos a trazer para seu território as políticas do Ministério do Empreendedorismo e das Micro e Pequenas Empresas;
- Oferecer capacitação para empreen-

dedores, formalizados ou não, em conhecimentos técnicos específicos de sua área de atuação, de gestão (venda, contabilidade, precificação, pesquisas de mercado, atendimento ao cliente) e novas tecnologias;

- Desenvolver acordos e convênios das prefeituras com as universidades locais/regionais, especialmente as públicas; institutos técnicos e as diversas instâncias do Sistema S, seja para formação continuada seja para a criação de incubadoras de empresas;
- Realizar um mapeamento de quais serão as atividades decorrentes das novas tecnologias e capacitar trabalhadores, especialmente os precariza-

dos nas mesmas;

- Criar cursos de capacitação nos bairros que concentram um grande número de MPEs e MEIs, contemplando não apenas nas regiões centrais, mas principalmente as periferias;
- Criar cursos e oficinas de formação para transição ecológica, dotando os pequenos de conceitos de sustentabilidade e adequação ambiental em seus produtos, processos e serviços.

ACESSO A CRÉDITO E FINANCIAMENTO

- Criar o Banco Municipal em municípios com mais de 50 mil habitantes e desenvolver mecanismos de crédito para as MPEs, proporcionando empréstimos de médio e longo prazo com juros decentes e passíveis de serem arcados pelo empreendedor;
- Investir nas pequenas empresas como verdadeiros braços da empregabilidade, capacitação e avanços tecnológicos, com empréstimos para infraestrutura e tecnologia a juros próximos de zero e com prazos longos, como na Alemanha;
- Criar um Fundo de Aval do município para as MPEs;

- Insistir que os bancos privados atuantes no município ofereçam às pequenas empresas as linhas de crédito disponibilizadas pelo BNDES, com juros compatíveis, mas muitas vezes escamoteadas por essas instituições financeiras;
- Apoiar, por meio do Fundo de Aval ou outro mecanismo, a renegociação de dívidas acumuladas na pandemia pelo setor (em especial bares, restaurantes e empresas de eventos) e/ou advindas dos programas de crédito do governo anterior que, na maioria das vezes, apenas aumentou o endividamento do pequeno.

ACESSO AO MERCADO

- Fomentar a criação de infraestruturas locais como ruas revitalizadas, centros comerciais de Pequenos Negócios, centrais de serviços, condomínios empresariais, entre outras iniciativas;

- Apoiar centrais de compras voltadas para microempresas e segmentadas por tipos de negócios, como padarias, manicures, alfaiates, restaurantes, cozinhas, decoração e costura;
- Priorizar a contratação em compras abaixo de R\$ 200 mil (o limite das pre-

feituas, hoje, é de até R\$ 80 mil), permitindo que se formem associações ou consórcios de MPEs e MEIs com este fim;

- Garantir, durante curtos períodos, mercados reservados para setores onde a maioria dos empreendimentos seja de micro e pequenas empresas ou advenham da economia solidária, es-

timulando seu crescimento e sustentabilidade. Não basta ensinar o pequeno empresário a usar o computador;

- Ensinar os pequenos a se inserirem nas plataformas de produção, se organizarem em arranjos produtivos e cooperativas e a fazerem parcerias com institutos de tecnologia e pesquisa.



TRIBUTAÇÃO

- Rever o IPTU dos imóveis não residenciais (mais caro), para possibilitar a abertura e manutenção de estabelecimentos de comércio, serviços e pequenas indústrias no município;

- Aumentar a taxaço tanto do ISS como do IPTU para as grandes cadeias, redes e bancos, utilizando o excedente na reduço das respectivas alíquotas

das pequenas e microempresas;

- Tornar menos difícil e custosa a concessão de alvarás para os pequenos empreendimentos;

- Possibilitar o ingresso de tecnologias de “ponta” ao definir imposto municipal zero para importações de equipamentos diferenciados e não existentes no mercado nacional (ex: México).

DESAFIOS ENERGÉTICO

NAS CIDADES

Embora as cidades não tenham grande poder de decisão em aspectos mais amplos da política energética, como produção, regulação e tributação, os municípios, e sobretudo as regiões metropolitanas, podem incidir sobre as dinâmicas econômicas e tecnológicas do setor de forma direta e indireta. O debate tem como pano de fundo a transição para uma economia orientada para a descarbonização e o net zero. Mas leva também em conta as condições de acessibilidade da população a partir do fato de que, segundo dados do Instituto Inteligência em Pesquisa e Consultoria (IPEC), em 2021 cerca de 46% das famílias brasileiras gastavam pelo menos

metade de sua renda com eletricidade e gás de cozinha. Esse cenário demonstra a dificuldade de acesso à energia em razão do elevado valor das tarifas relativamente à renda média dos brasileiros e reforça a relevância da implementação de políticas direcionadas ao combate à pobreza energética, como é o caso do Programa Luz para Todos, que beneficiou 16,8 milhões de pessoas em áreas anteriormente sem cobertura elétrica. Considerar os desafios e oportunidades dos municípios, de acordo com as suas especificidades energéticas nos ajuda a elaborar propostas mais assertivas para as realidades locais, partindo de 5 grandes temas:



COMBATE À POBREZA ENERGÉTICA

- Garantir o acesso universal a serviços energéticos essenciais e adotar fontes mais limpas e sustentáveis;
- Universalizar o acesso ao gás de cozinha para famílias de baixa renda, pois um botijão de gás (GLP) chega a comprometer, em algumas cidades, cerca de 11% da renda de uma família que ganha meio salário mínimo por mês;
- Ampliar o emprego de alternativas sustentáveis de cocção, com uso de fogões solares, elétricos e a gás natural.

GOVERNANÇA E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

- Valorizar a gestão energética com uma governança bem estruturada e coordenada entre os atores do setor, de modo a permitir a adoção de decisões estratégicas para uso racional;
- Criar uma secretaria municipal de transição energética e mudança climática nas grandes cidades a fim de acompanhar as transformações energéticas e as emissões do município;
- Estabelecer uma governança energética municipal para que se tenha inteligência energética, eficiência no consumo e redução dos gastos com energia no município;
- Apoio à implementação de tecnologias que permitam maior inteligência na gestão das cidades, com um plano para a criação de uma rede elétrica inteligente (smart grid) que inove a rede de semáforos e faça sensoramento do sistema de iluminação pública de forma a reduzir o tempo de resposta e recuperação do fornecimento em caso de eventos climáticos extremos;
- Aprimorar o sistema de gestão de podas de árvores, melhorando a cooperação entre distribuidoras e prefeituras.



MOBILIDADE URBANA

- Promover a integração de diferentes modais de transporte, conectando trens, metrô, ônibus, passarelas, hidrovias e ciclofaixas, priorizando o transporte coletivo, para reduzir a dependência de veículos movidos a combustíveis fósseis;
- Eletrificar as frotas de ônibus municipais, reduzindo as emissões de gases de efeito estufa do segmento;
- Instalar pontos de recarga de veículos nas garagens de ônibus, alimentados por sistemas de Geração Distribuída;
- Incentivar o uso de biocombustíveis e combustíveis sintéticos renováveis nas frotas de ônibus municipais não-elétricos como alternativa de baixa emissão de carbono.



ILUMINAÇÃO PÚBLICA

- Adotar tecnologias mais eficientes, como lâmpadas de LED e sistemas de gestão inteligente, de modo a reduzir o consumo e os gastos com manutenção, melhorar a qualidade da iluminação e dar mais segurança aos espaços públicos mais seguros;
- Desenvolver o sistema de Parceria Público-Privada (PPP) na modernização da iluminação pública, transferindo responsabilidades e riscos para o setor privado, mas sempre sob o planejamento e regulação do poder público.

GESTÃO DE RESÍDUOS URBANOS

- Produzir biogás e biometano a partir de resíduos orgânicos oferece uma alternativa energética promissora para reduzir emissões de gases de efeito estufa, proporcionar uma fonte de energia limpa, impulsionar empregos verdes e fomentar o desenvolvimento local e cadeias produtivas da economia circular;
- Substituir os lixões por aterros sanitários, projetados para capturar e utilizar biogás gerado pela decomposição dos resíduos;
- Incentivar, nos aterros sanitários, a transformação do biogás em biometano, um biocombustível renovável e de baixo impacto ambiental, utilizável em termelétricas, gasodutos, GNC e outros;
- Estabelecer consórcios intermunicipais com o objetivo de escalar o tratamento e a produção do biogás, viabilizando a construção de térmicas de geração à base de biometano.

POTENCIAIS ENERGÉTICOS

- PETRÓLEO** - Constituir um fundo de apoio às políticas sociais a partir da arrecadação de royalties nas cidades com grande peso desta indústria e diversificar a matriz energética;
- Promover políticas de financiamento para diversificação das atividades econômicas, visando reduzir a dependência do município das receitas oriundas do petróleo.

EÓLICA - Implementar programas de monitoramento ambiental e de saúde pública, para avaliar os riscos ambientais e sociais e mitigar as externalidades negativas das turbinas eólicas;

- Fomentar programas de capacitação profissional da mão de obra local de modo que a transição energética também favoreça a criação de novas oportunidades de trabalho e renda no território.

SOLAR - Implantar painéis solares como fonte de energia alternativa nos edifícios públicos (escolas, postos de saúde etc.), barateando o custo da energia das prefeituras, com mais eficiência;

- Criar programas de incentivo para microgeração distribuída de energia solar, incentivando especialmente a microgeração em assentamentos do MST e ocupações do MTST.

BIOCOMBUSTÍVEIS - Superar os desafios da competição com a produção de alimentos, impactos ambientais associados ao desmatamento e fatores climáticos e sazonais requer investir em inovação tecnológica para maximizar o potencial dos biocombustíveis ao menor custo econômico e ambiental possível;

- Criar políticas públicas que incentivem práticas agrícolas sustentáveis a fim de minimizar os grandes impactos ambientais relacionados à produção de biocombustíveis;

- Fomentar projetos de pesquisa e desenvolvimento de tecnologias capazes de aumentar a eficiência e a sustentabilidade do processo de produção de biocombustíveis;

- Incentivar o reflorestamento como forma de mitigação dos impactos ambientais causados pela produção de biocombustíveis.



ESPORTE E LAZER, DIREITO PRA VALER!





As propostas deste texto partem do acúmulo de experimentações feitas nos governos democráticos e populares estabelecidos a partir do final dos anos 1980. De forma geral, nosso ponto de partida tem como referência os princípios e as diretrizes sistematizadas nas “13 propostas do governo Lula para o Esporte e Lazer”, resultado das experiências em Prefeituras e da atuação de vereadores(as) petistas empenhados(as) em afirmar as políticas públicas de Esporte e Lazer como direito de todos os cidadãos e cidadãs e como dever do Estado. O Esporte, aqui, é tido como prática social, “invenção humana” voltada a atender as necessidades sociais da época de sua elaboração (século XIX). No contexto atual, seu entendimento encontra-se em disputa entre os que o têm apenas como valor mercadológico e os que o têm como manifestação mais ampla, ligada ao universo da Cultura Corporal. Já o Lazer é entendido como espaço-tempo livre de trabalho destinado à apropriação crítica e lúdica da cultura de nosso tempo. Tal como o Esporte, o Lazer é também um campo de disputa entre os que o pensam apenas como consumo a serviço da indústria do

entretenimento e os que, como nós, defendem-no plural, vivaz e em harmonia com as demais políticas públicas para educação, cultura, mobilidade, saúde, segurança, trabalho, juventude, mulheres, indígenas e quilombolas e outros, em linha com princípios como:

- Reversão da injustiça e da desigualdade socioeconômica decorrente de exclusão e vulnerabilidade social;
- Observância dos marcos de universalização, acessibilidade, intergeracionalidade, sustentabilidade, pluralidade e inclusão social;
- Democratização da gestão e participação de distintos segmentos em sua elaboração, desenvolvimento e avaliação.

Vale lembrar que há um grande desafio de acesso. De acordo com o Relatório de Desenvolvimento Humano Nacional (PNUD, 2017), apenas 37,9% da população brasileira com 15 anos de idade ou mais pratica algum esporte. As enormes desigualdades existentes no País se refletem no acesso às práticas esportivas, quando se comparam os diferentes marcadores sociais, como classe, sexo, raça, idade, deficiência e nível de rendimento mensal domiciliar per capita.

Para tão distintos dados da realidade, há que se pensar em diretrizes amplas, passíveis de serem contempladas nos municípios, em consonância com estatutos e legislações da criança e do adolescente, do idoso, da pessoa com deficiência, dos povos indígenas, da igualdade racial e de gênero, bem como com as Leis Orgânicas Municipais.



SÃO DIRETRIZES PARA LEVANTAR A BOLA DA CIDADANIA:

- Desenvolver mecanismos que assegurem ao munícipe acesso ao Esporte e Lazer em suas dimensões de conhecimento, prática e fruição, dando vazão aos preceitos constitucionais previstos na Carta Magna, em seus artigos 6º e 217;

- Fomentar, por meio das políticas públicas, o Esporte e o Lazer como direitos constitucionais, cujas manifestações se dão nos campos da educação, da participação comunitária e do alto rendimento;

- Constituir um Fundo Público Municipal voltado para financiamento das ações, dos programas e dos projetos de Esporte e Lazer;

- Desenvolver mecanismos, como conferências e conselhos, que garantam a participação e o controle social dessas políticas;

- Desenvolver a cadeia produtiva esportiva, garantindo a interação com a economia solidária e a participação popular;

- Elaborar, desenvolver e fiscalizar políticas, programas e ações de Esporte e Lazer includentes, de valorização coletiva e individual, com respeito às diferenças;

- Desenvolver ações esportivas e de lazer que deem ênfase à promoção das infâncias e juventudes do município, invertendo tendência dominante de se fazer representar em competições esportivas regionais e estaduais por jovens de outras localidades, tão somente por seu maior potencial de rendimento esportivo;

- Desenvolver políticas de construção, manutenção e inovação de equipamentos e espaços públicos para práti-

cas esportivas e recreativas, dando vazão a interesses socioculturais passíveis de serem assimilados como exercício de cidadania;

- Desenvolver ou qualificar os governos eletrônicos (e-Govs) e as páginas virtuais oficiais das administrações públicas como desafio de modernização da gestão do Esporte e Lazer a partir das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC);
- Fomentar o desenvolvimento de distintas culturas corporais como ocupação lúdica, crítica e criativa do tempo livre nos esportes, na ginástica, no jogo, na dança, no skate e na luta, em especial na capoeira e no futebol, fenômenos da identidade nacional;
- Elaborar ações intersetoriais com as áreas de Saúde e Segurança, por meio de programas que visem desenvolver o hábito de práticas corporais periódicas (Academia da Saúde, entre outras), com acesso da população em geral ao Esporte nos ambientes escolar e comunitário, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e a redução dos índices de violência;

• Fazer um Diagnóstico Municipal do Esporte e Lazer, contemplando: o levantamento de informações populacionais, com as devidas segmentações; as oportunidades e os interesses no campo das políticas públicas da área, incluída a questão dos programas, projetos, espaços e equipamentos disponíveis; e as demandas e expectativas da população local;

• Criar e ou fortalecer o Sistema Municipal de Esporte e Lazer, assegurando a aplicação dos requisitos para seu funcionamento:

- Estrutura administrativa;
- Conselho representativo e consultivo;
 - Orçamento ordinário e fundo de financiamento;
- Composição do quadro funcional;
 - Política de formação continuada em serviço dos(as) servidores(as) públicos(as), dos agentes comunitários e dos usuários.

São desafios importantes para garantir o Esporte e o Lazer como direitos substantivos e melhoria da qualidade de vida por toda a vida.



ESTADO, DEMOCRACIA E INSTITUIÇÕES



A PARTICIPAÇÃO POPULAR NA GESTÃO MUNICIPAL

A gestão municipal apresenta enormes desafios, envolvendo a necessidade de recursos adequados, capacidade de planejamento e de implementação das políticas públicas que respondam às necessidades da população. Nesse contexto e considerando os acontecimentos recentes no País, que mostram a importância da defesa permanente da democracia e a necessidade de um maior engajamento popular na definição das políticas públicas, sugerimos que os programas dos candidatos municipais priorizem modelos inovadores de gestão, aprofundando as formas de parti-

cipação direta da população, o que poderá não só assegurar o imprescindível apoio social para sua implementação como contribuir para superar práticas clientelistas consolidadas na política tradicional. Mecanismos de participação popular, transparência, mobilização e organização popular dizem respeito, obviamente, aos procedimentos do poder executivo, sem prejuízo das decisões do poder legislativo, que deve, no limite do possível, ser envolvido no próprio processo de participação popular.



PROPOSTA DE DIRETRIZES PARA A PARTICIPAÇÃO POPULAR

tema de Democracia Participativa, englobando o Orçamento Participativo (OP), os movimentos sociais, os conselhos municipais (setoriais e temáticos), as conferências municipais e as audiências públicas, entre outras formas de participação. Tal sistema participativo requer que haja mecanismos de interação e integração entre os mesmos, dos programas de divulgação e formação e criação de estrutura administrativa responsável por sua gestão, todos convergindo para uma relação cooperativa com os poderes Executivo e Legislativo.

1. Instituir, restabelecer ou avançar o processo de co-gestão da cidade, entre governo e sociedade, com participação popular, planejamento participativo e controle social na definição, formulação e execução das políticas públicas de caráter setorial, regional e geral do município. Constituir um sis-

2. Desenvolver um processo de participação direta, voluntária e universal dos cidadãos, com caráter deliberativo

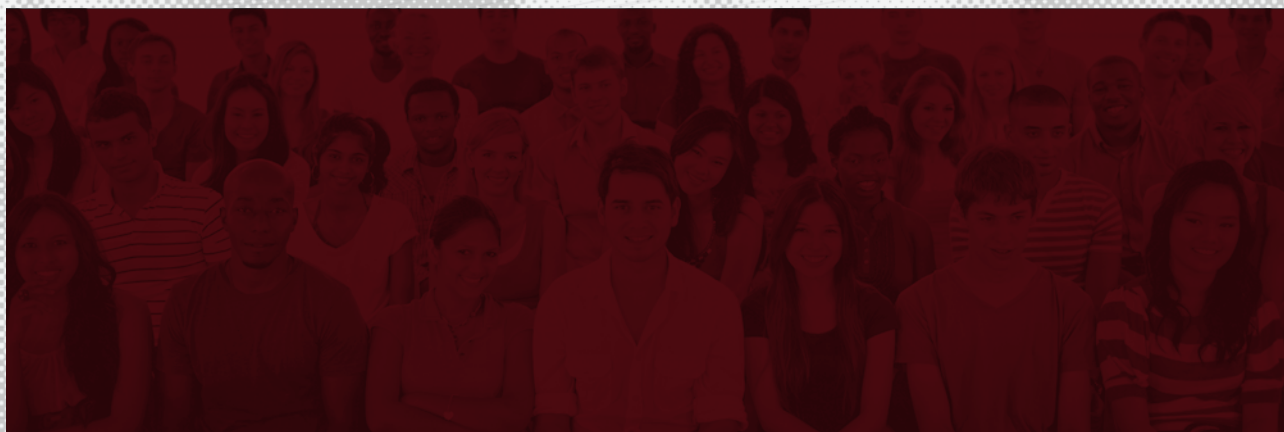
no âmbito de suas competências. Deve ter forma presencial, mas também possibilidade de participação por meio de tecnologias digitais. Com a instituição do Orçamento Participativo, deve-se propiciar maior poder de participação direta da população na definição da ação governamental. Com isso, haverá maior participação popular na definição das prioridades na alocação de recursos e co-gestão da cidade. O fortalecimento da democracia participativa deve, assim, possibilitar a renovação de lideranças populares de maneira permanente.

3. Discutir todo o orçamento: receita e despesa, e a alocação dos recursos para as políticas públicas com acesso ao conjunto das informações, pois é necessária uma visão de totalidade para a tomada de decisões, e garantir a auto-regulamentação do processo do Orçamento Participativo pelos próprios participantes. Um regulamento deve estabelecer as regras do processo de democracia e planejamento participativos, quais sejam: (a) metodologia de planejamento participativo para a decisão de prioridades da população na escolha dos temas e programas de desenvolvimento, obras e serviços pú-

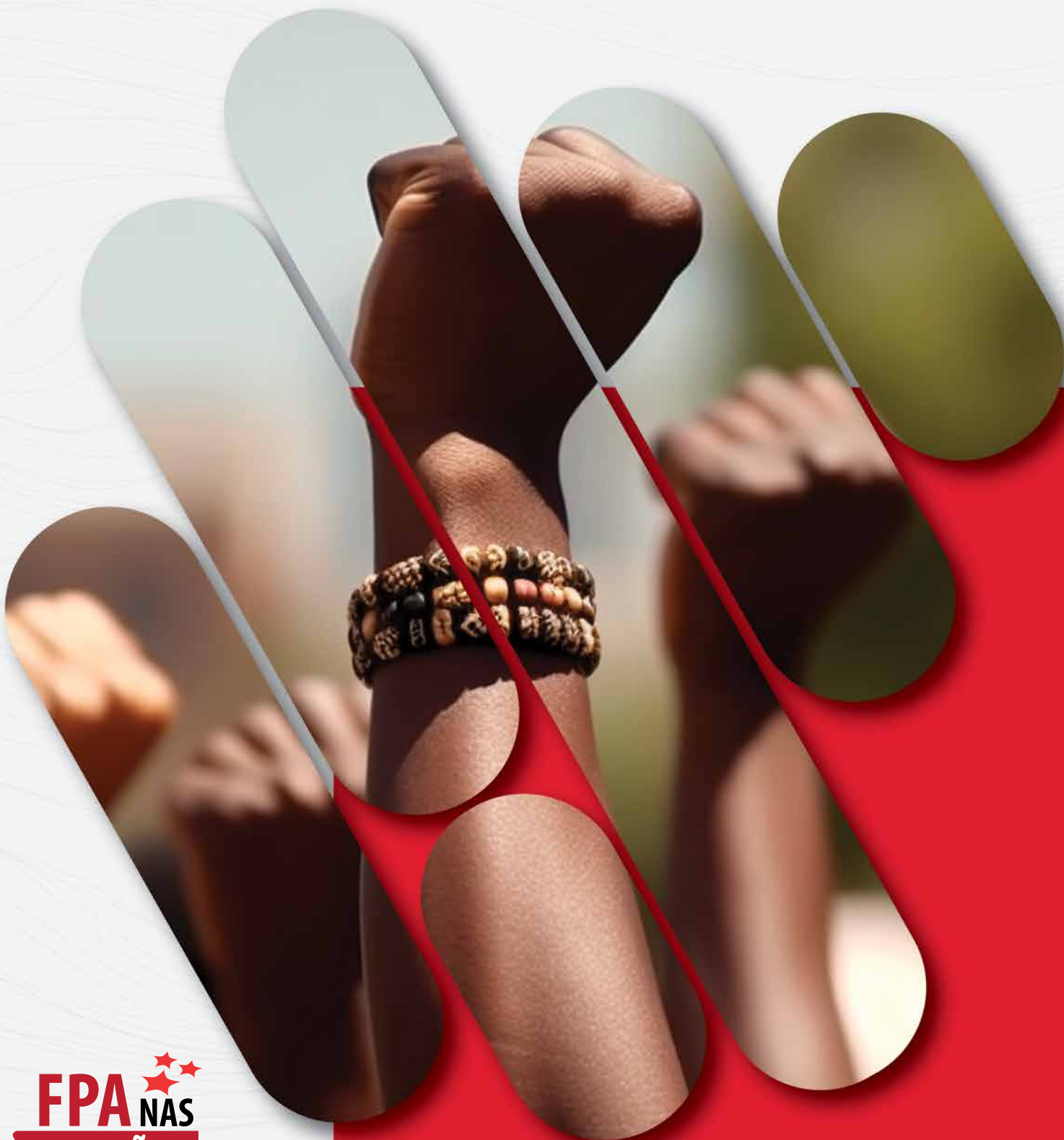
blicos regionais e de abrangência geral da cidade; (b) critérios objetivos de distribuição de recursos entre as regiões, visando diminuir as desigualdades entre elas; (c) composição, forma e proporcionalidade na representação de delegados e conselheiros; (d) as etapas do processo do OP.

4. Transparência e prestação de contas do governo sobre tudo que for decidido no Orçamento Participativo. Para que o OP seja um processo de participação popular com caráter deliberativo, tenha credibilidade, transparência e controle social sobre a execução do orçamento, faz-se necessária a publicação de um Plano de Investimentos e Serviços com todas as decisões tomadas pela população, em conjunto com o governo, e prestação de contas periódicas à população.

5. O Plano Plurianual – planejamento de médio prazo que estabelece as diretrizes, objetivos e metas da administração pública para quatro anos de governo - deverá ser elaborado com a participação da população. Este debate deve abranger também os desafios para a formulação dos novos projetos para o desenvolvimento econômico e social da cidade.



IGUALDADE RACIAL



Os debates sobre as desigualdades raciais no Brasil atravessaram o século XX e chegaram aos dias de hoje marcados por uma série de inverdades. A maior delas é o “mito da democracia racial” no País, hegemônico no pensamento social e com muitos resquícios que afetam os discursos na arena pública e as ações e omissões dos diversos atores políticos. Um conjunto de informações baseadas em dados mostram que o Brasil é um país que concentrou ao longo de sua história poder material e simbólico para pessoas brancas; que se organizou e se organiza de forma hierarquizada por raça

e gênero, de forma tão importante e vigorosa quanto de classe social; em que as situações de racismo não são episódicas, mas cotidianas em formas implícitas e explícitas; que o acesso à cidadania foi e muitas vezes ainda é negado ou dificultado principalmente para negros e indígenas. Diante de um racismo que é ao mesmo tempo estrutural e estruturante em nossa sociedade, a luta antirracista é fundamental para a construção de uma cidadania plena e da igualdade racial. No atual quadro eleitoral, propomos cinco diretrizes:



DIREITO À CIDADE E IGUALDADE RACIAL

- Levar em conta o ambiente de polarização de cada contexto e município em específico e utilizar as redes sociais e formas de difusão da informação em acordo com o perfil de cada grupo com o qual as campanhas buscam se comunicar;
- Para a juventude e movimentos culturais de juventudes negras (RAP, grafite, música, teatro, dança), e também os grupos esportivos, é cada vez mais ne-

cessária uma comunicação a partir de pautas e interesses comuns regional e internacionalmente;

- Fundamentar o discurso a partir do conhecimento da realidade da organização dos grupos e coletivos de cada cidade, assim como suas redes e formas de diálogo e intercâmbio;
- Levar em conta que a lógica de organização das cidades brasileiras ao longo da história foi racializada, com os espaços de subalternidade mantidos e ausência de infraestrutura e acesso a direitos reservados para as pessoas negras e pobres;
- Promover o debate sobre direito à cidade levando em conta a sua sobreposição com os temas dos direitos sociais básicos;
- Avançar propostas para a melhoria de acesso das pessoas negras a equipamentos sociais de promoção de saúde, educação, esporte, cultura e lazer, bem como

moradia e saneamento básico, especialmente em comunidades periféricas;

- Destacar memória e patrimônio, de modo a combater o apagamento e esquecimento da participação das pessoas, instituições, organizações e movimentos culturais negros na evolução

histórica das cidades;

- Fazer a defesa da liberdade religiosa, em especial das religiões de matriz africana, explicitando a luta de um povo que resiste na defesa de sua forma de viver o sagrado, a justiça e o direito como parte da dinâmica social.

COMUNICAÇÃO E DIÁLOGO COM AS COMUNIDADES

- Empregar humor e ironia na comunicação com o público alvo, de modo que mobilize emoções e simpatia, tarefa que não é fácil nem trivial e que requer boa checagem e teste de conteúdo;

- Mobilização da indignação das pessoas em face das desigualdades, especialmente o que aprofunda a exclusão racial;

- Desconstrução de informações falsas (fake news) utilizadas por conservadores intolerantes;

- Catalização da energia produtiva de movimentos sociais, culturais e esportivos em prol de mais cidadania e igualdade racial.

DIFUSÃO DAS POLÍTICAS DE IGUALDADE RACIAL

- É indispensável aprofundar o conhecimento do contexto local em seus aspectos histórico, cultural e social, considerando suas formas de organização e hierarquias, estruturação de relações institucionais; equipamentos sociais e redes de apoio;

- É fundamental utilizar os dados gerados pelos institutos de oficiais de pesquisa para melhor conhecer a distribuição da população por raça, gênero, escolaridade, emprego/renda e demais indicadores sociais da cidade, assim como outros dados que possam ser acessados com ajuda do Censo e outras pesquisas;

- Sistematização e divulgação dos im-



Bernardo Jardim Ribeiro/Sul21

pactos positivos obtidos com as políticas de igualdade racial (cotas nas universidades, cotas no serviço público, ensino de história e cultura afro, entre outras políticas) desenvolvidas pelas gestões anteriores do PT;

FOMENTO À PARTICIPAÇÃO SOCIAL

- Estimular a busca constante do diálogo dos coletivos e movimentos sociais com as instituições dos setores público, privado e do “terceiro setor” mirando a ampliação da cidadania;
- Compreender que a juventude atual é nativa digital e tem um acesso à informação potencializada pelo uso de redes de dados;
- Entender, incorporar e representar os anseios e demandas sociais dessas camadas e seus desejos de uma nova cultura política participativa, pois a juventude negra deve ser vista como partícipe política e parceira na busca

por equidade;

- Enfrentamento de todas as formas de violência que pesam contra a juventude negra periférica, articulando a promoção das potencialidades locais com mudanças nas políticas de segurança.
- As políticas de defesa de direitos humanos, de justiça e de segurança precisam estar articuladas, visando a proteção à vida e a segurança de ativas (negros e negras, quilombolas, indígenas, LGBTQIAPN+, pessoas com deficiência e outros segmentos).

Foto: Sérgio Silva



PLANOS MUNICIPAIS DE IGUALDADE RACIAL

- Apoiar o Estatuto da Igualdade Racial, que estabeleceu o Sistema Nacional de Igualdade Racial (SINAPIR), para estruturar e articular as políticas voltadas à superação do racismo;
- Traduzir na comunidade local, por adesão dos municípios, as iniciativas do governo federal por meio de progra-

mas nacionais;

- Criação de órgãos e conselhos municipais de promoção de igualdade racial, articulando em rede a defesa dessas políticas;
- Incentivar, apoiar e valorizar candidaturas de mulheres negras, quilombolas, indígenas e homens negros é uma urgência.

JUVENTUDE NO BRASIL



CIDADES PARA AS JUVENTUDES DO BRASIL

A juventude é uma etapa do ciclo de vida singular, atravessada por diversas desigualdades. Ser jovem nas cidades brasileiras é demandar políticas públicas que enxerguem as especificidades da condição juvenil e a diversidade da experiência da juventude brasileira, uma juventude essencialmente trabalhadora.

A história da construção das políticas públicas de juventude no Brasil inicia com a luta pelo reconhecimento de sua necessidade. Progressivamente, as pessoas jovens em nosso país passaram a ser compreendidas como sujeitos de direitos plenos, destacando a necessidade de um olhar específico para suas características e necessidades enquanto jovens.

No Brasil, o Estatuto da Juventude¹ reúne os direitos dos jovens entre 15 e 29 anos, diferenciando em seu decorrer três grupos com características específicas: adolescentes de 15 a 17 anos, jovens de 18 a 24 anos e a transição de jovens para a fase adulta de 25 a 29 anos. Estudos apontam que os três grupos citados acima possuem características diferentes e demandas distintas. Essas diferenças são imprescindíveis para compreender a complexidade e o que necessita cada um dos grupos.

Desde o golpe contra a presidenta Dilma, instalou-se um verdadeiro bombardeio aos direitos, sonhos e às políticas das juventudes, especialmente as juventudes que são, muitas vezes, marginalizadas. Todas as juventudes

brasileiras precisam voltar a sonhar e esse ato de esperança envolve transformar as cidades brasileiras para todas e todos.

Além da educação, tema naturalmente associado à juventude, as questões do mundo do trabalho afetam direta e severamente a população jovem. Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílio Contínua, do IBGE, referentes ao 3o trimestre de 2023, 60% dos jovens estavam na força de trabalho (trabalhando ou procurando emprego), sobretudo após os 18 anos: no grupo dos 18 a 24 anos, mais de 2/3 (69%) e no grupo de 25 a 29 anos, 80%. Mas as condições que os jovens encontram no mercado de trabalho são piores do que as da população em geral. Além da taxa de desemprego ser sempre mais alta para eles, sofrem com maior informalidade, maior exposição a riscos e acidentes de trabalho, salários mais baixos e menor garantia de direitos e proteção. No 4o trimestre de 2023, 28,2% dos jovens de 14 a 17 anos e 15,3% dos jovens de 18 a 24 anos encontravam-se desempregados. Sendo, somados, 35,7% das pessoas desocupadas em todo o país². Outra questão alarmante para este grupo é o aumento de 43% das taxas de agravos de saúde mental³. Além de problemáticas relacionadas a transmissibilidades das ISTs sobre as juventudes e, também, as questões como gravidez na adolescência, abusos e violências que amedrontam a vida das jovens mulheres brasileiras.

1. Acesso o Estatuto da Juventude na Íntegra: https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/juventude/publicacoes/estatuto_da_juventude_2022-defeso.pdf

2. De acordo com o IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - 4o Trimestre de 2023

3. Boletim epidemiológico nº33, Ministério da Saúde - 2021.



Foto: Rosilene Milioni

A principal bandeira que tem sido empunhada pelo conjunto dos movimentos de juventude brasileiros nas últimas décadas, todavia, tem sido a pelo direito mais básico, o direito à vida e a luta pela vida da juventude negra. Os dados de violência no Brasil evidenciam o genocídio da população jovem negra brasileira. A taxa de homicídio entre jovens pretos (94 a cada 100 mil) e pardos (136 a cada 100 mil) representa 2,3 e 3,3 vezes, respectivamente, a taxa observada entre jovens (41,6 a cada 100 mil) na mesma faixa etária, segundo o IBGE.

Essas, entre outras questões, fazem parte do quadro geral de desalento e violações de direito que assola a juventude brasileira.

Durante as gestões petistas no Governo Federal, tivemos no Estatuto da Juventude a maior das vitórias das e dos jovens brasileiros. Os eixos fundamentais deste marco legislativo colocam o jovem como sujeito de direitos transversais. A saúde, a educação, o emprego, a mobilidade, a cultura, a segurança pública, a participação, a diversidade, a igualdade, o direito à políticas públicas e mecanismos de governança e participação que garantam a sua existência como política de Estado.

Passados 10 anos de sua aprovação, a realidade da juventude ainda está distante do mundo que o Estatuto anuncia, permanecendo os jovens brasileiros na maioria dos Estados, especialmente afetada pela precarização do trabalho, radicalizada do estágio do neoliberalismo e agravada pela pandemia da COVID-19 e suas consequências sociais e econômicas.

Este breve documento visa propor provocações iniciais para a elaboração de políticas de juventude nas cidades brasileiras a partir do panorama da realidade desta juventude.

Propõe-se diretrizes adaptáveis à diversidade das realidades municipais e a questões que percorrem o cotidiano dos jovens brasileiros. Parte-se da compreensão de que são questões primordiais a Governança das Políticas de Juventude, a Segurança Pública, a Saúde, a Educação, o Trabalho, a Mobilidade Urbana e a Cultura. É essencial que as candidaturas petistas aproveitem essa discussão para buscar soluções que atendam para as questões imediatas da realidade juvenil e se ocupem de criar as condições para que se estabeleçam novas condições de vida para a nossa juventude, com sua diversidade respeitada, oferta de oportunidades e direitos garantidos.

DIAGNÓSTICO LOCAL

Os dados apresentados acima dizem respeito ao panorama geral do país, mas sabemos que variam muito de município para município, conforme a região do país, a característica urbana ou rural, o porte das cidades e seus recursos econômicos e sociais. Nesse sentido, é muito importante compor diagnósticos locais para identificar os maiores desafios a serem enfrentados na garantia dos direitos dos jovens e que orientam a proposição de políticas públicas e programas municipais.

Nem sempre é fácil obter dados discriminados por município que considerem os recortes etários de que estamos tratando. Muitas vezes a disponibilidade pública dos dados do IBGE não alcançam esses níveis de especificidade, menos ainda quando queremos observar as desigualdades de ra-

ça, gênero e território que atravessam a população jovem.

Os dados produzidos pela PNADC do IBGE trazem muitas informações importantes sobre demografia, educação e trabalho dos jovens, mas com muitas limitações. Só estão disponibilizados, pelo SIDRA, com acesso livre a todos, os dados de municípios que correspondem a capitais dos Estados; além disso os recortes etários permitem a visualização das faixas etárias de 15 a 17 anos e de 18 a 24 anos, mas não as do grupo de 25 a 29 anos.⁴

Contudo, para certos temas que importam especificamente aos jovens, há sites de consulta públicos importantes, que trazem discriminações por município, como os censos escolares do INEP.⁵

DIRETRIZES GERAIS

É essencial que o município consiga garantir políticas, programas e serviços que atendam às necessidades e demandas da juventude, inclusive trazendo para o âmbito municipal os programas desenvolvidos no plano federal e estadual com essa perspectiva, abrindo oportunidades e possibilitando um presente possível e um futuro transformador.

Por todas as questões trazidas acima, é fundamental que os governos municipais se coloquem à frente do trabalho de compreender a realidade das juventudes locais e, a partir disso, elaborar políticas que tenham como objetivo a garantia de direitos e a ampliação de oportunidades para todas as juventudes.

Com a finalidade de atingir esses objetivos, apresentaremos aqui sete áreas

4. No site do IBGE de divulgação dos dados do Censo 2022 já trabalhados é possível calcular a população jovem de cada município, por gênero. Basta acessar o link: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/> e, primeiro, encontrar o seu município no primeiro filtro (identificado como "local"), localizado no alto à esquerda (abaixo do item Brasil, vem as grandes regiões, depois as unidades da federação e por último a lista de todos os municípios do país; encontrando seu município clique nele e os dados dos gráficos dessa página já aparecerão filtrados). No gráfico da pirâmide etária, colocar o cursor na ponta das barras, que aparecem os números de pessoas naquela faixa etária. Para calcular o número de jovens em cada município é preciso colher e somar 6 números: os jovens homens de 15 a 19 anos, de 20 a 24 anos e de 25 a 29 anos; as jovens mulheres das mesmas três faixas etárias. É possível ver também o tamanho da população jovem quilombola e indígena por território clicando nas abas respectivas dessas duas populações. Elas abrem pirâmides etárias e o procedimento para fazer o cálculo das populações jovens deve ser o mesmo, de somar os números ao final de cada barra de grupo etário.

5. Dados e indicadores de educação por município podem ser encontrados no site do INEP, produzidos pelo Censo Escolar da Educação Básica e o Censo do Ensino Superior. No site: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/inep-data/estatisticas-censo-escolar>. No Pannel de Estatísticas do Censo Escolar da Educação Básica, podem ser encontrados não apenas a quantidade de matrículas de cada etapa existentes no município, mas também as quantidades de jovens matriculados em cada uma dessas etapas.

prioritárias de atuação. Iniciativas nestes sete eixos, aliadas a uma coordenação com as atividades executadas pelo Governo Federal e eventuais iniciativas

de governos estaduais, têm potencial de transformar significativamente a vida da juventude nos municípios brasileiros.

1. GOVERNANÇA: A construção de políticas de juventude sólidas nos municípios passa pela criação de instrumentos de governança que dêem condições para o seu planejamento, execução e acompanhamento efetivo e de forma participativa. Por isso, é fundamental a criação de um órgão gestor de juventude, um fundo municipal de juventude e um conselho municipal de juventude.

2. SEGURANÇA PÚBLICA: A superação da violência contra a juventude, em especial a juventude negra, está no centro da agenda da política de juventude no país. É imprescindível que as gestões municipais enxerguem o caráter multifatorial da violência e pensem uma agenda de segurança pública intersetorial que promova a vida e a segurança da juventude. Iluminação urbana e transporte público de qualidade e acessível, por exemplo, são políticas que contribuem para inibir a violência nas ruas dos municípios brasileiros. Como grande orientador de políticas públicas nesse sentido, tem-se o Plano Nacional Juventude Negra Viva, lançado pelo Governo Federal e que deve ser implementado em estados e municípios⁶.

3. SAÚDE: Ainda que muitas vezes invisível para a agenda das políticas públicas de saúde, a saúde da juventude demanda atenção especial. Seja em virtude de

agravos como Infecções Sexualmente Transmissíveis, moléstias e acidentes relacionados ao trabalho e agravos de ordem de saúde mental, jovens têm adoecido e colocado a saúde como centro de suas preocupações. Dada a alta responsabilidade dos municípios na saúde, em especial na atenção primária, é imprescindível uma agenda para os municípios



que paute políticas de promoção e atenção à saúde da juventude.

4. EDUCAÇÃO: Constitucionalmente, os municípios são responsáveis prioritariamente pela educação infantil e pelo ensino fundamental, assim como pela Educação de Jovens e Adultos. Fortalecer a educação infantil e fundamental tem impactos diretos na dinâmica dos cuidados e contribui sobremaneira para garantir a autonomia das jovens mães, a quem socialmente recai o trabalho de cuidado. Nesse sentido, é importante sintonizar

6. https://www.gov.br/igualdaderacial/pt-br/assuntos/plano-juventude-negra-viva/2024_Plano_Juventude_Negra_Viva_.pdf



as políticas municipais com a Política Nacional de Cuidados, construída pelo MDS. Ainda, o engajamento do município em ofertar a modalidade EJA e PRO-JOVEM, alinhados com as iniciativas da SECADI/MEC.

5. TRABALHO: O trabalho ocupa o lugar central nas preocupações da juventude brasileira. Além de conviverem com altos índices de desocupação, aos jovens são destinados os postos de trabalho menos protegidos e mais mal remunerados. É importante que os municípios adotem uma agenda de garantia de direitos do trabalho para a juventude, aliando as já tradicionais iniciativas de qualificação profissional à políticas de promoção da inserção com direitos no mundo do trabalho, como programas de aprendizagem profissional, estágio e primeiro emprego. Mais, políticas de adequação dos serviços de intermediação de mão de obra à realidade e necessidades dos trabalhadores jovens e a elaboração de programas de inserção para jovens que não impliquem em perdas de direitos são fundamentais.

6. MOBILIDADE URBANA: Para o exercício pleno de uma juventude com garantia de direitos, é fundamental o acesso do Direito à Cidade que viabilize a fruição dos vários outros consignados na Constituição Federal e no Estatuto da Juventude. Poder se matricular na faculdade em um bairro mais distante, ir à praia

no fim de semana, curtir com os amigos um show na praça do centro da cidade, tudo isso só se viabiliza se houver alternativas de mobilidade urbana que atendam as demandas da juventude. Além da bandeira da tarifa zero no transporte público – que, longe de ser utópica, já é adotada em 101 municípios brasileiros – é imprescindível um transporte de qualidade, que circule noite adentro e nas periferias onde está a juventude brasileira.



7. CULTURA: O Direito à Cultura, consignado no Estatuto da Juventude, relaciona-se intimamente com a condição juvenil. A construção da identidade e a busca por autonomia da juventude encontra na cultura uma ferramenta fundamental nessa jornada, seja para a expressão e experimentação, seja como trabalho e geração de renda. Portanto, é imprescindível uma agenda de cultura nos municípios brasileiros que enxergue a juventude como sujeito deste direito e a importância de sua garantia para a experiência juvenil. Espaços e equipamentos públicos, livres e gratuitos para a fruição do lazer e da cultura, que valorizem a diversidade e contribuam para a convivência livre de intolerância e discriminação podem ser iniciativas municipais

LGBTQIA+

AS ELEIÇÕES E O FORTALECIMENTO DAS LUTAS



O desafio da atual conjuntura tem relação direta com as mudanças e transformações ocorridas nas últimas décadas em razão do desenvolvimento das tecnologias de informação. Nessa perspectiva, é importante destacar o cenário das eleições de 2020, no qual houve uma mudança paradigmática que possibilitou a eleição de 34 pessoas LGBTQIA+ para as Câmaras Municipais em todo o País. Essa realidade refletiu não apenas uma inflexão das demandas sociais de grupos socialmente considerados vulneráveis como demonstrou ainda a força e a atualidade das reivindicações coletivas de parcelas da socie-

dade. Novamente, somos convocados (as) a contribuir uma vez mais para o fortalecimento do processo democrático e civilizatório no qual o pilar fundamental é a escuta atenta e solidária às vozes dos anônimos (as), dos territórios periféricos (as), invisíveis, silenciados (as). A seguir serão apresentadas reflexões e propostas que permitam mitigar as enormes diferenças e desigualdades sociais existentes, com alternativas viáveis e propositivas. O fundamental é garantir que as demandas e necessidades das pessoas LGBTQIA+ reverberem e modifiquem nosso modelo de participação social.

É preciso lembrar os avanços garantidos pelos governos do PT, com Lula e Dilma, tais como o Programa Brasil Sem Homofobia, a realização das 3 Conferências Nacionais de Políticas Públicas LGBT, a criação da Coordenação LGBT na SEDH-PR, a institucionalização do Conselho Nacional LGBT além de:

- Campanha contra a LGBTfobia;
- Reconhecimento do nome social de travestis e transexuais no serviço público federal;
- Política de saúde integral da população LGBT;
- Reconhecimento do nome social de travestis e transexuais no SUS;
- Dia Nacional de Combate à Homofobia, em 17 de maio.

Essas medidas demonstram o compromisso político e histórico com a agenda

de promoção dos direitos LGBT pelos governos progressistas, especialmente os petistas. Faz-se presente tanto no Executivo como nos Legislativos municipal, estadual e federal.

Contudo, embora os governos petistas tenham colocado o combate à violência contra a população LGBTQIA+, o combate ao racismo e às desigualdades de gênero na agenda nacional, com avanços institucionais significativos, essa população ainda não tem seus direitos plenamente assegurados pela legislação federal. Os governos conservadores e autoritários anteriores, de Temer e Bolsonaro, inauguraram um ciclo de retrocessos imensuráveis, com recrudescimento da violência e constantes agressões contra a população LGBTQIA+, que vive atualmente um estado de tensão e negação de direitos elementares.



No Brasil, a questão dos direitos humanos da população LGBTQIA+ é um dos debates centrais para a consolidação do Estado de Direito Democrático e dos princípios fundamentais dos direitos humanos a ele inerentes. A seguir, nomeamos algumas diretrizes gerais que poderão ser utilizadas tanto no Legislativo como no Executivo como bússola para orientar a ação de todas e todos. Suas premissas fundamentais são:

- A primazia dos Direitos Humanos LGBT;
- Controle e participação social;
- Articulação e cooperação permanente dos sistemas de políticas públicas (Educação, Saúde, Assistência Social, Cultural etc.);
- Comunicação permanente e universal relativa aos direitos humanos LGBT;
- Garantia de Políticas intersetoriais com Participação Social e constituição de um Sistema Nacional de Promoção e Enfrentamento da Violência Contra a População LGBT;

EIXOS ESTRATÉGICOS

Tendo por base os eixos temáticos da III Conferência Nacional de Políticas Públicas e DH de LGBT – 2016, dos quais surgiram propostas referendadas por amplos setores da sociedade civil, que representam o desejo da população brasileira de universalizar direitos negados historicamente, é importante

que os programas de governo nos municípios de todo o país tenham como ponto de partida essa construção coletiva nacional, absorvendo alguns pontos centrais e estratégicos.

I – Direitos Fundamentais, políticas intersetoriais, Pacto Federativo, Participação Social e Sistema Nacional de



Promoção e Enfrentamento da Violência Contra a População LGBTQIA+;

II – Educação, Cultura e Comunicação em Direitos Humanos;

III – Seguridade Social: Saúde, Assistência e Previdência Social;

IV – Marcos Jurídico-Normativos, Segurança Pública e Sistemas de Justiça na Promoção e Defesa dos Direitos Humanos da População LGBT.

Os eixos da 3ª Conferência Nacional foram 4, conforme descrito acima, contudo, compreendendo a dinâmica social e a necessidade de atualização a partir das demandas da população LGBTQIA+, é importante a incorporação de dois novos conforme descrição abaixo:

V - Direitos Sexuais e Reprodutivos de pessoas LGBTQIA+

VI – Orçamento Público e Financiamento de Políticas Públicas para a População LGBT.

Tendo em vista que muitas propostas para a promoção dos direitos da população LGBT não são implementadas por falta de recursos financeiros específicos, é importante criar mecanismos de financiamento dedicados às políticas públicas para essa comunidade. Isso envolveria a alocação de verbas específicas nos orçamentos municipais, estaduais e federal para garantir a execução efetiva das políticas públicas originadas nas conferências e demais fóruns de direitos humanos. Essa abordagem garantiria não apenas a continuidade das políticas já existentes, mas também a viabilidade de novas iniciativas que enderecem desafios emergentes enfrentados pela comunidade LGBTQIAPN+.

Importante ressaltar que um olhar atento às demandas apresentadas pela sociedade brasileira sobre a situação dos direitos LGBT é fundamental para identificar os graves problemas que permeiam a vida deste segmento.

PROPOSTAS VOLTADAS À POPULAÇÃO LGBTQIA+ PARA O LEGISLATIVO MUNICIPAL E COMBATE À OMISSÃO LEGISLATIVA

a) Pautar a implementação, de uma forma Emergencial, construção de comissões permanentes voltadas à Promoção da Cidadania e Direitos Humanos LGBTQIA+ e promoção de audiências públicas voltadas a essa parcela específica da população segundo os marcadores de desigualdades sociais conforme os dados do MDHC-Ministério dos Direitos Humanos.



b) Promover projetos de Lei destinados à população LGBTQIA+.

c) Fiscalizar, reivindicar e denunciar as violações da gestão pública alusiva a falta de ações por omissão e outras providências pelo descumprimento das diretrizes vigentes implantadas pelos ministérios do governo federal, conforme o ordenamento jurídico brasileiro, que atendam a população LGBTQIA+.

d) Propor a inserção no regimento interno da câmara legislativa de elementos voltados ao combate à LGBTfobia e outras providências.

e) Propor a criação de um Fundo Municipal para o Desenvolvimento de Políticas Públicas LGBTQIA+, gerido por um conselho deliberativo que inclua representantes do governo municipal, membros da comunidade LGBTQIA+ e organizações da sociedade civil.

f) Propor a revisão de legislação municipal existente para identificar e corrigir quaisquer disposições que possam discriminar ou prejudicar a comunidade LGBTQIAPN+, assegurando que todas as legislações promovam a igualdade e a proteção.

g) Garantir a alocação de um orçamento específico para iniciativas e programas que apoiam a comunidade LGBTQIAPN+, assegurando recursos para a execução de políticas públicas.

h) Fomentar parcerias entre o legislativo municipal e organizações não governamentais, empresas e outras entidades para ampliar o suporte e os recursos disponíveis para projetos de interesse da comunidade LGBTQIAPN+.

i) Propor a criação de conselhos municipais LGBTQIAPN+ em municípios em que não foram implementados;

PROPOSTAS VOLTADAS À POPULAÇÃO LGBTQIA+ PARA O EXECUTIVO MUNICIPAL

a) promover a criação e implementação do conselho democrático municipal com caráter propositivo e deliberativo destinado à promoção da cidadania e direitos humanos da população LGBTQIAPN+;

b) promover a realização das conferências municipais dos direitos da população LGBTQIAPN+;

c) Garantir a inclusão de políticas públicas destinadas à população LGBTQIAPN+ no processo de elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)

e da Lei Orçamentária Anual (LOA).

d) Criar programas de habitação que garantam o acesso a moradias seguras e acessíveis para a comunidade LGBTQIAPN+, com foco especial em jovens desabrigados, idosos e transgêneros que enfrentam altos níveis de vulnerabilidade habitacional;

e) Instituir um Fundo Municipal de Fomento a Políticas Públicas LGBT, destinado a financiar iniciativas e programas que promovam os direitos e a inclusão da comunidade LGBTQIAPN+.

f) Implementar programas contínuos de capacitação para todos os servidores públicos municipais, especialmente aqueles que atuam nas áreas de saúde, educação e assistência social, para garantir um atendimento respeitoso,

inclusivo e consciente das especificidades da comunidade LGBTQIAPN+.

g) Instituir programa de assistência às pessoas LGBTQIAPN+ em situação de violência e/ou vulnerabilidade social.

CONCLUSÃO

São enormes os desafios de um governo democrático e popular na construção de uma agenda de direitos humanos para um segmento populacional tão discriminado e cuja realidade continua marcada pela rejeição e preconceito.

É preciso avançar na institucionalização das políticas públicas de combate

a LGBTfobia e promoção da cidadania LGBT e, ao mesmo tempo, é urgente romper a inércia legislativa e incluir essa população no marco legal brasileiro.

O município é um espaço essencial nessa construção, desde a campanha eleitoral.



ECOLOGICA

FDA

O debate sobre a tragédia das inundações no Rio Grande do Sul terá um lugar de destaque nas próximas eleições municipais. Nem mesmo diante da evidência mais brutal, o negacionismo climático cede terreno, propagando fake news em série. Mas o governo do presidente Lula resgatou e recolocou o Brasil no centro do debate global sobre o enfrentamento dos problemas do aquecimento do planeta, da devastação ambiental, da pobreza

e das desigualdades sociais. Recentemente, o governo federal identificou 1.942 municípios como mais suscetíveis a deslizamentos, enxurradas e inundações. Nesses municípios vivem cerca de 148,8 milhões de brasileiros. As diretrizes a seguir indicam temas, iniciativas e prioridades para um programa que apresente uma nova matriz de desenvolvimento local, sustentável e inclusivo.

CRIAR O PLANO LOCAL DE AÇÕES CLIMÁTICAS (PLAC)

O PLAC tem um papel estratégico no planejamento integrado e participativo, identificando prioridades sociais, ambientais e econômicas do município, com propostas de mitigação da emissão de gases de efeito estufa e adaptação das áreas urbanas e rurais. Sua elaboração deve envolver instituições públicas, movimentos populares, setor privado, ONGs e academia, tornando-se uma instância de pactuação de compromissos e metas. O PLAC articula em um único processo as Políticas Nacionais do Meio Ambiente, da Mudança do Clima, de Resíduos Sólidos, de Recursos Hídricos, de Saneamento, de Energia e da Biodiversidade.

PRODUZIR E PRESERVAR: INCLUSÃO SOCIAL E PROTEÇÃO AMBIENTAL

- Adaptar as propostas de acordo com a diversidade de realidades das regiões e municípios;
- Estimular projetos de hortas urbanas e periurbanas, com produção de alimentos saudáveis para o sustento das famílias e comercialização do excedente em feiras locais;
- Instalação de agroindústrias para processar a produção local, o fomento aos sistemas agroflorestais e extrativismo sustentável da biodiversidade;
- Desenvolver cadeias produtivas da sociobiodiversidade, notadamente aquelas voltadas para a produção de fármacos, cosméticos e alimentos agroextrativistas.





CIDADES VERDES E SAUDÁVEIS

- Plantar árvores, criar praças e parques urbanos, reconectar áreas verdes e recuperar os ecossistemas urbanos e rurais, a exemplo das Áreas de Preservação Permanente;
- Essa tarefa demanda a instalação de viveiros e a produção de mudas, ativando inúmeras atividades, como a de coletores de sementes que em muitos

lugares poderá ser feita com a participação de extrativistas, indígenas e agricultores familiares;

- Aproximar e engajar comunidades urbanas e rurais, fortalecendo a manutenção da vegetação nativa, das unidades de conservação, das terras indígenas e dos sistemas agroflorestais.

ENERGIA LIMPA E RENOVÁVEL

- Construir arranjos e formas de produção de energia que atendam as demandas e necessidades produtivas das comunidades locais, promovam

o desenvolvimento e não comprometam as áreas de produção de alimentos nem avancem sobre as comunidades tradicionais e a agricultura familiar.

HABITAÇÕES SUSTENTÁVEIS E RESILIENTES

- Incentivar o desenvolvimento de novas tecnologias de baixa emissão (como concreto verde) e desenhos arquitetônicos sustentáveis (em energia, reúso de água e reúso de resíduos);
- Estimular construções sustentáveis com o uso de espécies da flora local para compor construções sustentáveis, aumentando sua resiliência contra os fenômenos climáticos.



TRANSPORTE DE BAIXA EMISSÃO **E INCLUSIVO**

- Ações e investimentos em transporte público, especialmente metrô e VLT, nos casos em que tal solução seja adequada e sua integração com ciclofaixas para deslocamento de baixa distância com bicicletas e pequenos veículos elétricos;
- O investimento em ônibus deve focar os ônibus elétricos e híbridos (integrados com o programa Mover do Governo Federal).

SANEAMENTO PÚBLICO **E GESTÃO DE ÁGUAS**

- **Gestão cooperada e qualificada** ante o aprofundamento das privatizações de serviços de saneamento nos Estados e municípios, para combater a explosão tarifária em curto espaço de tempo e a pressão para precarização da prestação dos serviços;
- Manter a regulação dos serviços é crítico para o sistema, com o que os municípios devem incentivar e participar de organismos de gestão associada, como consórcios públicos, e acompanhar de perto o funcionamento das agências reguladoras;
- Fortalecer os Comitês de Bacias e Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos, combatendo o “elitismo regulatório” e fortalecendo a participação dos setores usuários na definição de políticas e prioridades para o sistema de modo a evitar a apropriação privada da água bruta;
- Valorizar os planos de bacia hidrográfica em seu caráter normativo sobre o planejamento dos usos dos recursos hídricos;
- Recuperação e preservação de fontes de abastecimento mediante projetos e campanhas a partir de uma visão integrada de manejos de solo e água com utilização de tecnologias sociais e ampla participação comunitária;
- **Desenvolver Planos Municipais de Resíduos Sólidos**, com fechamento de lixões e construção de aterros sanitários;
- Implantação de programas de coleta seletiva com a inclusão das cooperativas de catadores de materiais recicláveis, além da logística reversa nas cadeias produtivas de geração de resíduos, em especial eletroeletrônicos, pneus, lâmpadas e embalagens;
- **Mudar o modelo dos serviços de drenagem pluvial urbana**, que tem como premissa as grandes obras, a exemplo de piscinões, como base do planejamento das grandes cidades;

- Desenvolver modelo alternativo à macrodrenagem e exclusão dos cursos d'água da paisagem e do cotidiano da cidade, que levam ao aterramento de nascentes e brejos; canalização dos cursos d'água para transformação em ruas e avenidas; supressão das matas e vegetação e consequente impermeabilização do solo;

- Desenvolver uma nova cultura de recuperação da permeabilidade do solo por meio de ações estruturais e não estruturais de microdrenagem para reduzir o escoamento superficial e direcioná-lo às microbacias onde essa vazão irá trazer benefícios ambientais, à saúde, às moradias e preservação de vidas;

- Incorporar nas políticas públicas Soluções baseadas na Natureza (SbN), infraestruturas verdes e azuis no espaço urbano com ações que aumentam a permeabilidade do solo e diminuem a velocidade de escoamento das águas das chuvas

- Desenvolver redes multifuncionais de criação de áreas de preservação e incentivo a construções como telhados verdes, parques ciliares, construção familiar ou condominial de captação de água de chuva, reuso de águas cinza e jardins filtrantes;

- **Restaurar e conservar os ecossistemas da Zona Costeira** - os 400 municípios, distribuídos por 17 estados, que formam a Zona Costeira, são mais vulneráveis aos eventos climáticos extremos, mas ao mesmo tempo seus ecossistemas são aliados para conter o aquecimento global e proteger o litoral brasileiro. Chamados de ecossistemas de carbono azul - por absorverem por metro quadrado mais CO₂ da atmosfera do que as florestas tropicais - a conservação desses ambientes é essencial para a política climática, razão pela qual o Plano Local de Ação Climática dos municípios costeiros deve promover estratégias com essa finalidade.

- **Educação ambiental para a transformação ecológica** - Os problemas socioambientais e as demandas imediatas da população, a exemplo do transporte público de qualidade, a defesa da saúde pública, a luta contra a poluição do ar, da água, dos alimentos por agrotóxicos, pelo direito ao trabalho, à moradia e ao lazer, entre outras, devem compor os temas e finalidades de uma educação ambiental com capacidade de mobilizar e organizar as lutas em prol de uma sociedade justa, solidária e sustentável.

VALORIZAÇÃO DAS MULHERES



As mulheres são a maioria da população e principais responsáveis pelo trabalho doméstico e de cuidados. Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, de agosto de 2023, apontam que as brasileiras gastam 21,3 horas semanais nessas atividades, enquanto os homens, 11,7 horas. O salário das mulheres, segundo o 1º Relatório de Transparência Salarial, de março de 2024, é 19,4% menor do que o dos homens. Em cargos de dirigentes e gerentes a diferença de remuneração chega a 25,2%. As mulheres negras são as

que têm renda mais desigual. Ganham 66,7% da remuneração das mulheres não negras. De acordo com a série histórica da Pesquisa Visível e Invisível, quase 51 mil mulheres sofreram algum tipo de violência diariamente. Sob diversas formas, essas desigualdades decorrem de um legado de relações patriarcais, escravocratas, racistas e machistas. É preciso mudar essa situação a partir do fato de que o governo federal vem retomando a centralidade das políticas para as mulheres. Sugerimos que sejam consideradas as seguintes diretrizes:



Foto: Arquivo Agência Brasil

ENFRENTAMENTO A TODAS **AS FORMAS DE VIOLÊNCIA**

- Combater todas as formas de violência de gênero: física, psicológica, sexual, doméstica, patrimonial, familiar, laboral e política;
- Enfrentar o feminicídio e garantir autonomia pessoal e econômica àqueles mulheres que demandam serviços

desta natureza;

- Integrar e potencializar o funcionamento dos serviços existentes em âmbito local, articulando-os com as redes da região, do Estado e do País: prontos socorros, polícia militar, guarda civil, assistência social, justiça, defensoria

pública, unidades de saúde e rede hospitalar, IML, casas de abrigo e outros equipamentos;

- Estabelecer parcerias com o Ministério das Mulheres para a construção de Casas das Mulheres Brasileiras, sendo uma alternativa nos pequenos municípios a articulação regional por meio de consórcios;
- Instituir políticas, programas e ações intersetoriais de enfrentamento ao racismo, sexismo, lesbofobia, preconceito e discriminação baseados na orientação sexual e identidade de gênero;
- Disseminar uma cultura não discriminatória e capacitar os operadores da segurança pública nas questões referentes às relações de gênero, violência contra as mulheres e Lei Maria da Penha;
- Garantir o acesso ao auxílio aluguel às mulheres vítimas de violência doméstica

e em situação de vulnerabilidade social;

- Atender os agravos decorrentes da violência sexual conforme o estabelecido na Norma Técnica de Atendimento do Aborto legal;
- Ter uma rede de saúde capacitada para fazer o primeiro acolhimento, incluindo um Instituto Médico Legal (IML) que funcione adequadamente, para que as mulheres possam fazer o exame pericial;
- Associar o município à campanha Brasil sem Misoginia lançada pelo Ministério das Mulheres em outubro de 2023;
- Combater a violência política de gênero e fortalecer a presença das mulheres nas eleições, numa perspectiva de que teremos mais democracia se tivermos mais mulheres na política; valorizar as ações afirmativas, em especial a política de cotas.

POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE O CUIDADO

- Aplicar as diretrizes da Política Nacional de Cuidados e do Plano Nacional de Cuidados;
- Cuidar de quem cuida, estabelecendo uma ampla rede de serviços públicos como creche, escolas em tempo integral, lavanderias e restaurantes públicos, centros para pessoas idosas e outras iniciativas adequadas à capacidade financeira do município;
- Promover campanhas que abordem a importância da divisão do trabalho doméstico e de cuidados.



DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS

- Fortalecer no município o Programa Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher em todas as fases de suas vidas - da gestação ao parto e ao puerpério -, levando em conta a diversidade do universo feminino e respeitando o corpo e as decisões das mulheres;
- Garantir o planejamento reprodutivo e o acesso aos métodos contraceptivos, inclusive a contracepção de emergência, e ampliação da oferta de consultas e exames ginecológicos;
- Adotar ações visando reduzir a inaceitável alta taxa de mortalidade materna no período de gravidez, parto e pós parto;
- Enfrentar a violência obstétrica, capacitando profissionais de Saúde para que isso não ocorra; promover campanhas de informação para que a população conheça esse tipo de violência e criar espaços de acolhimento e apoio às mulheres vítimas de violência obstétrica;
- Fortalecer ações que garantam o exercício dos Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos, não criminalizando nem subjulgando as mulheres, com respeito à autonomia de decisão, de acordo com a lei.

GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA

- Incentivar o acesso de mulheres urbanas às incubadoras e empreendimentos solidários, ao microcrédito e à assistência financeira;
- Apoiar a organização de mulheres que trabalham como ambulantes e vendedoras a domicílio como meio para ampliar a renda e obter garantias previdenciárias e sociais;
- Realizar campanhas de valorização da mulher trabalhadora, do emprego doméstico remunerado e de incentivo à formalização do trabalho feminino;
- Promover a coleta seletiva com inclusão e remuneração das cooperativas de catadoras e catadores de materiais recicláveis pela prestação de serviços públicos, em conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos e demais legislações vigentes;
- Oportunidades de participação em cursos técnicos profissionais.



CULTURA E EDUCAÇÃO **PARA A IGUALDADE**

- Promover ações junto às escolas e demais equipamentos do município visando a igualdade de gênero;
- Garantir nos programas de formação de profissionais e gestores públicos a presença da temática de gênero, raça, etnia e diversidade sexual, na perspectiva dos direitos humanos;
- Promover a universalização da alfabetização das mulheres e priorizar a educação de qualidade em tempo integral, com a construção de creches, incluindo horários estendidos para atender mães e pais que trabalham no período noturno, ou em turnos de longa duração;
- Garantir a igualdade de oportunidades de participação das mulheres em todas as modalidades e de eventos culturais patrocinados e/ou promovidos pelo município por meio de mostras, intercâmbio e ações de difusão das manifestações culturais e artísticas das mulheres;
- Fomentar e apoiar iniciativas culturais que resgatem a memória, os saberes e fazeres das mulheres, valorizando a cultura popular e ressaltando a contribuição das mulheres de todas as gerações.

CONTROLE, **PARTICIPAÇÃO E EXECUÇÃO**

- Criação de Conselhos Municipais de Mulheres, com a participação feminina, assegurada a diversidade de representação;
- Realização de conferências municipais de mulheres, assegurando um amplo processo de participação desde a preparação;
- Criação de uma Secretaria Municipal de Mulheres com verba própria e equipe técnica adequada ao atendimento das demandas;
- Capacitar a Secretaria para que ela seja responsável pela elaboração, articulação e acompanhamento da implementação das políticas no município, garantindo a transversalidade com outras áreas.



PESSOA IDOSA



O DESAFIO DO ENVELHECIMENTO

O envelhecimento será a principal característica demográfica do século XXI no Brasil. Todas as políticas públicas serão afetadas por esta revolução: a previdência, a seguridade social, a saúde, a assistência social, o trabalho e mais. Estudo do IPEA publicado em 13 de outubro de 2021 projeta para 2100 uma distribuição geracional em que os jovens irão representar 13% da população, enquanto os idosos, cerca de 30%. Uma das características do envelhecimento da população brasileira é a feminização da velhice. Quanto mais envelhecido for o Brasil, mais feminino será. O fundamento conceitual para formular planos, indicadores e metas envolvendo as pessoas idosas deve partir do fato que elas são merecedoras de todos os direitos fundamentais e de proteção espe-

cial, pois são contribuintes. As políticas deste segmento são intersetoriais por excelência e envolvem uma rede integrada da assistência social, da saúde, da previdência, da segurança, da educação, do lazer e da cultura, conforme o Estatuto da Pessoa Idosa. Estimular o envelhecimento saudável e participativo previne agravos à saúde como diabetes, hipertensão e câncer. A cidade acessível é condição para isso, com faixas de pedestres, semáforos, rampas, transporte público adaptado e motoristas educados. Atividades e eventos culturais podem ser incrementados de forma multi e intergeracional, integrando saberes de modo inclusivo. São assim diretrizes fundamentais para os municípios:

REDE DE PROTEÇÃO SOCIOASSISTENCIAL

- O Sistema Único de Saúde (SUS) e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) são a principal rede de proteção socioassistencial e de saúde da população idosa nos municípios;
- Os serviços dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) dos Centros de Referência Especializada da Assistência Social (CREAS) e o CadÚnico estão aptos a receber importantes aportes de recursos para as prefeituras, oriundos do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS);
- As secretarias municipais de Assistência Social devem aplicar os proce-

- dimentos da Portaria Nº 886 do MDS, que instituiu regras para a execução de despesas extraordinárias em ações e serviços do SUAS autorizadas pela Lei Orçamentária de 2023 com base no art. 8º da Emenda Constitucional nº 126 de 2022, visando a recuperação dos serviços dos CRAS e CREAS;
- Devem qualificar e fortalecer o CadÚnico como tecnologia social de identificação de famílias em situação de vulnerabilidade;
- As secretarias municipais de Assistência Social; de Saúde e de Direitos Humanos, em colaboração intersetorial, são as instâncias responsáveis por

implantar e manter os equipamentos socio sanitários e socioassistenciais integrados, como:

- Centros Dia para Pessoas Idosas;
- Centros de Convivência para Pessoas Idosas ou Núcleos de Convivência;
- Centros de Convivência Intergeracional;

REDE DE ATENÇÃO À SAÚDE DA PESSOA IDOSA (RASPI)

- As Secretarias Municipais de Saúde são gestoras da política do SUS de Atenção Integral à Saúde da Pessoa Idosa, implantadas no território através das Unidades Básicas de Saúde – UBSs;

• Instituições de longa permanência para a pessoa idosa, públicas e contratadas com instituições filantrópicas;

• Centros de acolhida para a população em situação de rua em parceria com a Secretaria de Direitos Humanos.

- As UBSs são a porta de entrada da população idosa para o atendimento de saúde nos municípios;

- Os serviços de saúde para a população idosa precisam de uma repactuação dos recursos do SUS, a partir da análise concreta dos custos e benefícios da terceirização de grande parte da Atenção Básica para Organizações Sociais nos municípios;

- 78% dos idosos dependem do SUS, sendo preciso dar ênfase ao Programa de Atenção Integral à Saúde da Pessoa Idosa;

- Farmácia Popular com medicamentos de baixo e alto custo e insumos disponíveis como fraldas geriátricas;

- Programas de saúde bucal para a pessoa idosa;

- Incluir idosos com demência na Rede de Saúde Mental;

- Programas do SUS como Estratégias de Saúde da Família; “Saúde em Casa” e programas de cuidado domiciliar para idosos que moram sozinhos;

- Promoção de atividades físicas e esportivas.



MOBILIDADE E **ACESSIBILIDADE**

- Promoção da mobilidade e acessibilidade das pessoas idosas em todas as áreas urbanas;
- Promoção da visibilidade e reconhecimento da pessoa idosa em cada local da cidade como uma cidade acolhedora;
- Garantia da gratuidade e reserva de dois assentos no transporte rodoviário interestadual conforme o Decreto 5.130/2004;
- Garantia da gratuidade nos transportes urbanos em ônibus, metrô e trem aos idosos a partir de 60 ano



EDUCAÇÃO

- Programa especial de alfabetização de idosos, haja vista que a maioria dos analfabetos tem 60 anos ou mais;
- Programas de inclusão digital;
- Programas de atualização, formação e capacitação para inserção no mercado de trabalho e empreendedorismo;
- Promoção de campanhas educacionais contra a violência, o idadismo e todos os tipos de preconceito contra a pessoa idosa.

POLÍTICAS DE CUIDADO



GARANTIR DIREITOS AOS QUE SÃO CUIDADOS E AOS QUE CUIDAM

O cuidado é um direito universal e uma necessidade de todas as pessoas. É também um trabalho cotidiano de produção de bens e serviços necessários à reprodução e à sustentação da vida e à garantia do bem-estar das pessoas. É um bem público essencial, sem o qual a força de trabalho não se reproduz, a economia, as instituições e as sociedades não funcionam. Uma parte muito importante desse trabalho de cuidados é exercido em forma não remunerada pelas mulheres no interior de seus domicílios, em especial as mulheres mais pobres, as mulheres negras, as que vivem na zona rural e nas periferias urbanas. São também as mulheres, e especialmente as mulheres negras, que desempenham majoritariamente o trabalho remunerado de cuidados. Entre elas as trabalhadoras domésticas, as cuidadoras de pessoas idosas e com deficiência e as que trabalham em instituições como creches, escolas, centros-dia e outros serviços nas áreas da educação, saúde e assistência social. Quase 75% do total dos

18 milhões de postos de trabalho no Brasil são ocupados por mulheres, e 45% por mulheres negras. O trabalho de cuidados no Brasil não é só feminizado, ele é profundamente racializado.

As políticas integrais de cuidados são essenciais para garantir o direito a ser cuidado, a cuidar e ao autocuidado, assim como para a autonomia econômica das mulheres, a superação da fome, da pobreza e das desigualdades estruturais que caracterizam a sociedade brasileira. Sua grande novidade é cuidar, ao mesmo tempo, de quem precisa de cuidado e de quem cuida. Consciente da urgência de avançar na garantia do direito ao cuidado a toda a população brasileira, o governo do Presidente Lula decidiu criar uma Política Nacional de Cuidados. Para isso, foi criado, por meio do Decreto 11.460/2023, um Grupo de Trabalho Interministerial composto por 20 ministérios que trabalham intensamente na formulação da proposta. Esta política nacional deve ser fortalecida e complementada por políticas municipais de cuidado.



DIRETRIZES

DIREITO A CUIDADOS PARA **TODOS QUE NECESSITAM**

O direito ao cuidado, entendido como um direito universal, deve ser efetivado de forma progressiva e sem retrocessos, por meio de um conjunto de ações, objetivos e metas dirigidos tanto às pessoas que necessitam de cuidados quanto às pessoas que cuidam, a partir de públicos prioritários. São eles:

- Crianças e adolescentes, com atenção à 1ª infância;
- Pessoas idosas que necessitam de assistência, apoio e auxílio para realizar as atividades básicas e instrumentais da vida diária;
- Pessoas com deficiência que necessitam de assistência, apoio e auxílio para desenvolver as atividades básicas e instrumentais da vida diária;
- Trabalhadores/as remunerados e não remunerados do cuidado.

O atendimento das necessidades de

cuidados deve levar em conta as desigualdades estruturais de renda, gênero, raça, etnia, territoriais e deficiência existentes no interior desses grupos, assim como suas interseccionalidades. Isso deve estar refletido tanto no diagnóstico das necessidades de cuidado quanto no desenho das ofertas de cuidado pelo setor público, incluindo objetivos, metas, ações, indicadores e orçamento.

Entre os serviços e benefícios dirigidos a garantir o direito ao cuidado para as pessoas que dele necessitam e, ao mesmo tempo, liberar o tempo das mulheres que cuidam, destacam-se:

- Extensão da cobertura e ampliação das jornadas das creches e da educação infantil;
- Salas de acolhimento no período noturno e fins de semana para filhos e filhas de mães e pais que estudam ou trabalham nesses horários;
- Atividades de contraturno escolar;
- Criação e expansão da cobertura de serviços de atenção domiciliar, centros-dia e instituições de longa permanência para pessoas idosas e com deficiência;
- Transferências monetárias para a contratação de serviços de cuidado;
- Definição e fiscalização de parâmetros de qualidade para serviços públicos e privados de cuidado;
- Ampliação do acesso a tecnologias assistivas.



PROMOVER O TRABALHO DECENTE NO SETOR DOS CUIDADOS

Apesar da sua importante função social e econômica, o trabalho remunerado de cuidados continua marcado por baixos salários, precarização, informalidade, desproteção social, barreiras à organização sindical e à negociação coletiva. Avançar na promoção do trabalho decente no setor é fundamental através de:

- Programas de elevação da escolaridade, capacitação e formação profissional;
- Campanhas de sensibilização e estímulo à criação de espaços e processos de diálogo social e negociação coletiva relacionados à valorização e à promoção dos direitos das trabalhadoras e trabalhadores remunerados do cuidado, em especial as trabalhadoras domésticas, incluindo as diaristas;
- Políticas públicas destinadas às trabalhadoras domésticas remuneradas, co-



mo garantia de acesso a creches para seus filhos/as e direito à moradia ;

- Fiscalizar o cumprimento das leis trabalhistas no setor de trabalho doméstico;
- Estabelecer mecanismos para denúncias de violação de direitos de trabalhadores/as remunerados do cuidado;
- Desenvolver planos e ações de prevenção do trabalho infantil e do trabalho em condições análogas à escravidão no trabalho doméstico e de cuidados.

COMPATIBILIZAR O TRABALHO REMUNERADO E AS RESPONSABILIDADES FAMILIARES E DE CUIDADO

É fundamental que a organização do trabalho nas empresas e nas instituições públicas reconheçam a necessidade e o direito de seus trabalhadores, mulheres e homens, de compatibilizar o exercício do trabalho remunerado com as suas responsabilidades familiares de cuidado e o autocuidado. Entre as ações possíveis de ser implementadas pelos governos municipais estão:

- Instalação de espaços de aleitamento materno e acolhimento de crianças nas instalações de entidades públicas;
- Instituição e ampliação nas secretarias e órgãos públicos de licenças para cuidar (maternidade, paternidade, parentais, de acompanhamento de familiares que necessitam cuidados etc.), considerando a pluralidade dos arranjos familiares;

- Fomento ao debate e estímulo a empresas que adotem políticas internas que promovam a compatibilização entre o trabalho remunerado e as necessidades familiares de cuidados, incluídos tempos

e licenças para cuidar;

- Fomento ao debate e estímulo a empresas que promovam ações de responsabilidade social em cuidados.

TRABALHO NÃO REMUNERADO DE CUIDADOS

São necessárias ações dirigidas às pessoas que realizam trabalhos não remunerados no interior das suas famílias, em especial as mulheres de baixa renda, negras e periféricas, com o objetivo de diminuir a sobrecarga desse trabalho e eliminar barreiras de acesso à educação, ao mercado de trabalho e à vida pública:

- Programas de aumento de escolaridade, formação e qualificação profissional;
- Expansão de equipamentos públicos

para os cuidados indiretos (lavanderias coletivas, cozinhas solidárias, restaurantes populares, cisternas, quintais produtivos, hortas comunitárias);

- Medidas que facilitem o acesso a equipamentos e eletrodomésticos para o trabalho de cuidado em casa (exemplo: máquina de lavar roupa);

- Programas de inclusão econômica e produtiva para cuidadoras não remuneradas.

CULTURA DE CORRESPONSABILIDADE SOCIAL E DE GÊNERO

A transformação da atual organização social dos cuidados, que é injusta e desigual, exige um intenso trabalho de transformação cultural visando promover a divisão da responsabilidade pela provisão dos cuidados entre homens e mulheres no interior da família, na comunidade e na sociedade (corresponsabilização de gênero) e entre a família, a comunidade, o Estado, o mercado e as empresas (corresponsabilização social). Entre as ações que podem ser desenvolvidas nesse sentido, estão:

- Campanhas públicas sobre a importância do cuidado para a economia e

para a sociedade;

- Campanhas públicas estimulando a corresponsabilização dos homens pelos cuidados;

- Incluir o tema dos cuidados nas escolas de governo e programas de formação e capacitação de gestores e gestoras;

- Ações de conscientização sobre a necessidade de corresponsabilização pelo trabalho de cuidados e a paternidade responsável nos serviços públicos municipais, assim como nas empresas fornecedoras do município;

- Inclusão do tema dos cuidados no sistema educacional.

SAÚDE COMO DIREITO E A DEFESA DO SUS



As ações e serviços de saúde nos municípios devem ter como princípio a garantia da saúde como direito humano, constitucional e de responsabilidade do Estado, com recursos adequados para o financiamento do SUS. Devem garantir o desenvolvimento humano na sua integralidade, as condições e as escolhas de vida. Do nascer ao envelhecer, deve-se respeitar as especificidades de gênero, classe social, raça, etnia,

religião e de trabalho. São diretrizes para as próximas eleições municipais:

- Expandir e fortalecer a Atenção Básica, com o reforço da Estratégia Saúde da Família e da reorganização dos Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF/e-multi), além da expansão da quantidade de Agentes Comunitários de Saúde (ACS), garantindo condições de acolhimento humanizado da população aos serviços desde seus locais de

Foto: Flickr/Prefeitura de Olinda



moradia e trabalho;

- Garantir acesso à Rede de Atenção Especializada, implantando o “Mais Acesso a Especialistas”, e demais políticas emanadas do Ministério da Saúde, para superar gargalos e filas de espera para consultas, exames, procedimentos e cirurgias eletivos;
- Informatizar a Rede, com uso de Telessaúde, integrando-a à atenção básica e outros serviços do SUS;

- Garantir a responsabilidade do Estado na proteção, prevenção de doenças e promoção da saúde com ações de vigilância sanitária e epidemiológica, alimentação e nutrição.

- Proteger a saúde do trabalhador e da trabalhadora para regular, investigar, monitorar e fiscalizar a saúde humana e ambiental, com reconhecimento das dinâmicas dos territórios e vigilância participativa.

- Ampliar o Programa Nacional de Imunizações, com ampla mobilização e ampliação de investimentos que garantam cobertura superior a 95% da população, ao mesmo tempo desenvolvendo estratégias que combatam as fake news e o movimento antivacina;
- Enfrentar as Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT), com prioridade para o câncer e as enfermidades cardiovasculares, com medidas e ações preventivas e diagnóstico precoce;
- Implementar em toda a rede de urgência as Linhas de Cuidado para atenção integral às vítimas de AVC, Infarto Agudo do Miocárdio e Trauma;
- Nortear as ações de promoção à saúde e prevenção de doenças com o resgate de políticas públicas que atuem sobre os principais fatores de risco e estimulem a alimentação saudável, a atividade física e o controle da diabetes, o controle da hipertensão arterial, do tabagismo e do uso nocivo dos agrotóxicos;
- Promover ações intersetoriais para enfrentar problemas com as diferentes formas de violência, acidentes de trânsito e trabalho, poluição e degradação do meio ambiente, fome, obesidade e sedentarismo, entre outros males e comorbidades;
- Fortalecer a Rede de Urgência, reforçar o SAMU e qualificar as UPAs.
- Reestruturar a Rede de Atenção Hospitalar no SUS, ampliando leitos nas regiões de maior carência e integrando os hospitais universitários, filantrópicos e privados em redes de atenção,

com fortalecimento dos instrumentos de contratação e regulação pública dos serviços;

- Promover na esfera municipal a saúde mental com os princípios da Reforma Psiquiátrica;
- Orientar as políticas de prevenção e controle do uso abusivo de álcool e outras drogas, fortalecendo a rede de atenção psicossocial com base no cuidado, liberdade e respeito aos Direitos Humanos;
- Fortalecer no nível municipal o Programa Farmácia Popular, a Farmácia Viva e Fitoterápicos, a política nacional de assistência farmacêutica em todos os níveis de atenção, permitindo o acesso rápido, qualificado, racional e eficaz aos medicamentos;
- Apoiar o Programa Brasil Sorridente, assegurando a integralidade da assistência à saúde bucal;
- Fortalecer a participação popular democrática e o controle social no SUS por meio das Conferências e Conselhos municipais, os quais devem ser referência para a deliberação de políticas de saúde, com planejamento participativo, transparência de gestão e amplia-



Foto: Igor Evangelista/MS

ção da base social de defesa do SUS;

- Fortalecer a gestão pública e o papel das Secretarias Municipais de Saúde como produtoras de políticas públicas e gestoras da rede de saúde;
- Investir na descentralização do SUS, regionalização e pactuação tripartite de compromissos;
- Fortalecer o Complexo Econômico e Industrial da Saúde como elemento estrutural da contribuição da saúde para o processo de reconstrução nacional, desenvolvimento econômico e geração de empregos e renda;
- Valorizar o trabalho em saúde para que os trabalhadores/as da saúde tenham vínculos protegidos por concursos, salários, jornadas e ambientes de trabalhos dignos, saudáveis e seguros;
- Retomar as mesas permanentes de negociação coletiva, sempre que cabível, no plano municipal;
- Fortalecer a educação permanente na saúde, ordenada pelo SUS, com vistas a mudanças da formação, que deve ser orientada pelas necessidades de saúde da população;
- Articular universidades e instituições de ensino, gestão pública, serviços de saúde, trabalhadores/as e movimentos sociais;
- Para garantir a ampliação das ações e serviços do SUS e proporcionar sustentabilidade ao seu funcionamento pleno, assegurar os mínimos constitucionais previstos para os municípios, equivalentes a 15% da arrecadação dos impostos.



SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL COMBATE À FOME





O Brasil comemorou em 2014 a saída do Mapa Mundial da Fome, mas poucos anos depois não havia mais o que comemorar. Em 2022, foram 33 milhões de brasileiros passando fome. Apesar desse cenário, já no final de 2023, com pouco tempo de governo Lula, 24 milhões de brasileiros haviam sido retirados da situação de fome.

Há muito tempo ficou para trás no mundo todo a ideia equivocada da fome como problema individual, cuja responsabilidade cairia somente sobre



os ombros daqueles que passam por essa indigna experiência. A fome é reconhecida como problema público, social e estrutural. Portanto, a fome é re-

sultado do modo como a sociedade se reproduz e se organiza. Por isso, deve ser combatida pelos municípios, pelos estados, pelo governo federal e pela sociedade civil.

A política de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), no entanto, vai além do combate à fome. A SAN envolve a busca por sistemas alimentares mais sustentáveis e ações, programas e políticas relacionados à produção de alimentos saudáveis, ao acesso a alimentos e à água de qualidade, ao consumo de alimentos, à educação alimentar e nutricional, aos preços dos alimentos e à redução da obesidade, do desperdício de alimentos e do uso de agrotóxicos.

A política de SAN é intersetorial e envolve diferentes políticas públicas como saúde, educação, assistência social, desenvolvimento agrário e abastecimento. Por exemplo: na educação, há o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); na saúde, há o Banco de Leite; na assistência social, há as cestas básicas e as transferências de renda (Bolsa Família e BPC); no desenvolvimento agrário, há a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER); e no abasteci-

mento, há os Bancos de Alimentos e o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA).

A Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), de 2006, instituiu o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, o SISAN, com os objetivos de formular e implementar políticas e planos de SAN e estimular a integração dos esforços entre governo e sociedade civil. A população brasileira, quatro anos depois, conquistou a inclusão do Direito à Alimentação como direito irrevogável na Constituição Federal. O SISAN é composto pelas Câmaras Intersectoriais de SAN (CAISANs) e pelos Conselhos de SAN (CONSEAs), os

quais atuam nas esferas federal, estadual e municipal. Além disso, há os Planos Nacionais, Estaduais e Municipais de SAN e periodicamente são realizadas as Conferências Nacionais de SAN, precedidas por conferências estaduais, regionais e/ou municipais.

Todos os estados e o Distrito Federal aderiram ao SISAN e criaram CONSEAs e CAISANs Estaduais. Além disso, quase mil municípios aderiram ao Sistema. O fortalecimento das instâncias e instrumentos do SISAN permite a implementação da Política Nacional de SAN, fundamental para a saída do Brasil do Mapa da Fome.

DIRETRIZES PARA OS MUNICÍPIOS

MUNICÍPIO SEM FOME

- Cestas Verdes, doação de cestas com produtos “verdes” como abóbora, tomate, mandioca, cebola, cenoura e folhagens, que podem ser adquiridos da agricultura familiar por meio do PAA;
- Restaurantes Populares, com refeições balanceadas a preços acessíveis;
- Cozinhas Comunitárias, com refeições prontas diretamente nos bairros e comunidades;
- Plantio de Árvores Frutíferas, em escolas públicas, praças, canteiros e terrenos públicos com a participação da comunidade, e fomento ao plantio em espaços privados;
- Lei “água da casa”, que torna obrigatória a disponibilidade gratuita de água filtrada em restaurantes, padarias, bares e lanchonetes; e
- Outros Equipamentos Públicos, como o Sacolão Popular, as Feiras Populares, as Feiras da Agricultura Familiar e o Mercado Popular.

ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL NO MUNICÍPIO

- Campanhas de promoção da alimentação saudável;
- Feira de Orgânicos ou Feiras Agroecológicas, espaço para barracas e feiras, apoiando a criação e manutenção de feiras com produtos sem veneno;
- Quitandas e Sacolões Públicos, nos quais se vendem alimentos in natura e minimamente processados, grãos e produtos da agricultura familiar a preços baixos;
- Cozinha Central, na qual se produz refeições prontas, a serem distribuídas para a rede escolar e instituições de acolhimento;
- Baldinho, programa que entrega matéria orgânica, produzida a partir de lixo orgânico coletado na comunidade, para hortas, quintais produtivos e produção de alimentos nas cidades;
- Hortas Urbanas, ações de agricultura em praças e espaços públicos vazios, com fornecimento de sementes, água e energia;
- Vedação, dentro de escolas públicas e privadas e de eventos culturais, esportivos ou educacionais destinados às crianças, de publicidade e venda de bebidas açucaradas (refrigerantes e sucos artificiais, responsáveis por obesidade, diabetes e queda dentária) e alimentos ultraprocessados;
- Território Sem Agrotóxico, delimitação de território em que se veda o uso de agrotóxico na produção de alimentos, para incentivar e possibilitar a produção sustentável de alimentos saudáveis e livres de veneno;

SISAN FORTE NO MUNICÍPIO

- A Adesão ao SISAN pode ser a grande pauta para os municípios de fora do Sistema. Por meio da Adesão, o município poderá acessar equipamentos públicos e alavancar as ações de SAN.
- Elaboração do Plano Municipal de SAN (PLAMSAN), que prevê as metas, as ações, os recursos, os prazos e as estratégias para implementar e integrar as diferentes políticas de SAN;
- Instituição da Câmara Intersetorial de SAN (Caisan Municipal), onde se reúnem os Secretários Municipais das pastas afetas à SAN para debater e encaminhar de modo integrado os programas e ações de segurança alimentar e nutricional.



PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Criação do Conselho Municipal de SAN (COMSEA), importante órgão consultivo vinculado ao gabinete do Prefeito, composto por Secretários Municipais e organizações da sociedade civil, reunidos para articular e integrar os programas e ações. É um importante espaço de participação social, que garante a vitalidade da agenda de SAN no território, agregando diferentes atores da sociedade civil com atuação em ações relacionadas aos sistemas alimentares.

ABERTURA PARA O APOIO DO GOVERNO FEDERAL

- Adesão ao Brasil Sem Fome (BSF), que prevê a meta de tirar o país do Mapa da Fome até 2030. O BSF é composto por 80 ações e programas. Para o município participar, o prefeito deve procurar o Ministério do Desenvolvimento e Assis-

tência Social, Família e Combate à Fome (MDS) e assinar o Termo de Adesão.

- Adesão aos programas federais de SAN, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Alimenta Cidades, o Programa Nacional de Alimentação no SUAS, a Inclusão Produtiva e Capacitação Profissional, o Fomento Rural e a Política de Agroecologia.
- Implantação de Equipamentos Públicos com apoio do governo federal, como a Cozinha Solidária, o Restaurante Popular, o Banco de Alimentos e a Horta Comunitária.

Para propor iniciativas de impacto, o primeiro passo é o diagnóstico situacional de SAN. O candidato e a equipe podem colher informações junto à população, aos profissionais dos CRAS, das escolas e das UBSs, sobre famílias com dificuldades para garantir as 3 refeições ao dia, sobre a qualidade da alimentação escolar, sobre o desperdício de alimentos em estabelecimentos comerciais, sobre a situação dos agricultores, sobre os Equipamentos Públicos de SAN, etc; e, assim, pensar estratégias específicas para a promoção da segurança alimentar e nutricional no município.

O combate à fome e a segurança alimentar e nutricional fortalecem a imagem do candidato no campo popular e progressista e demonstram a sensibilidade da candidatura para os temas sociais.

TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TICS)



IMPORTÂNCIA VITAL DAS TICs

As Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) estão cada vez mais presentes na vida das pessoas pelo uso da internet, das plataformas digitais e das redes sociais. Elas alteram o relacionamento de natureza interpessoal, laboral, cultural, político, econômico e, não menos importante, o acesso dos cidadãos aos serviços públicos. Nosso ponto de partida é que as TICs contri-

buam para a construção de uma sociedade com maior equidade, justiça social e responsabilidade ambiental. O emprego de tecnologias digitais por si só não resolve os problemas das cidades, mas o uso adequado dessas tecnologias pode ser um caminho para a construção de cidades mais humanas e sustentáveis. Sugerimos partir dos cinco eixos temáticos abaixo:

INCLUSÃO DIGITAL PLENA

- Implementar infraestrutura de banda larga para conectar serviços públicos essenciais, como saúde, educação e segurança;
- Implementar programa de conexão nas escolas públicas e a partir destas levar conectividade para outras estruturas públicas;
- Implementar programa de inclusão digital cidadã, levando internet gratuita para beneficiários do Bolsa Família e *wi-fi* público e gratuito em equipamentos sociais coletivos (praças, cen-

tros comunitários e bibliotecas, entre outros), de modo a reduzir o hiato digital e as diferenças socioeconômicas entre as pessoas;

- Promover o letramento digital das pessoas e ações para a inclusão digital significativa da população a partir de uma conectividade de qualidade; acesso a dispositivos de qualidade; promoção de letramento digital para evitar a disseminação de informações falsas (*fake news*) e qualificação das pessoas para ocupações cada vez mais dependentes das tecnologias digitais.

PLATAFORMA DE GOVERNO DIGITAL

- A Plataforma de Governo Digital é um meio pelo qual se pode acelerar a universalização do acesso aos serviços do governo municipal, a participação popular nas decisões públicas e a transparência com controle social sobre as ações do governo;
- Criar/aperfeiçoar plataforma de serviços “sua cidade online”, com acesso a



uma variedade de serviços municipais, promovendo a eficiência, transparência e acessibilidade na gestão pública;

- *Login único*, com desenvolvimento de plataforma de serviços digitais, integrado ao Gov.BR, para oferta e acesso a uma variedade de serviços municipais, a exemplo de agendamento de consultas médicas, matrícula escolar e solicitação de documentos;

- Plataforma de fácil navegação via web e aplicativo móvel, atendendo aos requisitos do ePING (Padrão de Interoperabilidade de Governo Eletrônico) e eMAG (Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico), desenvolvidos pelo Governo Federal;

- Implementar programas de telemedicina para permitir consultas médicas virtuais, especialmente em áreas remotas ou carentes de atendimento médico;

- Promover a teleducação, oferecendo aulas e recursos educacionais online



para estudantes de todas as idades;

- Implementar um sistema de alvará online para simplificar o processo de obtenção de alvarás para diferentes tipos de atividades (comerciais, industriais e serviços);

- Integrar a divulgação dos serviços públicos com as Redes Sociais e Aplicativos de Mensagens, permitindo notificações de agendamentos e lembretes de compromissos, com possibilidade de ações ativas e reativas no contato com o cidadão;

- Todos os sistemas devem ser projetados com medidas robustas de segurança e proteção de dados pessoais para garantir a confidencialidade e a integridade das informações dos usuários;

- Orçamento e planejamento participativos: garantir a participação da comunidade na aplicação dos recursos materiais e humanos da municipalidade, bem como no planejamento das ações governamentais, desenvolvendo um conceito de cidade em rede. Fortalecer a democracia participativa, aumentar a eficiência na gestão e promover o desenvolvimento sustentável e inclusivo;

- Monitoramento e avaliação: criar indicadores de transparência e participação cidadã para acompanhar o desempenho dos programas ao longo do tempo, com realização de avaliações periódicas em que haja a participação da sociedade civil para identificar pontos de melhoria e corrigir possíveis distorções e publicação de relatórios de prestação de contas que apresentem os resultados alcançados e os próximos passos a serem dados;

- eOuvidoria: criação de uma plataforma digital para receber denúncias, sugestões, reclamações e elogios da população, com garantia de que as manifestações recebidas sejam devidamente registradas, respondidas e acompanhadas pelos cidadãos;

CIDADES MAIS CONECTADAS E SUSTENTÁVEIS

- Desenvolver e implementar tecnologias que permitam antecipar e prevenir desastres ambientais, com mapeamento de áreas de risco e sistema de alarmes nas emergências;
- Desenvolver e implementar tecnologias de monitoramento da qualidade ambiental no município (qualidade do ar e emissão de carbono na atmosfera, qualidade dos cursos d'água, identificação dos locais e agentes responsáveis pela sua degradação, índice de ar-

borização e cobertura vegetal natural, entre outros);

- Fomentar a inovação para automação e monitoramento de serviços públicos mediante sistemas baseados em TIC que permitam a prestação de serviços com eficiência e eficácia (fluxo de tráfego e monitoramento de trânsito, modernização e controle da iluminação pública; coleta e destinação final de lixo, entre outros).

ESTÍMULO AO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

- Implementar programa de capacitação em TIC para a população em geral e para empresas, cooperativas, empreendimentos da economia solidária;
- Compras públicas: implementar um sistema que busque promover os empreendimentos solidários, empreendimentos inovadores em TIC, especialmente para Pequenas e Médias Empresas (MPEs), cooperativas, associações e startups;
- Portal de Oportunidades: criar uma plataforma online que centralize informações sobre os empreendimentos solidários e inovadores cadastrados no município, com informações sobre licitações, oportunidades de negócios e demandas dos setores público e privado, de forma clara e acessível, servindo como canal de



fomento à economia local, incentivando a troca de experiências;

- Incentivo Fiscal e Financeiro: oferecer incentivos fiscais e financeiros para os empreendimentos solidários e inovadores, como redução de impostos municipais e linhas de crédito em parcerias com instituições financeiras locais, visando oferecer condições vantajosas de financiamento e acesso a capital de giro.

TRANSFORMAÇÃO DIGITAL E INOVAÇÃO

- Apoiar a criação de ecossistemas de inovação municipal a partir do mapeamento e articulação de atores como instituições de Ciência e Tecnologia, empresas privadas e públicas de base tecnológica, startups, incubadoras tecnológicas, sindicatos de trabalhadores, entre outros, que atuam no município;
- Criar programas de capacitação em TIC para o funcionalismo com o objetivo de elevar a qualidade da gestão dos serviços públicos em todos os órgãos do Município;
- Desenvolver políticas que impulsionam a soberania tecnológica, com uso de software público brasileiro e software livre, bem como políticas de proteção de dados e cibersegurança;
- Estimular o uso de inteligência artificial, acompanhado do debate permanente sobre regulação de seus efeitos, limites éticos e possibilidades, especialmente no que se refere à organização do trabalho ante os riscos, não negligenciáveis, de desemprego;
- Criar um Conselho Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação, garantindo a diversidade de perspectivas e expertises com vistas ao desenvolvimento econômico e social do município;
- Implementar um Fundo Municipal de Inovação e Tecnologia fomentando pólos e parques tecnológicos, startups, economia circular e criativa e as redes de economia solidária;
- Criar empresa pública municipal ou em consórcio regional ou aproveitar órgão existente para realizar a gestão dos dados pessoais dos cidadãos, em conformidade com os incisos I e IX do art. 7º da Lei nº 13.079/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD).



TRABALHO DECENTE



As relações de trabalho no município refletem o ambiente legal e as regulações que condicionam a convivência entre Capital e Trabalho no País. Desde o advento da reforma trabalhista do governo Temer, nota-se uma acentuação da tendência à precarização do trabalho nas cidades. Houve um retrocesso do emprego formal, com a perda de 9 milhões de postos de trabalho com carteira assinada desde 2015. Cresceram exponencialmente as contratações de caráter temporário, o número de trabalhadores por conta própria, além do uso distorcido do estatuto dos Microempreendedores Individuais

(MEIs) e PJs. Em todo esse período, de 2016 a 2022, o neoliberalismo mostrou de forma patente que é insustentável social, ambiental e economicamente e é incompatível com a vida e a democracia, resultando no aumento da miséria, da fome e da pobreza, gerando mais desemprego, mais informalidade e menos renda. No modelo que defendemos, a democracia e a solidariedade são pilares fundamentais e buscam a distribuição de renda e da riqueza, a eliminação das causas estruturais das desigualdades e a superação da fome e da pobreza. Assim, são diretrizes para as eleições:



Foto: Site Comercários

A CENTRALIDADE DO TRABALHO

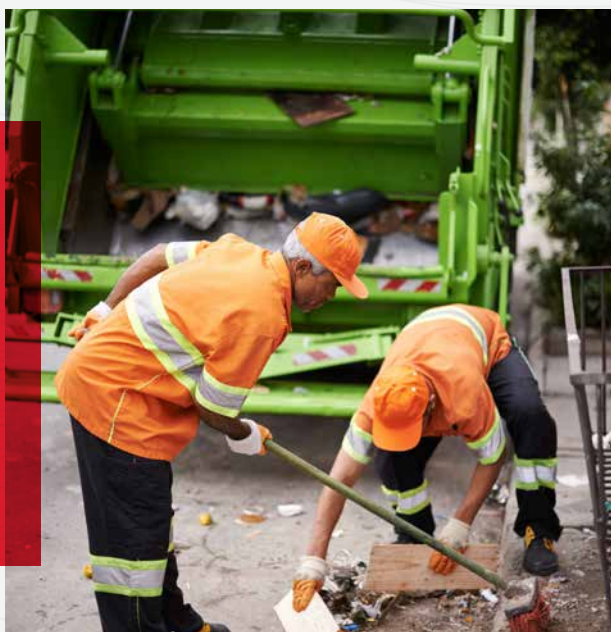
- É indispensável apoiar os sindicatos e as organizações trabalhistas na mobilização contra as desigualdades estruturais que incidem sobre um mercado de trabalho precariamente estruturado, com alta informalidade;
- O poder de compra do Estado pode ser empregado de modo inteligente, com economicidade, para fomen-

tar a contratação de Pequenas e Médias Empresas formais, bem como de MEIs, PJs e autônomos que não sejam um biombo para burlar a formalidade do trabalho;

- Para o desenvolvimento de uma sociedade democrática, comprometida com a superação das desigualdades e na qual o trabalho decente ocupe um papel central, é essencial que os direitos sociais sejam respeitados e todas as formas de discriminação, eliminadas;
- É também fundamental que haja a estruturação de uma base econômica na qual os setores essenciais estejam conectados em cadeias produtivas nacionais regionais e locais, gerando não só capacidade para o desenvolvimento de fornecedores de matérias primas como de empreendedores capazes de produzir e utilizar tecnologias transformadoras, geradoras de empregos de qualidade e difusoras de conhecimento.

FORTALECIMENTO DA NEGOCIAÇÃO COLETIVA

- Implantar um sistema de negociação coletiva com os servidores públicos municipais através das mesas de negociação municipais que ampliem direitos e aumentem a qualidade dos serviços públicos, independentemente da natureza do vínculo e da atividade econômica;
- Assegurar que o modelo de organização sindical construído pelos próprios trabalhadores tenha garantias para representá-los e protegê-los;
- Implementar ações que eliminem todas as formas de discriminação, respeitem direitos e amplifiquem a igualdade de gênero e raça no trabalho;
- Implementar programas que assegurem trabalho e renda de forma direta e por meio de investimentos públicos em áreas estratégicas;
- Dar eficácia e legitimidade à garantia de emprego do artigo 7, inciso I, da Constituição federal.



AÇÕES DE FORTALECIMENTO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

- A reciclagem envolve mais de 1 milhão de pessoas no País, na sua grande maioria pessoas negras e mulheres. Fechar lixões e ampliar a coleta seletiva nos municípios, contratando catadores e catadoras; efetivar a logística reversa; estruturar, financiar e garantir assistência técnica aos empreendimentos econômicos solidários são meios já amplamente desenvolvidos para se combater o desemprego e a informalidade;
- Fomentar a formação de cooperativas sociais e de trabalho, com estratégias de formação, capacitação e assessoria técnica para execução de políticas públicas é também um recurso relevante;
- Ampliação dos programas de aquisição de alimentos saudáveis e incentivo à agricultura familiar como PAA (Programa de Aquisição de Alimentos), PLANAPO (Plano Nacional Agroecologia e Produção Orgânica) e do PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar);
- Prover o acesso ao crédito facilitado e desburocratizado para os pequenos negócios, micro e pequenas empresas. Incluir as cooperativas de crédito como operadoras do PRONAMPE (Programa Nacional de Apoio às MicroEmpresas e Empresas de Pequeno Porte) e criar um fundo específico para acesso das agroindústrias e cooperativas, com pagamento em produtos ou recursos financeiros;
- Assegurar acesso a crédito em condições adequadas ao perfil dos peque-



nos negócios, com assistência técnica que dê maior sustentabilidade e competitividade a sua atuação;

- Fomentar a ampliação e o aperfeiçoamento da atuação dos bancos populares em microcrédito e crédito solidário na cidade e no campo;
- Modelar e implementar um Progra-

ma Municipal de Incentivo às Compras Públicas das cooperativas, com possibilidade de formação de consórcios de cooperativas para a participação em editais públicos;

- Ampliar a participação social em Conselhos Municipais e criar o Conselho Municipal de Economia Solidária.

QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DA GESTÃO PÚBLICA

- As políticas envolvendo Trabalho, Educação e Renda (TER) devem visar a definição de itinerários formativos que levem o beneficiário a conhecer, vivenciar e experimentar todas as etapas que contemplam uma determinada atividade profissional ou de prestação de serviços. Cabe dar ao aluno uma contribuição financeira de modo que ele possa se dedicar, por seis meses, a esta formação profissional;
- Os cursos terão duração mínima de 6 meses e máxima de 2 anos, abrangendo: prática de atividades comunitárias e de capacitação ocupacional em utilidade pública e coletiva; formação de

empreendimentos populares ou grupos de economia solidária; estágios em empresas, organismos governamentais e não-governamentais aderentes ao programa; experimentação técnico-profissional e acesso a cursos preparatórios para ingresso no ensino superior; com fomento às iniciativas públicas que incentivem a contratação dos que passaram pelos itinerários formativos;

- São exemplos de itinerários formativos: o itinerário Merenda Escolar, restaurante-escola e atividades desenvolvidas pelas Secretarias de Educação, de Cultura e de Esportes e Lazer, entre outras.

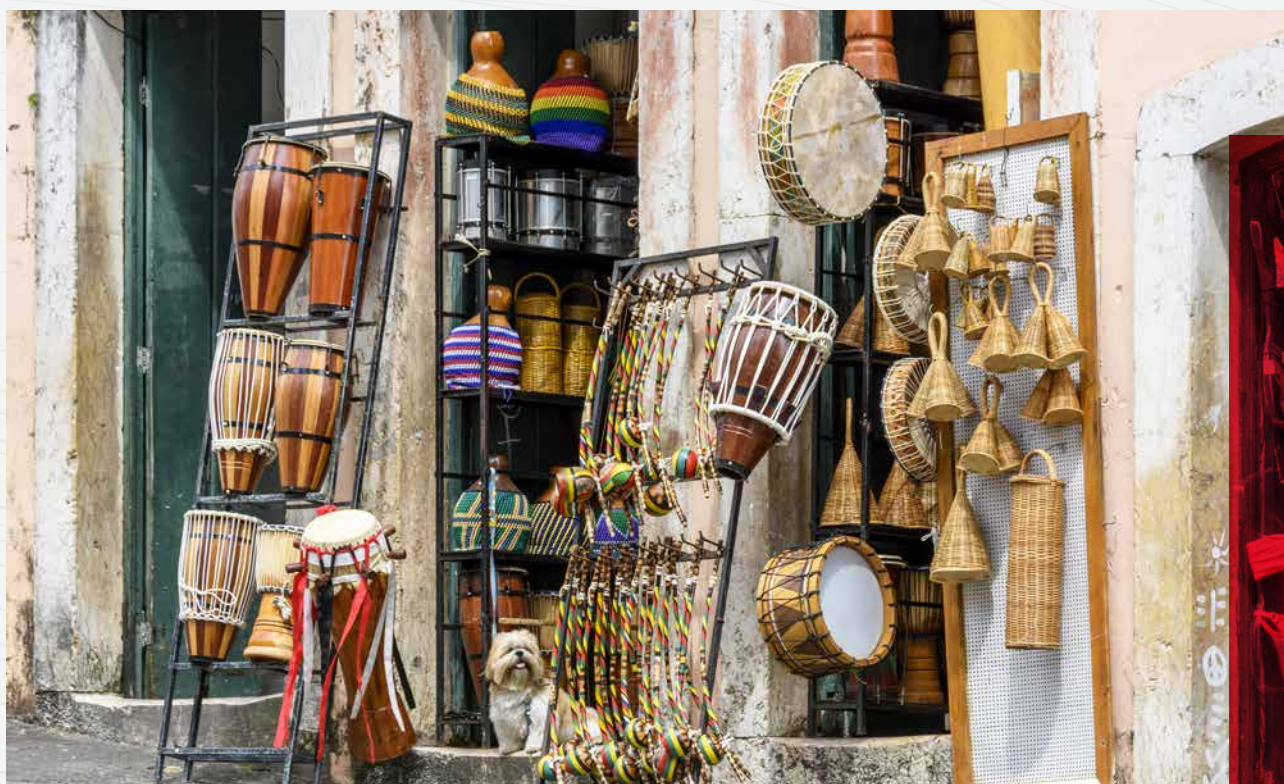
TURISMO



A IMPORTÂNCIA DO TURISMO

O turismo é considerado uma das principais atividades econômicas deste século. Pesquisas apontam que a atividade corresponde de 1% a 8% do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil.¹ Esta participação se manifesta especialmente no nível municipal, onde o fenômeno turístico surge como propulsor de va-

lores econômicos, sociais, culturais e ambientais. O turismo dialoga com a diversidade cultural, a preservação ambiental, as diversidades de gênero e de raça e as populações originárias. As ações devem refletir essa realidade e estarem de acordo com preceitos éticos, sustentáveis e científicos:



INTEGRAÇÃO DAS AGENDAS

- Reposicionar o turismo de modo que a gestão pública seja participativa, com a criação ou fortalecimento dos Conselhos municipais, câmaras temáticas, consórcios, instâncias de governança locais, entre outras formas para se escutar a população;
- Escolher um ou mais eixos centrais para o turismo de acordo com as espe-

- cificidades e características do município, considerados os diferentes estágios de seu desenvolvimento local;
- Apoiar a criação do Conselho Municipal de Turismo (COMTUR). Onde ele já existe, apoiar ações para seu fortalecimento e escuta;
- Construir um Plano Municipal de Turismo adequado à realidade local; for-

1. SANTOS, Glauber Eduardo de Oliveira. PIB do turismo no Brasil: estimativas pelo método do quociente de participação do turismo. Revista Turismo em Análise, São Paulo, Brasil, v. 34, p. 124–147, 2023. DOI: 10.11606/issn.1984-4867.v34i1p124-147. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rta/article/view/217156>. Acesso em: 29 maio. 2024.

talecer a identidade turística local; entender a oferta turística como o conjunto que compreende equipamentos, bens e serviços, além do seu caráter artístico, cultural e social, entre outros;

- Destinar orçamento próprio para o desenvolvimento do turismo no município, aplicado a partir de um Plano Municipal de Turismo;
- Nas cidades com deficiência de malha aérea, considerar a viabilidade de se conceder incentivos para sua ampliação;
- Ver o turismo de forma ampla, e não apenas como lazer, para chegar a ou-

tras vertentes, tais como os turismos de saúde, de negócios e de estudos, entre outros. Tais iniciativas podem ser orientadas a partir do Programa de Regionalização do Turismo do MTUR;

- Manter um diálogo permanente com as esferas estadual e federal por meio das Secretarias de Estado e Ministério do Turismo, criando parcerias políticas e programas no município;
- Dialogar com prefeitos e vereadores das cidades de uma mesma região para desenvolver roteiros regionais e iniciativas cooperadas.

QUALIDADE DE SERVIÇOS, PRODUTOS E FOMENTO

- O investimento na qualidade de serviços fora dos grandes centros urbanos é fundamental para a interiorização do turismo. A qualidade da mão de obra nos meios de hospedagem e de transporte, na gastronomia, no lazer e nos eventos é fundamental. Sugere-se que o gestor atue por meio das secretarias de turismo e do COMTUR;
- É importante valorizar os atributos do município, e não só os paisa-

gísticos, incentivando o artesanato, a gastronomia, as manifestações culturais e demais produções associadas;

- Incentivar o turismo doméstico, especialmente nos municípios menores, uma vez que o visitante nacional é reconhecido como alguém que gasta no local acima da média e deixa divisas nos lugares visitados;
- Pensar na atração de turistas internacionais.



Foto: Divulgação / Prefeitura de Ubatuba/SP

DIVERSIDADE CULTURAL, DE GÊNERO, RAÇA E ATUALIDADES

- Considerada a grande diversidade do Brasil, devemos incentivar iniciativas, políticas e programas que realçam o afroturismo, os turismos indígena, caiçara e sertanejo; as vivências em comunidades tradicionais e o Turismo de Base Comunitária;
- Estimular a compreensão do turismo como importante ferramenta de união entre povos e respeito às diferentes regiões;
- Reforçar outras pautas, como as de gênero; a relação mulheres e viagens, por exemplo, que deve garantir segurança para que elas façam viagens pelo País e às cidades mais distantes;
- Fortalecer nas cadeias produtivas o empreendedorismo feminino no turismo, com possibilidades de incentivos a pequenos e médios negócios para as mulheres do município;
- Fomentar ações e políticas às comunidades quilombolas, com propostas às comunidades discutidas a partir de planos e análises dos atrativos turísticos naturais, culturais etc;
- Que os planos municipais de turismo integrem as comunidades LGBTQIA+ no mercado turístico, fomentando o surgimento de empreendedores nos setores hoteleiro, gastronômico e de lazer; além de oferecer aos visitantes acolhimento e segurança.

TRABALHO, EMPREGO E RENDA

- Incentivar a expansão dos investimentos públicos e privados;
- Identificar, nos planos municipais, os pólos (clusters) de desenvolvimento em hotelaria, alimentação, transportes e atrativos diversos, com o uso de uma linguagem simples e acessível;
- Promover a inclusão social na pauta do turismo, envolvendo ações políticas de classes e organização das comunidades; propor pólos turísticos com o objetivo de ampliar as camadas sociais nele envolvidas e melhorar as ações políticas frente a diferentes grupos;
- Integrar ações de turismo nas secretarias de Trabalho, Emprego e Renda de modo a abrir suas agendas para os conselhos e fóruns municipais de fomento ao turismo;
- Consideradas as grandes extensão e diversidade regional do País, as propostas devem partir das vocações locais e regionais. O desenvolvimento da atividade turística deve andar junto com o desenvolvimento econômico das cinco regiões do Brasil.



Foto: Divulgação / Prefeitura de Bertoga/SP



MEIO AMBIENTE, **NATUREZA E CLIMA**

- Turismo e desenvolvimento sustentável devem caminhar juntos. A promoção de práticas de turismo sustentável inclui ações saudáveis negócios e na cidade como um todo, mas também de sensibilização dos turistas para questões ambientais e sociais locais, incentivando-os a adotar comportamentos responsáveis durante suas viagens;
- Incluir propostas de investimento em capacitação e educação ambiental para profissionais do turismo, comunidades locais e turistas; isso pode aumentar a conscientização desses atores sobre questões ambientais, despertando-os para a adoção ou fortalecimento de comportamentos responsáveis na interação com o meio ambiente;
- Práticas sustentáveis de turismo nas cidades devem levar em conta propostas de menor impacto ambiental;
- Como o turismo utiliza intensamente os recursos naturais, é importante destacar a preservação de áreas verdes e florestas urbanas. Iniciativas como o plantio de árvores, criação de parques e preservação de áreas verdes urbanas melhoram a qualidade do ar e fornecem sombra para turistas e locais, ajudando na captura de carbono;
- O incentivo às práticas agrícolas sustentáveis, como agricultura orgânica, agroflorestas e rotação de culturas, pode ajudar a reduzir as emissões de gases de efeito estufa provenientes da agropecuária tradicional e aumentar a resiliência das comunidades rurais às mudanças climáticas, constituindo-se também em atrativo para atrair turistas e integrar cadeias produtivas locais.

NAPP - NÚCLEO DE ACOMPANHAMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

 (11) 5571-2609

Rua Francisco Cruz, 234 - 04117-091
Vila Mariana - São Paulo - SP



fpabramo.org.br

 @fpabramo



Fundação Perseu Abramo



@fpabramo